



IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos
Nº 512 | Ano XVII | 2/10/2017

Revolução Pernambucana

Semeadura de um Brasil independente, republicano e tolerante

Antônio Jorge de Siqueira **Luiz Carlos Villalta**
Flavio José Gomes Cabral **Margarida de Oliveira Cantarelli**
George Felix Cabral de Souza **Katarina Peixoto**
Marcus Carvalho **Moacyr Flores**
Luiz Geraldo da Silva

Leia também

Alex Zanotelli ■ ■ **Nola Gamalho**
Leonard Chiti ■ ■ **Fernando Del Corona**
Perfil: Fausto Neto ■ ■ **Bruno Lima Rocha**

Revolução Pernambucana. Semeadura de um Brasil independente, republicano e tolerante

Em 6 de março de 1817, eclodiu a **Revolução Pernambucana**. Inspirado pelo iluminismo, Pernambuco deu um basta à lógica de exploração da capitania, que sustentava a Corte no Rio de Janeiro. O projeto de um Brasil independente, republicano e tolerante estava, pela primeira vez, em pauta.

A **IHU On-Line** rememora e debate o evento, depois de 200 anos, considerado o primeiro movimento de busca por uma identidade nacional. Embora relegada pela historiografia tradicional à condição de um movimento regional de somenos importância, em detrimento de outros eventos celebrados até com feriados nacionais, a Revolução de 1817 é um marco na história nacional.

Antônio Jorge de Siqueira, historiador, filósofo e professor da Universidade Federal de Pernambuco, recordando o papel do clero no episódio, afirma a necessidade de “nacionalizar” a Revolução Pernambucana, semeadura de um Brasil independente, republicano e tolerante.

Flávio José Gomes Cabral, coordenador do curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, destaca que o episódio estremeceu a Corte portuguesa justamente quando o rei se preparava para festejar sua aclamação.

George Felix Cabral de Souza, presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, considera fundamental que o bicentenário da Revolução Pernambucana estimule uma reflexão sobre a incompletude da republicanização do país.

Marcus Carvalho, professor titular de História na Universidade Federal de Pernambuco, analisa as tensões de um contexto radicalmente discriminatório que levou ao levante dos revolucionários de Pernambuco.

Luiz Geraldo da Silva, professor de História da Universidade Federal do Paraná, destaca o papel central que os “afrodescendentes livres e libertos” tiveram para os rumos da Revolução de 1817.

Luiz Carlos Villalta, historiador, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa como a revolta parte do atrito da relação entre portugueses e brasileiros e se constitui como uma luta contra o poder hegemônico da Corte e faz uma comparação entre a imprensa brasileira de 1817 e de 2017.

Margarida de Oliveira Cantarelli, desembargadora e membro da Academia Pernambucana de Letras, assinala como a Revolução Pernambucana colocou em prática, ainda que temporariamente, a primeira república brasileira.

Katarina Peixoto, pernambucana, mestra e doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, lança um olhar crítico sobre o sentido do conflito e afirma que os episódios de dois séculos atrás deveriam servir para se compreender a megalomania pernambucana.

O ensaísta e historiador **Moacyr Flores** analisa o episódio pernambucano tendo em perspectiva a Revolução Farroupilha (1835-1845). Ele destaca que, tanto num caso como no outro, longe do brilho das estrelas dos generais, recai sobre a população a parte mais amarga das revoltas.

Nesta edição também são publicadas as entrevistas com **Alex Zanotelli**, italiano, jornalista e padre comboniano, que atuou na África, e com **Leonard Chiti**, jesuíta, superior provincial da Companhia de Jesus que está no Zâmbia e Malawi, com **Nola Gamalho**, mestra e doutora em Geografia, sobre a gentrificação dos espaços públicos.

Fernando Del Corona comentando o filme *Mãe!*, de Darren Aronofsky, **Bruno Lima Rocha** com o artigo “Lavagem de dinheiro e a hipocrisia estruturante do Sistema Financeiro Internacional” e o perfil do Prof. Dr. **Antônio Fausto Neto**, do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, completam a edição.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana.



Vitral em homenagem à Revolução Pernambucana, na escadaria principal da sede do governo estadual/Foto: Aluisio Moreira / SEI

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 8 ■ **Alex Zanotelli:** Os dramas do continente amaldiçoado pela sua riqueza
- 12 ■ **Leonard Chiti:** O desafio de promover a democracia em países africanos
- 16 ■ **Tema de Capa | Antônio Jorge de Siqueira:** A necessária 'nacionalização' da Revolução Pernambucana
- 25 ■ **Tema de Capa | Flavio Cabral:** Pernambucana: a revolta que desacomoda a Corte portuguesa
- 32 ■ **Tema de Capa | George Cabral de Souza:** A emergência de um Brasil plenamente republicano
- 37 ■ **Tema de Capa | Marcus Carvalho:** Precisamos ser mais 'Vós' e menos 'Vossa Mercê'. Contra a sociedade escravagista, a insurgência
- 40 ■ **Tema de Capa | Luiz Geraldo Silva:** Afrodescendentes livres e libertos foram centrais para a revolução de 1817
- 46 ■ **Tema de Capa | Luiz Carlos Villalta:** Tensão identitária como estopim para a Revolução
- 50 ■ **Tema de Capa | Margarida Cantarelli:** A curta e vanguardista república instaurada pelos revolucionários de 1817
- 54 ■ **Tema de Capa | Katarina Peixoto:** Açucocratas napoleônicos e padres iluministas: a insurreição impossível
- 60 ■ **Tema de Capa | Moacyr Flores:** O impacto das revoluções nas camadas mais populares da sociedade
- 64 ■ **Perfil:** Antônio Fausto Neto
- 67 ■ **Nola Ganhalho:** A intervenção urbana deve estar pautada na experiência e no vivido
- 72 ■ **Cinema | Fernando Del Corona:** O mundo em uma casa
- 76 ■ **Crítica Internacional | Bruno Lima Rocha:** Lavagem de dinheiro e a hipocrisia estruturante do Sistema Financeiro Internacional
- 78 ■ **Publicações | Claudio de Oliveira Ribeiro:** Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben
- 79 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Lara Ely – MTB 13.378/RS
(laraely@unisinos.br)

Patrícia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS
(vnecchi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen e William Gonçalves.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

A corrupção número um, feita pelo sistema financeiro, está incólume



“Todas as pessoas — à esquerda, à direita, ao centro ou independente de posição ideológica — querem um limitativo à situação. Em cima dessa expectativa e desejo coletivo, cria-se uma narrativa que, aparentemente, faz o acalanto geral da sociedade, mas, infelizmente, ela é falsa”.

Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Políticas públicas de combate à desigualdade têm que ser a agenda do Brasil



“A concentração de renda entre os mais ricos é, de acordo com os dados tributários, substancialmente maior do que a estimada pelos levantamentos domiciliares, sem que tenha havido tendência de queda nos últimos anos.”

Fábio Castro é graduado e mestre em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, e mestre em Economia pela Universidade de Brasília - UnB

4

O levante de Junho de 2013 atacou o “hard power” brasileiro



“A Carta do Palocci confirma que ele está abrindo uma outra fase política da relação do PT com a questão da corrupção, algo que me fez logo pensar ao que aconteceu na Itália, quando as colaborações judiciais (na esquerda armada) viraram também arrependimentos políticos.”

Giuseppe Cocco é doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne) e atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

“A Inteligência Artificial pode se transformar em um monstro incontrollável”



“A segunda Revolução Industrial foi a mais importante em termos de acelerar o crescimento econômico com inclusão social e redução das desigualdades, garantindo cerca de 100 anos de acelerado avanço da produtividade do trabalho e do bem-estar global da humanidade.”

José Eustáquio Diniz Alves é doutor em Demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

Desmonte do SUAS em tempos de aumento da demanda



“Se esses cortes progressivos continuarem, o SUAS será inviabilizado, ou seja, o serviço será fechado à população. (...) O que está por trás do discurso da crise é uma nova proposta de assistência social, que seja residual e não estatal, que seja operada pelas entidades e não pelo governo.”

Jucimeri Isolda Silveira é doutora em Serviço Social pela PUCSP. Foi consultora do Ministério de Desenvolvimento Social pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

**Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias**

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Super-ricos são menos tributados que os 10% mais pobres da população brasileira

A baixa tributação sobre o patrimônio das camadas mais altas e a alta tributação indireta (sobre consumo e serviços) fazem os super-ricos pagarem poucos tributos no Brasil. As conclusões constam de estudo divulgado no dia 25-9-2017 pela organização não governamental britânica Oxfam.

Confira Notícias do Dia, diariamente atualizadas e publicadas no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2x4C4Po>.

Renca: Temer revoga polêmico decreto que ameaça reservas da Amazônia

O presidente Michel Temer bem que tentou abrir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na floresta amazônica, para a exploração das mineradoras a toque de caixa. Mas, a reação de ambientalistas e da comunidade internacional foi tão grande que ele precisou voltar atrás.

Confira Notícias do Dia, diariamente atualizadas e publicadas no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2yxzkfl>.

Vergonha internacional. Fiscalização contra o trabalho escravo está suspensa no Brasil

Desde agosto de 2017, a fiscalização contra o trabalho escravo está suspensa no Brasil. A Conectas alertou o Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o caso durante a sessão de ontem, 12, e exigiu que o governo brasileiro volte a destinar recursos para o combate ao trabalho forçado.

Confira Notícias do Dia, diariamente atualizadas e publicadas no sítio do IHU, disponível em, disponível em <http://bit.ly/2ydiGps>.

A dificuldade da esquerda para se reinventar

Com a perda de prestígio dos últimos anos, a esquerda busca renovar sua agenda para recuperar apoio da população, mas não conseguiu produzir um nome de peso além do ex-presidente Lula, cuja candidatura é incerta. A autocritica sobre o envolvimento em casos de corrupção e alianças políticas questionáveis durante os 13 anos de PT no poder não foi feita.

Confira Notícias do Dia, diariamente atualizadas e publicadas no sítio do IHU, disponível em, disponível em <http://bit.ly/2x2njOc>.

Para historiadora, intervenção militar no Brasil “não pode mais ser descartada”

Os comentários recentes da cúpula militar do Brasil sobre a situação política levantaram dúvidas sobre até que ponto o país está livre de uma ação das Forças Armadas para tomar o poder. A professora da Universidade de Paris Est Marne-la-Valée acha que uma intervenção militar é, por enquanto, pouco provável – mas vê com preocupação os últimos desdobramentos envolvendo a cúpula do Exército.

Confira Notícias do Dia, diariamente atualizadas e publicadas no sítio do IHU, disponível em, disponível em <http://bit.ly/2fUttTB>.

“Amoris Laetitia é tomista, do grande Tomás”.

“Aproveito esta pergunta para dizer uma coisa que acredito que devo dizer em justiça e também por caridade. Porque escuto muitos comentários – respeitáveis porque os dizem filhos de Deus, mas equivocados – sobre a Exortação apostólica pós-sinodal”. São palavras do Papa Francisco, durante um encontro-entrevista com 65 jesuítas, em Cartagena das Índias.

Confira Notícias do Dia, diariamente atualizadas e publicadas no sítio do IHU, disponível em, disponível em <http://bit.ly/2xL1aYg>.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

Planejando as Cidades para o Mercado: processos de gentrificação do território e a Nova Economia

2/out

Horário
19h30min

Apresentação
Brian Mier e Dra. Nola Patrícia Gamalho – Unipampa

Local
Unisinos Campus Porto Alegre

O mundo do trabalho, emprego e renda no Vale do Sinos

3/out

Horário
14h

Apresentação
Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos e Prof. Dr. Moisés Waismann – Unilassale

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Apresentação obra – Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo

3/out

Horário
19h30min

Apresentação
Prof. Esp. Víctor Hugo Santana – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

6

Impacto da quarta Revolução Industrial na economia e na indústria

4/out

Horário
19h30min

Apresentação
Dr. Vinicius Cardoso De Barros Fornari – Confederação Nacional da Indústria – CNI

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo

9/out

Horário
19h30min

Apresentação
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo – Facamp

Local
Unisinos Campus Porto Alegre

Sistemas de (des) proteção social


10/out

Horário
14h

Apresentação
MS Marlene Oliveira Fiorotti – Prefeitura de Viamão

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

O avassalador *Silêncio* de Scorsese

 medium.com/@_ihu

**CICLO DE
DEBATES**

**GENTRIFICAÇÃO
DIREITOS HUMANOS
E AS CIDADES**

Podem as cidades existir sem os direitos humanos?

24 de outubro de 2017
(terça-feira)

7

Jacques Távora Alfonsin

ONG Acesso, Cidadania e Direitos Humanos

e **Ezequiel Morais**

Movimento Nacional de Luta pela Moradia Ocupa Prefeitura de Porto Alegre – MNLM

19h30min às 22h | Unisinos - Campus Porto Alegre



JESUÍTAS BRASIL

ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

Os dramas do continente amaldiçoado pela sua riqueza

Alex Zanotelli conhece profundamente a África e denuncia a exploração a que são submetidas pessoas que, mesmo em meio a inúmeros recursos naturais, vivem em condições sub-humanas

João Vitor Santos | Tradução: Moisés Sbardelotto

8

As imagens de pessoas morrendo afogadas no mar, ou mesmo de botes recheados de subnutridos, chocam o mundo inteiro. É a chamada crise migratória do século XXI. Entretanto, apesar do impacto, o mundo parece dar as costas para o lugar de onde saem a maioria dessas pessoas: o continente africano. É o que denuncia o missionário italiano Alex Zanotelli. “As riquezas da África são a sua maldição”, dispara. “A África é o continente crucificado”, completa. Segundo ele, “a riqueza está cada vez mais nas mãos de poucos, apesar das massas populares cada vez mais empobrecidas. Aumentam as guerras e os conflitos armados, razão pela qual milhões migram buscando uma vida melhor”.

Zanotelli, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, explica que a miséria é fruto da exploração de outros países aos recursos naturais de países africanos. Isso resulta em desigualdade econômica e violência, ainda recrudescidas pelas tradições tribais e por governos ditatoriais. O mais triste é que os países que complicam a realidade africana são os mesmos que fecham as portas aos imigrantes. “O desafio das migrações na Europa deveria ser relativizado, quando se sabe que 86% dos migrantes são acolhidos hoje pelos países empobrecidos do mundo”, propõe. “Quão provável é que a Europa, com

mais de 500 milhões de habitantes, não consiga acolher 200 mil migrantes por ano que chegam a ela? É o crescente racismo na Europa, fomentado por partidos xenófobos, que leva a rejeitar os migrantes. No entanto, a Europa é uma região que está envelhecendo e que precisa de novos trabalhadores”.

Alex Zanotelli é italiano, missionário comboniano, atuou por oito anos no Sudão, na África. Por quase dez anos, foi diretor da revista *Nigrizia*, publicação italiana que era referência em assuntos africanos. Também atuou em favelas que cercam Nairobi, no Quênia, onde fundou pequenas comunidades cristãs e cooperativa de reciclagem. Ainda atuou em Udada, comunidade com problemas de prostituição, e também lutou por reforma agrária, tema-chave da política do Quênia. Atualmente é diretor do Mosaico da Paz, revista mantida pela organização italiana de Pax Christi – o Movimento Internacional de Paz Católica, que aborda temas relacionados ao meio ambiente, não violência, desarmamento, diálogo inter-religioso pela paz, economia da justiça, entre outros.

A entrevista foi publicada originalmente nas Notícias do Dia de 20-9-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2fDmy8z>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir da sua experiência na África, como o senhor vê a realidade do continente?

Alex Zanotelli – É difícil apresentar brevemente a realidade da

África. As riquezas da África são a sua maldição. A cobiça das grandes potências (incluindo China e Índia) está aumentando. Aumenta também o Produto Interno Bruto – PIB de tantas nações. Mas a riqueza está

cada vez mais nas mãos de poucos, apesar das massas populares cada vez mais empobrecidas. Cerca de 200 milhões de africanos vivem hoje em favelas assustadoras. Aumentam as guerras e os conflitos armados, ra-

“Cerca de 200 milhões de africanos vivem hoje em favelas assustadoras”

zão pela qual milhões migram buscando uma vida melhor.

IHU On-Line – Quais as questões de fundo das tensões que eclodem na África?

Alex Zanotelli – As tensões na África explodem por muitas razões. A primeira, certamente, se deve às enormes disparidades econômicas. A segunda é o tribalismo: um exemplo atual é a guerra entre Dinka¹ e Nuer² no Sudão do Sul³, que já

¹ **Dinka**: grupo étnico do Sudão do Sul, habitando a região do Bahr al-Ghazal, Junqali e partes do Cordofão do Sul e do Alto Nilo. São majoritariamente um povo agropastoril, praticando o pastoreio de gado em campos ribeirinhos durante a estação seca e plantam milho e outras variedades de grãos em acampamentos fixos, durante a estação das chuvas. Estima-se que a população total esteja por volta dos dois milhões de pessoas, constituindo cerca de 20% da população do país. São o maior grupo étnico do Sudão do Sul. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Nuer**: são uma confederação de tribos localizadas no sul do Sudão e no oeste da Etiópia. Segundo E.E. Evans-Prichard, são um exemplo clássico de linhagem segmentária ou linhagem multicêntrica como solução do problema da unidade tribal; cerca de 200.000 vivem em povoados cultivando milho durante a estação das chuvas e pastoreando gado em regime de nomadismo quase constante durante as estações secas. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Sudão do Sul**: oficialmente República do Sudão do Sul, é um país enclavado localizado no nordeste da África. Tem esse nome devido à localização geográfica, ao sul do Sudão. O que é hoje o Sudão do Sul era parte do Sudão Anglo-Egípcio e tornou-se parte da República do Sudão, quando ocorreu a independência deste em 1956. Após a Primeira Guerra Civil Sudanesa, o sul do Sudão tornou-se uma região autônoma em 1972. Esta autonomia durou até 1983. A Segunda Guerra Civil Sudanesa desenvolveu anos depois, resultou novamente na autonomia da região, através do Tratado de Naivasha, assinado em 9 de janeiro de 2005 no Quênia, com o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA/M). Em 9 de julho de 2011, o Sudão do Sul tornou-se um estado independente. Em 14 de julho de 2011, o Sudão do Sul tornou-se um Estado-membro das Nações Unidas. O país entrou para a União Africana em 28 de julho de 2011. Apesar de ser rico em petróleo, o Sudão do Sul é um dos países mais pobres do mundo, com altas taxas de mortalidade infantil, e um sistema de saúde muito precário, considerado um dos piores do mundo. Em termos de educação somente 27% da população acima dos 15 anos sabe ler e escrever, chegando a 84% o

produziu milhões de deslocados e de refugiados. A terceira é política: regimes ditatoriais ou repressivos, como na Eritreia, Sudão, Burundi, Ruanda. Quarta razão: a riqueza do subsolo, como no Congo.

IHU On-Line – Por que a África, especialmente ao sul do Sahara, é tão invisibilizada? Como compreender, minimamente, a realidade do continente? De que forma a cultura islâmica incide no continente?

Alex Zanotelli – A África está pouco presente na mídia ocidental porque não importa. Eu escrevi um apelo: “Quebrems o silêncio sobre a África”, no qual ataquei o silêncio da mídia italiana sobre a África. Não é fácil para um cidadão europeu ter uma ideia do que acontece no continente africano. A cultura islâmica está muito presente na África, que é hoje o continente onde mais se concretiza o confronto entre Islã e cristianismo.

IHU On-Line – Podemos afirmar que o continente africano ainda vive a lógica colonialista?

Alex Zanotelli – O continente africano ainda vive a lógica do colonialismo que, agora, se transformou

índice de analfabetismo entre as mulheres e boa parte das crianças não frequentam unidades escolares. Na seção Notícias do Dia, em seu sítio, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU vem publicando uma série de textos que acompanham as questões do Sudão do Sul. Entre eles *Sudão do Sul é um explosivo mosaico étnico*, disponível em <http://bit.ly/2fDCDLs>; *Sudão se divide para fugir de pressões*, disponível em <http://bit.ly/2hkQPJI> e *Papa Francisco. Sem desacelerar*, disponível em <http://bit.ly/2wakKdq>. Leia mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota **IHU On-Line**).

em neocolonialismo neoliberal, que nada mais é do que o triunfo do mercado global. O exemplo recente disso são os Economic Partnership Agreements – EPA [Acordos de Parceria Econômica] impostos pela União Europeia à África, contra a vontade dos países subsaarianos. A África está cada vez mais presa à cobiça do Ocidente, mas também de países como China e Índia. A África é o continente crucificado.

IHU On-Line – Os conflitos africanos são recrudescidos pela ação e intervenção de países ocidentais? De que forma?

Alex Zanotelli – Sim, os conflitos na África são intensificados pela intervenção dos países ocidentais pelas matérias-primas, mas, sobretudo, pela venda de armas que vão armar regimes muitas vezes repressivos e fazer guerras.

IHU On-Line – Como o senhor tem observado, em específico, os conflitos do Sudão do Sul, do Sudão, da Somália e de toda região da África Central? Quais os fatores que levam à eclosão da guerra civil e o que vem, há anos, impedindo seu arrefecimento?

Alex Zanotelli – Os conflitos no Sudão do Sul, Sudão, Somália e África Central são muito diferentes entre si. O Sudão do Sul, a mais jovem nação da África, nasceu em 2011, depois de mais de 30 anos de luta com o regime de Cartum (Sudão). É o confronto entre um Sudão muito ocidentalizado e um Sul pro-

fundamente africano: dois mundos postos juntos pelo poder colonial inglês! Agora, no conflito no Sudão do Sul, eclodiu o confronto entre os dois povos mais fortes do país: os Denka e os Nuer, que, juntos, tinham lutado pela independência. O presidente do Sudão do Sul foi, desde o início, Salva Kiir⁴, um Denka que lentamente excluiu os Nuer do poder. O confronto é tribal. E a guerra civil agora em curso é dramática, com milhares de mortes e milhões de refugiados e deslocados.

No Sudão, o regime militar de Cartum continua bombardeando o povo Nuba que vive nos montes Nuba e que pede o direito à sua autonomia. Igualmente duro é o governo do Sudão com os povos de Darfur, onde, há anos, está em curso uma guerrilha.

A Somália, por sua vez, está há 30 anos em guerra civil: uma guerra de todos contra todos, especialmente entre os elementos mais moderados e fundamentalistas islâmicos (shabab). Não há uma solução à vista.

Enquanto na África Central há uma série de nações em guerra civil. A primeira é a República Centro-Africana, há anos em guerra entre os

elementos cristãos e os elementos islâmicos (seleka). A segunda é o Congo, que, principalmente na região do Kivu, vive há anos em perpétuo conflito, especialmente pelas suas imensas riquezas. É enorme a interferência nesse território de Ruanda e de Uganda, mas, nos bastidores, há poderes econômicos mundiais.

Por fim, está o Burundi, que está à beira de outra guerra civil, porque o chefe de Estado não quer abrir mão do poder.

IHU On-Line – Qual a relação entre os conflitos e as guerras da África com a chamada “crise migratória”?

Alex Zanotelli – É claro que há uma relação direta entre os conflitos e as guerras na África e as migrações. Muitos fogem de situações de guerra e conflitos predominantes na região do Sahel, a faixa que divide a África do Norte da África Subsaariana, como o Mali, o Sudão, a Somália... Mas muitos também fogem de regimes ditatoriais como a Eritreia e a Etiópia, de situações de fome e por razões climáticas (a desertificação). A Organização das Nações Unidas – ONU espera mais de 50 milhões de refugiados climáticos até 2050, apenas da África.

IHU On-Line – Por que as grandes potências ocidentais, em particular nações europeias, desconsideram os conflitos africanos?

Alex Zanotelli – As grandes potências ocidentais ignoram os conflitos africanos porque são a sua causa, ou com as suas políticas predatórias, ou com a venda de armas.

IHU On-Line – O silêncio da Europa em relação aos conflitos africanos não torna o continente hipócrita quando se diz vítima do processo migratório?

Alex Zanotelli – Sim, é pura hipocrisia da parte da Europa dizer-se vítima do processo migratório, porque ela é até mesmo a sua causa.

IHU On-Line – Quais os desafios para, de fato, enfrentar a realidade de milhões de pessoas que migram para outros países?

Alex Zanotelli – O desafio das migrações na Europa deveria ser relativizado, quando se sabe que 86% dos migrantes são acolhidos hoje pelos países empobrecidos do mundo. O Quênia acolhe dois milhões de somalis; a Uganda, mais de um milhão de sudaneses do sul; o Líbano (com seis milhões de habitantes) acolhe um milhão e meio de sírios.

Quão provável é que a Europa, com mais de 500 milhões de habitantes, não consiga acolher 200 mil migrantes por ano que chegam a ela? É o crescente racismo na Europa, fomentado por partidos xenófobos, que leva a rejeitar os migrantes. No entanto, a Europa é uma região que está envelhecendo e que precisa de novos trabalhadores.

IHU On-Line – Quem é o migrante africano de hoje? E como compreender esse sujeito?

Alex Zanotelli – Não existe um “migrante africano”. Existem migrantes provenientes do norte da África, geralmente muçulmanos, que desprezam os negros provenientes da África oriental, que têm bem pouco a ver com os do Sahel... São mundos em si mesmos.

IHU On-Line – Como avalia a atuação de organismos internacionais na realidade africana? Que avanços têm feito e quais seus limites?

Alex Zanotelli – As grandes organizações internacionais que operam na África são enormes estruturas que devoram para manterem para si mesmas 80% dos fundos que recebem.

IHU On-Line – Faça um relato sobre o papel dos missionários religiosos na África e os desafios que enfrentam diante de tanta guerra, desigualdade e pobreza.

⁴ **Salva Kiir Mayardit** (1951): é o presidente do Sudão do Sul. Nos anos de 1960, Kiir uniu-se aos rebeldes do sul na primeira guerra civil sudanesa. Membro-fundador e líder do Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA), que lutou durante a segunda guerra civil sudanesa, Kiir foi escolhido como representante da organização no processo de paz, após a assinatura do Tratado de Naivasha, em janeiro de 2005, acordo que, formalmente pôs fim à guerra. Kiir foi então designado para ser vice-presidente do Sudão do Sul. Após a morte de presidente do sul-sudanesês, John Garang, em julho de 2005, Kiir foi escolhido para sucedê-lo, tornando-se também vice-presidente do Sudão, conforme determina a constituição provisória do país. Como Garang, Kiir é originário da etnia dinka, a mais numerosa no sul do Sudão, embora pertença a um clã diferente daquele do seu antecessor. Nas eleições sudanesas de 2010, Kiir foi reeleito para a presidência do Sudão do Sul, com 93% dos votos. Embora as eleições, tanto no nível nacional como subnacional, tenham sido criticadas por ativistas democráticos e observadores internacionais, a ampla margem obtida por Kiir foi considerada por alguns analistas como o primeiro passo no processo de secessão do Sudão do Sul. Após a reeleição de Kiir como presidente da região autônoma do Sudão do Sul, o presidente Omar al-Bashir indicou-o para ocupar novamente o posto de primeiro vice-presidente do Sudão. Após o referendo que confirmou a divisão do Sudão, Kiir foi confirmado como o primeiro presidente do novo país. Na seção Notícia do Dia, em seu sítio, o **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** vem publicando uma série de textos sobre as questões do Sudão. Entre eles *O futuro 1º presidente do Sudão do Sul*, disponível em <http://bit.ly/2td4MZ9>; e *Sudão do Sul. Hoje, a independência*, disponível em <http://bit.ly/2wJWqyg>. Leia mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da **IHU On-Line**)

Alex Zanotelli – A missão hoje na África deve se converter: a missão se “paroquializou”! Os missionários devem aprender a viver nas

fronteiras do sofrimento humano, compartilhando os sofrimentos desses povos; devem ir viver nas periferias, nas assustadoras favelas

(são 200 milhões os africanos que vivem em favelas), devem ser pobres e peregrinos com os peregrinos da história.■

Leia mais

– **Vamos romper o silêncio sobre a África.** Artigo de Alex Zanotelli, publicado por Trentino e reproduzido nas Notícias do Dia de 31-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2xjqd4H>.

– **A missão? É opor-se aos impérios do mundo.** Artigo de Alex Zanotelli, publicado no jornal Avvenire e reproduzido nas Notícias do Dia de 3-7-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2xdCZjm>.

– **África, terra de contradições.** Entrevista com Alex Zanotelli, publicada no jornal Avvenire e reproduzida nas Notícias do Dia de 30-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2hduSPZ>.

09 de outubro
(segunda-feira)
19h30min às 22h

Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo, conferência com o autor
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo – FACAMP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Campus Unisinos São Leopoldo

ihu.unisinos.br



O desafio de promover a democracia em países africanos

Leonard Chiti, que acompanhou recentemente as eleições no Quênia, acredita que um dos caminhos para livrar o continente da fome e da miséria passa por “eleições livres, justas, críveis e transparentes”

João Vitor Santos | Tradução: Isaque Gomes Correa

Compreender a África, especialmente os países que ficam ao sul do deserto do Saara, ainda é um desafio para as sociedades ocidentalizadas. “A maioria dos países subsaarianos compartilham experiências comuns tais como a má liderança, níveis altos de desemprego que levam à pobreza, tensões e, por vezes, conflitos relativos à etnia e um desempenho pobre das economias”, sintetiza Leonard Chiti, jesuíta nascido em Zâmbia, e que segue trabalhando na região mais ao sul do continente. “Muitos líderes políticos e governamentais se envolvem em corrupção, dessa forma desviando recursos nacionais de onde deveriam ser empregados com fins de desenvolvimento”, completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele destaca que toda a região ainda sofre com a seca. “O que a África precisa é desenvolver uma infraestrutura de irrigação e encontrar tecnologias apropriadas para garantir que os pequenos agricultores se tornem resilientes em face dos desafios relacionados com as mudanças climáticas”, indica. Para isso, compreende que o mundo pode contribuir e um dos cami-

nhos é a promoção da democracia. “É importante assegurar aos cidadãos dos países africanos que é possível ter eleições livres, justas, críveis e transparentes”, avalia. Chiti ainda alerta que melhorar a vida nesses países é também frear ondas migratórias. “Podemos reter a onda de migrantes da África para outras regiões do mundo se conseguirmos tornar pacíficos, estáveis e prósperos os nossos países”.

Leonard Chiti é jesuíta, diretor do Centro Jesuíta para Reflexão Teológica e coordenador da Rede de Defesa Global Inaciana. Também é coordenador da Coalizão da Constituição da Sociedade Civil, em Lusaka, Zâmbia, membro do Conselho de Administração de dois grupos da sociedade civil de redução da pobreza em Lusaka e integra a Rede Jesuíta de Centros Sociais Africanos. Recentemente, foi nomeado Provincial da Província da Zâmbia-Malawi dos Jesuítas na África. Possui mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade de Londres; é bacharel em Filosofia e Teologia. Em agosto de 2017, foi designado para acompanhar as eleições no Quênia.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais os desafios para se compreender a realidade da África Subsaariana, tanto do ponto de vista social como político e cultural?

Leonard Chiti – A maioria dos países subsaarianos compartilham experiências comuns tais como a má liderança, níveis altos de desempre-

go que levam à pobreza, tensões e, por vezes, conflitos relativos à etnia e um desempenho pobre das economias. Além disso, muitos líderes políticos e governamentais se envolvem em corrupção, dessa forma desviando recursos nacionais de onde deveriam ser empregados com fins de desenvolvimento.

IHU On-Line – O senhor atuou como observador nas eleições do Quênia. Como foi essa experiência?

Leonard Chiti – Passei uma semana no Quênia antes das eleições em agosto de 2017. No dia da eleição, fui transferido para uma região no leste do país, onde testemunhei,

“Os quenianos precisam ir além da identificação étnica quando se trata de eleger candidatos”

em primeira mão, a votação e a contagem dos votos. No dia mesmo da eleição, o processo foi tranquilo e não tivemos experiências negativas significantes.

IHU On-Line – O candidato de oposição Raila Odinga¹ se recusou a reconhecer a vitória de Uhuru Kenyatta², chegando a convocar manifestações. Como está a situação hoje?

Leonard Chiti – Com base em reportagens na imprensa, eu entendo que a Suprema Corte decidiu a favor do líder opositor. Foram convocadas novas eleições para 17 de outubro de 2017. O que me parece é que o xis da questão está na transmissão dos resultados de algumas zonas de votação que levaram a suspeitas de irregularidades eleitorais.

¹ **Raila Amolo Odinga** (1945): é um político queniano que atuou como o 2º Primeiro-Ministro do Quênia de 2008 a 2013 e Líder da Oposição desde 2013. Ele foi eleito pela primeira vez como deputado pelo Parlamento Langata em 1992, atuando como Ministro da Energia de 2001 a 2002 e como Ministro das Estradas, Obras Públicas e Habitação de 2003 a 2005. Ele foi o principal candidato da oposição na eleição presidencial de 2007, contra o Mwai Kibaki. Na eleição presidencial de 8 de agosto de 2017, saiu derrotado porque o ex-presidente Uhuru Kenyatta's Jubilee Party usou um algoritmo de matriz para interferir com o recorde de votos presidenciais e, eventualmente, colocar o titular na frente. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Uhuru Muigai Kenyatta** (1961): é um político queniano que é o quarto presidente do Quênia, no cargo a partir de 2013. Atualmente é membro do Partido do Jubileu do Quênia; ele estava anteriormente envolvido com a Aliança Nacional e antes da União Nacional Africana do Quênia. Uhuru foi reeleito para um segundo mandato nas eleições gerais de agosto de 2017, ganhando 54% do voto popular. A vitória foi formalmente declarada na televisão nacional pelo Presidente da Comissão Independente de Eleições e Fronteiras, Wafula Chebukati. No entanto, a eleição de Uhuru foi contestada com sucesso no Tribunal Supremo do Quênia por seu principal concorrente, Raila Odinga. O tribunal declarou inválida a eleição e ordenou a realização de uma nova eleição presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Quais as questões de fundo que são fundamentais para compreender essa disputa política no Quênia?

Leonard Chiti – A questão mais importante é a da etnicidade. Em geral, os quenianos votam segundo a etnia. No entanto, para que um candidato vença as eleições presidenciais, ele ou ela precisa contar com o apoio de vários grupos étnicos. Relacionada a isso está a questão do registro dos eleitores e o comparecimento às urnas. Ultimamente os candidatos têm mobilizado os seus eleitores a irem votar tanto quanto for possível. Essa tendência aumenta as chances de vencer, dadas as polaridades que existem na política queniana com respeito à identificação étnica.

IHU On-Line – Quais os maiores desafios do Quênia a partir de agora?

Leonard Chiti – Os quenianos precisam ir além da identificação étnica quando se trata de eleger candidatos. Como as coisas estão, aqueles que perdem uma eleição não irão reconhecer que ela foi livre e justa com base em um cenário já enviesado que vem com as afiliações tribais.

IHU On-Line – O Instituto Democrático Nacional dos Estados Unidos da América, entidade que patrocinou seu trabalho no Quênia, tem acompanhado diversos processos eleitorais na África. Por que é importante fazer esse acompanhamento?

Leonard Chiti – É importante assegurar aos cidadãos dos países africanos que é possível ter eleições livres, justas, críveis e transparentes. A avaliação independente dos sistemas eleitorais pode fornecer pesos e contrapesos. Nas situações onde as eleições são previamente tidas como não livres e não justas, as organizações internacionais podem fornecer provas independentes para apoiar ou desbancar tais asserções.

IHU On-Line – E como compreender o interesse, por parte de países mais ocidentalizados, pelos processos democráticos africanos?

Leonard Chiti – Alguns dos interesses advêm de motivos estratégicos, tais como a necessidade de combater o terrorismo ao redor do mundo. Outros se originam a partir do desejo de ver que as relações internacionais ou bilaterais entre doador e países beneficiários produzem resultados tangíveis. Há também o desejo de ver o entrenchamento dos princípios e práticas democráticos.

IHU On-Line – Em abril deste ano, missionários salesianos divulgaram que 3 milhões de pessoas estão morrendo de fome no norte do Quênia. A falta de alimentos ainda é o principal problema do país? Quais as outras regiões africanas mais conflagradas pelo flagelo da fome?

Leonard Chiti – Entendo que houve, nesta última época de plan-

tio, uma seca no país. Não tenho certeza de que muitas pessoas morreram, mas é verdade que o Quênia precisou importar milho de países como a Zâmbia para alimentar os seus cidadãos que experienciam a fome. Nos últimos tempos, muitos países na África parecem estar abordando com sucesso os desafios da segurança alimentar.

“Os quenianos votam segundo a etnia”

IHU On-Line – Como compreender o fato de que muitas pessoas ainda morrem de fome no continente africano? Como enfrentar esse problema?

Leonard Chiti – Como apontado na pergunta anterior, o problema principal é a seca. A maior parte dos alimentos na África é produzida por pequenos agricultores que possuem recursos financeiros e técnicos limitados para mitigar a seca. Daí que, quando a chuva não vem, o alimento se torna escasso e caro. O que a África precisa é desenvolver uma infraestrutura de irrigação e encontrar tecnologias apropriadas para garantir que os pequenos agricultores se tornem resilientes em face dos desafios relacionados com as mudanças climáticas.

IHU On-Line – A pobreza, as guerras e os conflitos internos são elementos que levam africanos a incursionarem mundo afora como imigrantes. Como é possível atacar os problemas que estão na gênese das recentes ondas migratórias? Qual o papel do Ocidente nesse processo?

Leonard Chiti – Podemos reter a onda de migrantes da África para outras regiões do mundo se conseguirmos tornar pacíficos, estáveis e prósperos os nossos países. Estamos muito distantes de alcançar isso. Os países ocidentais podem ajudar apoiando a África no fortalecimento de seus sistemas democráticos e na utilização de seus recursos naturais para resolver a pobreza e o subdesenvolvimento.

IHU On-Line – O Brasil também tem recebido muitos imigrantes africanos, essencialmente senegaleses. Num contexto e realidade completamente diferentes da Europa, os imigrantes também encontram muitas resistências da população nativa. Quais os desafios para se compreender e acolher o imigrante do século XXI? Qual o papel dos Estados e das sociedades?

Leonard Chiti – A primeira questão importante é respeitar a dignidade de tais pessoas. Elas são

filhos/as de Deus, feitos à sua própria imagem. Disso decorre conceder a elas o acesso a direitos humanos e liberdades fundamentais. E o mais importante é implementar protocolos internacionais relacionados aos refugiados e migrantes.

Como cristãos, podemos ver estas pessoas como irmãos e irmãs e conceder-lhes a caridade cristã necessária como vista no relato do Bom Samaritano.

IHU On-Line – Qual é sua nacionalidade? Como é ser um jesuíta na África? Que ações vêm sendo desenvolvidas pela Companhia de Jesus no continente?

Leonard Chiti – Sou zambiano. Fui treinado e formado para estar sensível às necessidades daqueles ao meu redor e a responder, sempre quando puder, às necessidades dos menos privilegiados. Tenho tentado implementar a missão da Companhia de Jesus (os jesuítas), que é o “serviço da fé, da qual a promoção da justiça é uma exigência absoluta”. A Zâmbia e a África em geral enfrentam desafios humanos imensos, desafios na área da justiça em sua maioria. A Companhia de Jesus vem elaborando respostas apropriadas para tais desafios e é ativa na busca por soluções duráveis e sustentáveis. ■

Leia mais

- **Eleições presidenciais no Quênia.** Entrevista com o jesuíta integrante da equipe de observadores eleitorais, reproduzida nas Notícias do Dia de 7-8-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2xNDlbi>.





**Revolução 4.0, Inteligência Artificial e Internet
das Coisas.
Impactos no modo de produzir e viver**

Impacto da quarta Revolução Industrial na economia e na indústria



**Dr. Vinicius Cardoso De
Barros Fornari**

Confederação Nacional da
Indústria – CNI

04 de outubro de 2017 (quarta-feira) | 19h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

A necessária ‘nacionalização’ da Revolução Pernambucana

Para Antônio Jorge de Siqueira, é importante pensar este fato histórico como emblemático para o Brasil, e não apenas para Pernambuco

João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

Pernambuco tem um papel peculiar na construção de um projeto de nação para o Brasil. “O sertão do semiárido e os sertões em geral, com os seus pioneiros, seus fazendeiros, vaqueiros, almocreves e desbravadores, foram a sementeira de um Brasil menos europeu, menos lusitano, menos atlântico e, especialmente, menos litorâneo”, afirma o professor Antônio Jorge Siqueira.

O destaque da província de Pernambuco nas narrativas da expansão e ocupação do espaço interiorano decorre também do fato de que o “sertanejo se caracterizou por ser aberto e tolerante com a miscigenação de raças, contribuindo decisivamente para a formação da identidade e da especificidade do Brasil como nação plurirracial”, explica Siqueira em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

E a Revolução Pernambucana, por sua vez, ocorrida no século 19, “contribuiria no campo das lutas políticas e das ideias com propostas seminais para a sementeira de um Brasil independente, republicano e tolerante”. Ao contrário do que muitos apontam, essa insurreição não tinha um caráter separatista.

“Pernambuco sonhava com o Brasil pátria e o Brasil nação, independentes”, destaca Siqueira. “Agora, 200 anos após, temos que ‘nacionalizar’ a revolução republicana de 1817. Pensá-la como um fato histórico emblemático para o Brasil como nação e não apenas para Pernambuco e os seus sertões. Nesse sentido, é urgente ‘despernambucanizar’ a Revolução de 1817”, defende.

Antônio Jorge de Siqueira é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Viamão e em Teologia pela Université Catholique de Fribourg, mestre em Sciences Economiques et Sociales – Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Leciona na Universidade Federal de Pernambuco. Publicou, entre outras obras, os livros *Palavra, silêncio e escuta* (Recife: Editora UFPE, 2007); *Os padres e a teologia da ilustração: Pernambuco – 1817* (Recife: Editora UFPE, 2009); *Sertão sem fronteiras: memórias de uma família sertaneja* (Recife: Editora UFPE, 2010); e *Labirintos da modernidade: memória, narrativa e sociabilidades* (Recife: Editora UFPE, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A identidade sertaneja pode ser considerada um ingrediente importante para a revolta das capitanias do Norte e do Nordeste no período colonial, especialmente na Revolução Pernambucana de 1817?

Antônio Jorge de Siqueira – Eu pessoalmente não faço uma distinção entre a identidade do sertanejo pernambucano e a dos demais sertanejos dos estados no perímetro do semiárido nordestino: Bahia, Paraíba, Piauí, Alagoas, Ceará... Vejo mais o que há de comum entre eles

do que mesmo eventuais diferenças ligadas ao sotaque da fala, ao preparo da alimentação e o manejo da agricultura etc.

Apontadas essas pequenas diferenças, sim, há uma comum mundivivência do sertanejo nordestino do

“Do ponto de vista histórico, a província de Pernambuco tem um destaque especial nas narrativas da expansão e ocupação do espaço interiorano”

semiárido. Os traços comuns dessa cultura sertaneja no Nordeste provêm de fatores históricos, sociais e econômicos ligados à ocupação do espaço, à sua convivência com a natureza, às relações sociais advindas da estrutura econômica de produção, da sobrevivência física, de suas relações sociais e do poder político. De tal modo que, de maneira geral, o sertanejo pernambucano tem mais afinidades do que mesmo diferenças com relação aos demais. Óbvio, do ponto de vista histórico, a província de Pernambuco tem um destaque especial nas narrativas da expansão e ocupação do espaço interiorano. Ao lado da Bahia, Pernambuco foi uma das maiores províncias do Nordeste em extensão territorial, em antiguidade e importância do ponto de vista administrativo e econômico, especialmente no período colonial. Como narra Capistrano de Abreu¹, o espaço provincial pernambucano foi um dos caminhos de consolidação do perímetro ocupado para a conquista dos sertões inóspitos do interior nordestino, ao lado daquele do rio São Francisco que, partindo da Bahia, chegava até ao Piauí e ao Maranhão. Eram as históricas rotas dos caminhos do gado e da comercialização em geral.

Dito isso, é importante enfatizar, tal como historiadores como João Reis² o fazem, que o sertão do se-

miárido e os sertões em geral, com os seus pioneiros, seus fazendeiros, vaqueiros, almocreves e desbravadores, foram a sementeira de um Brasil menos europeu, menos lusitano, menos atlântico e, especialmente, menos litorâneo. Eu diria mesmo, um Brasil mais autóctone, mais mestiço, que fugiu da dicotomia branca *versus* negra, da matriz colonizadora para uma ocupação pioneira. Foge, pois, da colonização em sua intrínseca relação de dependência com a africanidade, como se verifica na faixa litorânea. E digo isso com o maior respeito pela contribuição dos afrodescendentes para a constituição da identidade daquilo que fez e faz o Brasil ser Brasil. Apenas me refiro a essa importância da mundividência-sertão, com a sua integração e inclusão étnico-racial, extrapolando aqui a especificidade de Pernambuco. Principalmente para ressaltar que o sertão tem na sua gênese e historicidade a coragem, a intrepidez e a bravura dos seus parques habitantes de vencer os desafios da natureza inóspita, do isolamento, das distâncias, das agruras e adversidades – inclusive do próprio clima –, no caso do semiárido. Desde o início do povoamento do interior do país que o sertanejo se caracterizou por ser aberto e tolerante com a miscigenação de raças, contribuindo decisivamente para a formação da identidade e da especificidade do Brasil como nação plurirracial. Do mesmo modo

que a Revolução de 1817, no século 19, contribuiria no campo das lutas políticas e das ideias com propostas seminais para a sementeira de um Brasil independente, republicano e tolerante.

O sertão do semiárido, seja ele pernambucano, paraibano ou sergipano, contribuiu para o Brasil ser Brasil de maneira distinta de como a Revolução de 1817 concorreu com o seu protagonismo de lutas para o Brasil ser um país livre e independente. É preciso que se diga, entretanto, que Pernambuco, sem demérito da história de resistência das demais províncias da região Nordeste, tem uma trajetória rica na sua memória de lutas e na preservação do seu espaço – caso da expulsão dos holandeses –, na busca dos sonhos republicanos, com Bernardo Vieira de Melo³ e a Revolução de 1817, bem

1 **João Capistrano de Abreu** (1853-1927): um dos primeiros historiadores brasileiros, produziu ainda nos campos da etnografia e da linguística. A sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **João José Reis** (1952): um dos mais importantes historiadores do Brasil, considerado uma referência mundial para o estudo da história e da escravidão no século 19. Autor de diversos livros, entre

eles *A morte é uma festa*, que lhe rendeu o Prêmio Jabuti de Literatura. Graduado em História pela Universidade Católica de Salvador, mestre e doutor pela Universidade de Minnesota. Foi professor visitante das universidades de Michigan, Brandeis, Princeton, Texas e Harvard. Leciona na Universidade Federal da Bahia. (Nota da **IHU On-line**)

3 **Bernardo Vieira de Melo** (1658-1714): sertanista e administrador colonial luso-brasileiro. Nasceu na freguesia de Muribeca, hoje município de Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco). Foi militar desde 1675 e recebeu patente de capitão-mor de Iguacu em 17 de novembro de 1691. Auxiliou o capitão Fernão Carrilho na guerra do Quilombo dos Palmares, onde teve atuação destacada, combatendo guguês e jacurus. Na Serra da Barriga - Palmares, socorrendo o sargento-mor da tropa alagoana Sebastião Dias Manelli, e agindo de acordo com Domingos Jorge Velho, provocou enorme matança de mais de 400 negros prisioneiros. Por reconhecimento de sua atuação em Palmares, foi nomeado governador do Rio Grande do Norte em 8 de janeiro de 1695, tendo sido o grande responsável pela pacificação da região ao combater os índios Janduis no sertão do Rio Grande do Norte. De regresso a Pernambuco, em 25 de setembro de 1709 foi nomeado sargento-mor do Terço da Linha do Recife. Tomou parte ativa na luta de classes entre a nobreza de Olinda e a burguesia de Recife, defendendo a aristocracia pernambucana, da qual fazia parte. Em 10 de novembro de 1710, revoltados com as concessões dadas pelo reino de Portugal aos recifenses (Carta Régia que elevou Recife à condição de vila e a autorização para instalação de um Pelourinho dada pelo governador de Pernambuco), os olindenses sublevaram-se, eclodindo a que ficou conhecida como Guerra dos Mascates. Após destituírem o governador, que fugiu para Salvador, Bernardo Vieira de Melo deu o primeiro grito de Repú-

como na defesa do constitucionalismo e da autonomia das províncias, com Frei Caneca⁴, entre tantos. Lu-

blica do Brasil no Senado da Câmara de Olinda, onde exercia a função de vereador. Pregou o rompimento com Portugal e, se necessário fosse, aliança com os franceses. Derrotado o movimento republicano, Bernardo Vieira de Melo foi condenado por crime de lesa-majestade e inconfidente. Juntamente com outros parentes e companheiros, derrotados nessa Guerra dos Mascates, entregou-se em 1712 e foi recolhido inicialmente ao Forte de São João Batista do Brum, no Recife, e em seguida é embarcado para Lisboa. A 10 de janeiro de 1714, acendeu em sua cela na Cadeia do Limoeiro (Lisboa) um fogareiro de carvão, tendo falecido vítima da intoxicação por gás carbônico. Foi sepultado no Mosteiro do Carmo na capital do Reino. Dá nome à principal avenida do bairro de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. E, também a uma das avenidas mais importantes e movimentadas de Natal, capital do Rio Grande do Norte. O hino do estado de Pernambuco faz menção ao seu feito, ao afirmar que “a república é filha de Olinda”. (Nota da **IHU On-line**)

4 Frei Caneca [Joaquim da Silva Rabelo] (1779-1825): religioso e político brasileiro. Foi um dos principais líderes da Revolução Pernambucana. Também esteve envolvido na Confederação do Equador. Ordenou-se em 1801, com a necessária dispensa apostólica de idade, pois tinha 22 anos, e passou a ser conhecido como Joaquim do Amor Divino Caneca, sendo este último nome uma homenagem ao seu pai, que fabricava vasilhames. Criado o Seminário de Olinda, obteve autorização para cursar ali as disciplinas que a Ordem não lhe havia oferecido. Frequentava a biblioteca do seminário e a dos Oratorianos, em Recife, formando a sua notável erudição. Em 1803, foi nomeado professor de Retórica e Geometria de seu convento, onde lecionou posteriormente Filosofia racional e moral. A partir de certo momento, o “seu interesse extrapolou os muros do claustro, como indica seu movimento na cadeira pública de geometria da comarca de Alagoas”. Ali permaneceu pouco tempo, dada a perspectiva de nomeação para idêntica cadeira no Recife, a qual não se concretizou pela Revolução Pernambucana, em 1817. De ideias liberais, partilhava ideias republicanas e frequentou a Academia do Paraíso, um dos centros de reunião daqueles que, influenciados pela Revolução Francesa e pela independência dos EUA, conspiravam contra o jugo português. Participou ativamente da Revolução Pernambucana, que proclamou uma república e organizou o primeiro governo independente na região. Não há referência a participação sua, diz Cabral de Mello, “nos acontecimentos inaugurais da sedição de 6 de março, como a formação do governo provisório. Assim é que da relação dos eleitores que o escolheram, não consta seu nome. Sua presença só se detecta nas últimas semanas de existência do regime, ao acompanhar o exército republicano que marchava para o sul da província a enfrentar as tropas do conde dos Arcos, ocasião em que, segundo a acusação, teria exercido de capitão de guerrilhas.” Era conselheiro do exército republicano do sul, comandado pelo coronel Suassuna. Com a derrota do movimento, foi preso e enviado para Salvador, na Bahia. Ali passou quatro anos detido, dedicando-se à redação de uma gramática da língua portuguesa. Libertado em 1821, no contexto do movimento constitucionalista em Portugal, Frei Caneca voltou a Pernambuco e retomou as atividades políticas. Durante a sua viagem, chegou a ser detido ainda na antiga cadeia de Campina Grande. Em 1824, tomou parte, com Cipriano Barata, como um dos líderes na Confederação do Equador, movimento republicano e separatista. Seus argumentos não se dirigiam contra o imperador, mas contra o que considerava a derrapagem autoritária de José Bonifácio. Foi detido no exercício de suas funções de secretário das tropas sublevadas, das quais era também orientador espiritual, pelas tropas imperiais a 29 de novembro, sendo conduzido para o Recife. Foi preso e levado para um calabouço. No dia de Natal do mesmo ano, foi transferido de sua cela a uma sala incomunicável, para receber a sentença. Muito foi feito para que Caneca não fosse executado. Houve petições, manifestações de ordens religiosas, pedidos de clemência. Em vão. Em 18 de dezembro de 1824, ali foi instalada uma comis-

tas essas que se teceram numa união de forças com outras províncias do Nordeste. Especialmente no caso da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador⁵, poucos anos depois. Sinal de que não foram lutas nem ideais separatistas, como muitos enxergaram. A nova república de 1817 tinha no seu emblema maior – a sua bandeira – a cruz, o arco-íris e três estrelas. Exatamente a configuração de uma confederação composta das três províncias: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Como se sabe, os líderes revolucionários de 1817 pretendiam engajar as províncias nordestinas na luta pela emancipação nacional e não se fixar em uma rebelião local ou apenas regional. Conseguiram o apoio da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Enviaram emissários para os sertões da Paraíba, do Ceará, para a comarca das Alagoas e para a Bahia. Prova incontestada de sua liderança política regional e dos seus sonhos e protagonismo para um Brasil república a partir da região Nordeste. Mas isso tudo não se fez ao acaso e nem do dia para a noite. Como disse, a província

são militar sob a presidência do coronel Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias) para proceder ao seu julgamento sob a acusação do crime de sedição e rebelião contra as imperiais ordens de sua Majestade Imperial. Foi condenado à morte por enforcamento. Nos autos do processo, Frei Caneca é indiciado como um dos chefes da rebelião, “escritor de papéis incendiários”. A 13 de janeiro de 1825, foi armado o espetáculo do enforcamento diante dos muros do Forte das Cinco Pontas. Despojado do hábito religioso, ou seja, “desautorado das ordens” na igreja do Terço, na forma dos sagrados cânones”, ainda assim tendo três carrascos que se recusaram a enforcá-lo. A Comissão Militar ordenou seu arcabuzamento (ação ou efeito de assassinar ou machucar através de tiros), em razão da desobediência dos carrascos. Seu corpo foi colocado junto a uma das portas do templo carmelita, no centro do Recife. Seu corpo foi deixado num caixão de pinho em frente ao Convento das Carmelitas, de onde os padres o recolheram e enterraram em um local até hoje não identificado. O muro contra o qual o religioso foi fuzilado, vizinho ao Forte das Cinco Pontas, continua de pé. O local está marcado por um busto e por uma placa alusiva, colocada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano em 1917. Da iconografia sobre Frei Caneca, a obra mais conhecida do público é Execução de Frei Caneca, de Murillo La Greca. (Nota do **IHU On-Line**)

5 Confederação do Equador: movimento revolucionário de caráter separatista e republicano que eclodiu no dia 2 de julho de 1824 em Pernambuco, se alastrando para outras províncias do Nordeste do Brasil. Representou a principal reação contra a tendência monarquista e a política centralizadora do governo de dom Pedro I (1822-1831), esboçada na Carta Outorgada de 1824, a primeira Constituição do país. O conflito tem raízes em movimentos anteriores na região: a Guerra dos Mascates (1710-1711) e a Revolução Pernambucana (1817), esta última de caráter republicano. (Nota da **IHU On-line**)

já era detentora de uma história de irredentismo político. Neste sentido, as insurreições pernambucanas soam como comprovação histórica de que fomos independentes, solidários e autóctones quando nos Guararapes expulsamos os holandeses, no século 17. Sem a ajuda da metrópole, contando com ajuda dos nativos. Antecipadores da autonomia do Brasil quando ocupamos o espaço inóspito dos sertões do país a dentro, séculos 17-18, e quando, em 1817 e 1824, ousamos plantar a semente de um Brasil republicano e constitucionalista, com o martírio de mais de uma dezena de líderes protagonistas. Em 1817, mais precisamente, Pernambuco sonhava com o Brasil pátria e o Brasil nação, independentes. Pagou caro por sua rebeldia e protagonismo. Fatiaram a porção física e geográfica do seu território, oferecendo-as aos aproveitadores áulicos de plantão. Por isso mesmo acho que, agora, 200 anos após, temos que “nacionalizar” a revolução republicana de 1817. Pensá-la como um fato histórico emblemático para o Brasil como nação e não apenas para Pernambuco e os seus sertões. Nesse sentido, é urgente “despernambucanizar” a Revolução de 1817.

IHU On-Line – No contexto da Revolução de 1817, Pernambuco reivindicava um protagonismo na política e na sociedade imperial. Hoje, o estado tem relevância na cena política nacional?

Antônio Jorge de Siqueira – Durante o período do primeiro e segundo Impérios, no Brasil, o Parlamento tinha duas bancadas da região Nordeste muito atuantes: a de Pernambuco e da Bahia. No regime bipartidário, a representação de Pernambuco se fez sempre presente com muita força e visibilidade na cena parlamentar, que ia dos conservadores aos liberais. Não é por acaso que, já neste período, a alcunha de Pernambuco era a de “Leão do Norte”. É o caso de citar o nome de figuras lendárias na história parlamentar do Império, tais como Na-

buco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco⁶, que, ao lado de João Alfredo⁷, se destacaram como abolicionistas convictos. E tudo isso num país que não tinha a menor vergonha de continuar sendo escravocrata, sacramentando práticas patrimonialistas e tomando de assalto o Estado através de práticas corruptas, conservadoras e elitistas. Pernambuco fazia reverberar no Parlamento as dores das desigualdades sociais e regionais que viriam a se manifestar em uma outra de suas revoltas históricas, no período, levadas a cabo pela representação liberal da província, a Revolta da Praieira⁸ (1848-1850). O Parlamento se negou a empossar um senador representante de Pernambuco, Chichorro da Gama⁹.

Eu diria que, em Pernambuco, a política sempre esteve muito presente na vida dos seus habitantes, exatamente como consequência do papel primordial da liderança regional e da força de sua cultura nos períodos

colonial e imperial. Um estado muito bem servido por uma imprensa, que não pode ser vista apenas como conservadora. Uma política cuja força reside na diversidade de suas demandas, conjugando o conservadorismo de suas elites interioranas e coronelistas com o da açucarocracia. Mesclando a demanda das desigualdades com a luta contra os privilégios das elites. A prova dessa politização de Pernambuco está na força histórica do seu voto e da sua representação plural no estado, e fora do estado, no Congresso Nacional.

Um político pernambucano famoso – Agamenon Magalhães¹⁰ –, ainda na época do Estado Novo, afirmava ser o Recife uma “cidade cruel”, exatamente pela força e pela simbologia de luta e resistência do seu eleitorado através do voto. Lembrar os nomes de políticos prestigiosos do estado como Agamenon Magalhães, Pelópidas Silveira, Josué de Castro, Cid Sampaio, Miguel Arraes, Marco Maciel, Jarbas Vasconcelos, Fernando Lyra, Marcos Freire e Eduardo Campos não é dizer tudo da relevância de sua representação no cenário local e nacional. Afinal, o Brasil continua com suas desigualdades regionais que se reproduzem na representação do parlamento, ao lado da representação dos demais estados das outras regiões do país. Mas, no foco da pergunta, bastaria citar um nome como o de Miguel Arraes de Alencar que, ao lado de Leonel Brizola¹¹ e Ulysses Guimarães¹², bastariam para digni-

ficar a atuação e o legado político da representação de qualquer estado da federação. Sem falar de Lula¹³, pernambucano, carismático, mas cuja carreira política se gesta no movimento sindical do Sudeste.

O eleitor pernambucano é muito exigente. E, igual a muitos outros estados da federação, pratica também uma política muito próxima das vertentes coronelistas, que, aqui, se reciclam com muita frequência e desfaçatez política. Afinal, o Brasil é um país patrimonialista contra o que já se lutava em 1817...

“Há uma
comum
mundividência
do sertanejo
nordestino do
semiárido”

19

6 **Joaquim Nabuco [Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo]** (1849-1910): político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro formado pela Faculdade de Direito do Recife. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Na data de seu nascimento, 19 de agosto, comemora-se o Dia Nacional do Historiador. Foi um dos grandes diplomatas do Império do Brasil (1822-1889), além de orador, poeta e memorialista. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **João Alfredo Correa de Oliveira** (1835-1919): político, abolicionista e monarquista brasileiro. Integrado no Partido Conservador, esteve ligado à formulação da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea. Foi também o principal articulador da primeira lei universalizante sobre o registro civil no Brasil, em 1874. Foi deputado provincial, deputado geral e ministro dos Negócios do Império (março de 1870 a junho de 1875). Outros cargos ocupados incluem o de ministro da Agricultura, presidente do Conselho de Ministros, conselheiro de Estado, presidente das províncias do Pará e São Paulo e ainda senador. Presidiu o Conselho de Ministros (primeiro-ministro de D. Pedro II), de 10 de março de 1888 a 7 de junho de 1889. Foi chefe do governo e maior adversário de Joaquim Nabuco em Pernambuco. Seu ministério assegurou a aprovação parlamentar do projeto da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel, que exercia o cargo de regente do império em razão de viagem do Imperador à Europa. Presidiu o Banco do Brasil, após a proclamação da república. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Revolução Praieira**: também denominada como Insurreição Praieira, Revolta Praieira ou simplesmente Praieira, foi um movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu, durante o Segundo Reinado, na província de Pernambuco, entre 1848 e 1850. A última das revoltas provinciais está ligada às lutas político-partidárias que marcaram o Período Regencial e o início do Segundo Reinado. Sua derrota representou uma demonstração de força do governo de D. Pedro II (1840-1889). (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Antônio Pinto Chichorro da Gama** (1800-1887): juiz de fora, desembargador e político brasileiro nascido na Bahia. Foi deputado geral, ministro interino da fazenda, presidente da província de Pernambuco e senador do Império do Brasil, de 1865 a 1887, cargo este último que era na época vitalício. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães** (1893-1952): promotor de direito, geógrafo, professor de Geografia e político nascido em Pernambuco. Deputado estadual (1918), federal (1924, 1928, 1932, 1945), governador de estado (1937, 1950) e ministro (Trabalho e Justiça). (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Leonel Brizola** (1922-2004): político nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira os **Cadernos IHU em formação** intitulado *Populismo e trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <https://goo.gl/w29ZJc>. Leia também a **IHU On-Line** intitulada *Leonel de Moura Brizola 1922-2004*, disponível em <https://goo.gl/8s52Ew>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Ulysses Guimarães** (1916-1992): político e advogado nascido em São Paulo. Foi presidente da Assembleia Constituinte que deu origem à Constituição Federal de 1988. Um dos grandes

IHU On-Line – A busca por uma identidade nacional pode ser considerada a gênese da Revolução Pernambucana? Por quê?

Antônio Jorge de Siqueira – Esta é uma pergunta que leva ao cerne de um dos significados e legados mais importantes da Revolução de 1817. Afinal, o Brasil como nação não

apoiadores da redemocratização do Brasil, cuja campanha ficou conhecida como Diretas Já. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Luiz Inácio Lula da Silva [Lula]** (1945): Trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É co-fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava-Jato (Nota da **IHU On-Line**)

existia no momento da eclosão da rebelião, aos 6 de março, na vila-cidade do Recife. Era apenas uma colônia, sede da monarquia portuguesa, que fugira às pressas para o Rio de Janeiro. A Coroa lusitana mantinha todas as pretensões de continuar dominando a porção mais preciosa do seu domínio absolutista na América, o Brasil, com seu vasto território e sua comunidade linguística. O sonho de um novo império luso-americano? Lisboa agora estava no Rio de Janeiro, e o Rio de Janeiro se travestia de Lisboa. Um domínio monárquico, absolutista, centralizador e absolutamente avesso aos princípios emanados do iluminismo, da Revolução Francesa¹⁴ e dos sonhos libertários da América espanhola.

O Brasil não era nada, além de consumidor de mercadorias provenientes da Europa e um mero fornecedor de metais preciosos e exportador de bens provenientes da sua agricultura. As províncias do Brasil pagavam as contas de uma corte que mantinha sob rígido controle o poder absolutista e centralizador das vaidades dos áulicos e dos cortesãos reinóis. A cobrança abusiva de impostos onerava os cofres das províncias. Algumas mais sacrificadas que outras, caso de Pernambuco, que pagava até despesas para iluminação da cidade do Rio de Janeiro, sede do reino, época em que a cidade-vila do Recife sequer tinha iluminação em suas ruas.

A Revolução de 1817 irrompe nesta cena política como uma proposta descolonizadora. Teríamos que trilhar os caminhos que nos libertassem do jugo e das amarras da colonização. Por isso mesmo, pode-se afirmar

sem nenhuma pretensão bairrista que, aí, nesse momento e nessa sublevação, nasce o Brasil como nação, como pátria, como república, como Estado autônomo e confederado. O que, aliás, eram ideias e ideais caros ao momento histórico que se vivia. Especialmente plasmados no palco das Américas, mormente nos Estados Unidos. Claro, na política nada surge do nada, nem irrompe de um momento para outro. Por isso mesmo uso aqui a expressão “nasce”, o que pressupõe a semente de uma semente, num terreno fértil e com as condições de germinar como planta. Ou como projeto. Em 1817, o Brasil nasce como sonho, como desejo, como luta, como promessa. Algo que talvez se tenha vislumbrado na Revolta dos Alfaiates¹⁵, na Bahia, e na Inconfidência¹⁶ das Minas Gerais.

Em 1817, no panfleto *Preciso* e nos demais documentos que foram divulgados nas hostes revolucionárias de Pernambuco e outras capitanias do Nordeste, o Brasil como projeto de país, de república, de pátria e de sociedade de direitos, livre e tolerante, se apresentava pela primeira vez no Brasil como proposta coerente, robusta e bem fundamentada juridicamente. 1817, diria Oliveira Lima, rompendo com o silêncio preconceituoso e mal-intencionado de Francisco Adolfo Varnhagen, patrono da historiografia cortesã do Rio de Janeiro, foi “a única revolução brasileira digna deste nome. A mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática de nossas numerosas revoluções”.

Os *Autos de Devassa* lavrados no momento da repressão brutal que se abateu sobre as lideranças da rebelião pernambucana não escondem em suas entrelinhas os propósitos

absolutamente antecipadores de um projeto generoso de república para o Brasil, que despontava nas entranhas das lutas descolonizadoras de então. Sob a inspiração das elites letradas de Pernambuco, onde sobressai um clero ilustrado que foi educado no Seminário de Olinda, propunha-se uma sociedade patriótica, livre e independente das cadeias do absolutismo reinol de Portugal. Uma república despojada de privilégios e honrarias próprias dos reis e do regime absolutista. Uma sociedade constitucionalista e tolerante quanto às práticas religiosas. Uma sociedade que nascia já condenando o escravismo, coisa inédita na história de um país como o Brasil, que cultivou e foi conivente com a escravidão por três séculos. Aí, na gênese de 1817, nasceu o Brasil que sobreviveria por escassos dias e meses, terminando por soçobrar na desigual correlação de forças do centralismo reinol de Dom João VI¹⁷ e na des-

17 **D. João VI** (1767-1826): seu nome completo era João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança. Nasvido em Lisboa, cognominado O Clemente, foi rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822 (quando da independência do Brasil, que redundou na extinção do Reino Unido até então existente). De 1822 em diante, foi rei de Portugal e Algarves até a sua morte. Pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1825, que reconhecia a independência do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, também foi o imperador titular do Brasil, embora tenha sido o seu filho D. Pedro o imperador do Brasil de fato. Um dos últimos representantes do absolutismo, D. João VI viveu em um período tumultuado, e o seu reinado nunca conheceu paz duradoura. Ora era a situação portuguesa ou europeia a degenerar, ora era a brasileira. Não esperara vir a ser rei, só tendo ascendido à posição de herdeiro da Coroa pela morte do seu irmão mais velho, D. José. Assumiu a regência quando a sua mãe, a rainha D. Maria I de Portugal, foi declarada mentalmente incapaz. Teve de lidar com a constante ingerência nos assuntos do reino de nações mais poderosas, notadamente Espanha, França e Inglaterra. Obrigado a fugir de Portugal quando as tropas napoleônicas invadiram o país, enfrentou revoltas liberais no Brasil, que refletiam acontecimentos similares na metrópole, sendo compelido a retornar à Europa no meio de novos conflitos. Perdeu o Brasil quando o seu filho Pedro IV de Portugal proclamou a independência desse território, e viu o seu outro filho, D. Miguel, rebelar-se, buscando depô-lo. Provocou a morte envenenada. O seu casamento foi da mesma forma acidentado, e a esposa, Carlota Joaquina de Bourbon, repetidas vezes conspirou contra o marido a favor de interesses pessoais ou de Espanha, seu país natal. Não obstante as atribulações, deixou uma marca duradoura especialmente no Brasil, criando inúmeras instituições e serviços que sedimentaram a autonomia nacional, sendo considerado por muitos pesquisadores o verdadeiro mentor do moderno Estado brasileiro. Apesar disso é, até hoje, um dos personagens mais caricatos da história luso-brasileira, sendo acusado de indolência, falta de tino político e constante indecisão, sendo a sua pessoa retratada amiúde como grotesca, imagem injusta na maioria das situações, segundo a historiografia mais recente. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Revolução Francesa**: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Conjuração Baiana**: também denominada como Revolta dos Alfaiates, pois seus líderes exerciam este ofício, foi um movimento de caráter emancipacionista, ocorrido no século 18, na Bahia. Diferentemente da Inconfidência Mineira (1789), se reveste de caráter popular. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Inconfidência Mineira**: um dos mais importantes movimentos sociais da História do Brasil. Significou a luta pela liberdade, contra a opressão do governo português no período colonial. Ocorreu em Minas Gerais no ano de 1789, em pleno ciclo do ouro. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), é reconhecido como mártir do movimento, patrono cívico e herói nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

comunal carnificina da vingança da realeza absolutista. Vale citar, ainda uma vez, a opinião insuspeita de Oliveira Lima sobre a Revolução de 6 de março de 1817: “Instrutiva pelas correntes de opinião, que no seu alcance se desenharam, atraente pelas peripécias, simpática pelos caracteres, e tocante pelo desenlace”.

IHU On-Line – Qual a importância de se constituir um projeto de nação a partir do fortalecimento das identidades regionais?

Antônio Jorge de Siqueira – O Rio de Janeiro sediava a Corte do Império de Dom João VI, o que representava um ônus para as diversas províncias da colônia. Afinal, todo o aparato de uma realeza migrou de Portugal para o Brasil. O centro político e administrativo da colônia passou a ser exercitado no Sudeste, em torno do qual as demais regiões da colônia orbitavam. O Sudeste, entenda-se, o Rio de Janeiro, passa a ser o centro dinâmico, politicamente falando, de gestação de um poder centralizador. As províncias das outras regiões, do Sul, do Norte e do Centro do Brasil – naquele tempo não se falava do Nordeste, por exemplo! – eram periféricas com relação ao Sudeste. Em razão da realeza, do absolutismo e do centralismo político, uma só região pautava os procedimentos econômicos, religiosos, militares e administrativos para serem obedecidos pelas demais. No caso do Nordeste, a região de há muito perdera a importância e o dinamismo de sua economia para a mineração e para o açúcar e o café do Sudeste. Já havia uma corrosão da economia pernambucana e nordestina, na natureza da sua produção canavieira e algodoeira. A aristocracia canavieira pernambucana vivia as suas dificuldades há muito tempo. Sem falar nas secas que assolavam grande parte do território dos sertões dessas províncias do Nordeste. O ano de 1816 foi época de uma seca avassaladora para a economia de Pernambuco. E pesava sobre a elite econômica da província o volume excessivo de im-

postos – François Tollenare aponta nada menos que 18 impostos –, aumentando o descontentamento e a insatisfação dos habitantes da província. O forte mesmo da economia pernambucana era o seu comércio portuário, com a importação e exportação e a prestação de serviços. A insatisfação com o centralismo da Corte, no Sudeste, aumentava ano a ano. E Pernambuco foi uma das poucas províncias que contou com uma elite letrada que havia frequentado os bancos do Seminário de Olinda, onde se lia Voltaire¹⁸, Condorcet¹⁹, Mably²⁰ e Rousseau²¹.

Tudo isso nos leva à percepção de que as possibilidades de se rebelar contra o centralismo do poder da Coroa estariam muito mais ao alcance da periferia do que mesmo do centro regional do poder absolutista e colonizador do Rio de Janeiro. Os

18 **Voltaire** (1694-1778): pseudônimo de François-Marie Arouet, poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês. Uma de suas obras mais conhecidas é o *Dicionário Filosófico*, escrito em 1764. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Marquês de Condorcet** (1743-1794): filósofo e matemático francês ligado ao enciclopedismo. Foi o primeiro a formular uma ciência objetiva para a sociedade, livre dos interesses dos poderosos da época. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Gabriel Bonnot de Mably** (1709-1785): eventualmente conhecido como Abbé de Mably, foi um filósofo francês. Estudou no Colégio de Jesuítas de Lyon e, depois, no Seminário de Saint-Sulpice, em Paris. Abandonou a carreira eclesiástica após ter chegado ao subdiaconato. Quando o cardeal de Tencin entrou para o Ministério, Mably integrou seu gabinete. Entre seus trabalhos dessa época estão a redação do projeto do tratado que Voltaire entregou a Frederico II da Prússia e a preparação das negociações do Tratado de Breda. Quando o cardeal rompeu um casamento entre um católico e uma protestante, Mably protestou e apartou-se dele. Dessa época em diante, permaneceu afastado das ocupações públicas, dedicando-se, até sua morte, apenas aos estudos. Diferentemente de outros filósofos da época das luzes, Mably não foi um otimista. Por suas obras, é considerado um dos mais importantes inspiradores da legislação revolucionária de 1789. Era hostil à propriedade privada dos meios de produção e, por isso, pode-se considerá-lo como um precursor do socialismo. Contestando o poder real, desejava, entre outras coisas, que o controle das finanças e do Exército fosse retirado do poder real e entregue a uma assembléia única, mas não eleita por meio do sufrágio universal. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da **IHU On-Line**, de 22-4-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da **IHU On-Line**)

líderes revolucionários pernambucanos logo perceberam que não seria impossível uma resistência confederada de províncias, começando pelo Nordeste, como de fato se iniciou. A adesão da Bahia seria fundamental para o êxito dessa expansão rebelde e revolucionária. E não faltaram argumentos de ordem religiosa, econômica, política e ideológica. Basta compulsar a documentação que dá conta dos informes, das cartas e das declarações dos chefes do governo provisório da iminente república de 1817. Interessante observar como esse mesmo protagonismo político das regiões periféricas, ainda mesmo no período colonial, em 1817, volta a se redefinir poucos anos após, no Brasil Império, em 1824, também em Pernambuco, nos meandros da Confederação do Equador. Delineava-se, assim, o que hoje denominamos na sociologia política como “questão regional”, uma verdadeira batalha pela hegemonia do Estado-Nação. Mas que, naqueles idos de 1817, se configurava ainda como uma luta descolonizadora, que trazia no seu bojo as dores do parto da identidade nacional.

“A Revolução de 1817 recebeu a alcunha de ‘revolução dos padres’”

IHU On-Line – Como o ingrediente religioso incide sobre a cultura e a sociedade pernambucanas? De que forma essa relação entre religião e sociedade se estabelece no período colonial?

Antônio Jorge de Siqueira – Começaria respondendo pela segunda questão, que trata da relação entre religião e sociedade na colônia e, em seguida, tentaria perceber como o aspecto religioso teve sua incidência na cultura e so-

cidade pernambucanas. A colonização portuguesa tem uma relação muito particular e específica com a religião católica. A primeira característica é que o catolicismo praticado em Portugal tem um caráter de cristandade, no sentido que ele abarca por completo as apreensões do mundo profano e as dimensões da vida afetiva e espiritual de cada pessoa. Portanto, nada escapa aos quadrantes da religiosidade cristã. Em segundo lugar, muito ligado ao poder temporal dos reis, a religião passa a ser um departamento que está na órbita e nas malhas dos cuidados do Estado, no caso português, da Coroa. É o regime denominado de Padroado pelo qual o Estado se encarrega de garantir a propagação da fé, nomeando bispos, criando dioceses, freguesias e paróquias, mantendo o culto, a construção e ornamento das igrejas, além de recolher o dízimo e empreender o pagamento do trabalho dos ministros da igreja, as cômguas. Desse modo, no sistema do Padroado, cada bispo e cada vigário passam a ser um funcionário da Coroa portuguesa. Em terceiro lugar, algo muito especial e que nos toca enquanto país que foi longamente colônia lusa. Trata-se do fato que a colonização ibérica – Espanha e Portugal – é historicamente associada aos descobrimentos que, por sua vez, foram uma missão cristianizadora na medida em que os descobrimentos estiveram associados à dilatação da fé cristã. Ser colônia de Portugal, portanto, era sinal de redução de “infieis” à fé católica. Por exemplo, os índios eram infieis e, como tais, careciam de ser batizados. Ser colono em domínios lusos equivalia a ser um soldado a serviço do rei, na sua missão cristianizadora.

Ora, isso terá muita importância, no momento das lutas pela descolonização – caso da luta de 1817 – porque equivalia, em última análise, a romper com uma lógica de cristandade. E essa ruptura, visando à autonomia-independência do espaço colonizado, descolando-se do monarca, implicava recompor

aquele espaço da fé cristã, agora sem a cosmovisão de cristandade. Sendo cidadão da república, sem ser súdito do rei, equivalia a praticar a fé cristã, agora no foro das subjetividades, enquanto sujeito e pessoa. Uma verdadeira revolução de que os padres de Pernambuco lançariam mão para cimentar junto à população iletrada as vantagens e os benefícios da sublevação contra um soberano que, então, era declarado impostor e, de modo algum, mediador da fé cristã e católica. Então, descolonizar era ir de encontro ao poder político absolutista, era se opor e se descolar do príncipe. Mas era, também, romper com a estrutura legitimadora do poder monárquico que se fazia valer da instrumentalização da cristandade para se dizer legítimo, porque ungido da missão de propagar a fé, de fazer os infieis fiéis ao príncipe e a Deus. Aí está, de modo sucinto, a relação social e política que vislumbro entre a religião católica e a sociedade, no período do Brasil colônia.

Passo agora ao primeiro item da pergunta. A Revolução de 1817 recebeu a alcunha de “revolução dos padres”. E acho correta esta percepção de Oliveira Lima, a quem recorro novamente. Efetivamente, mais de 70 padres – entre religiosos e seculares – estiveram envolvidos no movimento revolucionário. O que é significativo em se tratando de um clero envolvido nas malhas do sistema do padroado, no qual os padres são funcionários públicos e, como tais, servem a Deus e ao príncipe. A Diocese de Olinda, em Pernambuco, era de uma enorme extensão geográfica que se estendia dos limites com Minas Gerais, seguindo o São Francisco, até as fronteiras com o Maranhão. No início do século 19, a situação era diferente porque houve desmembramentos da diocese com outras províncias, entre elas, o Piauí.

Como explicar de modo sucinto o envolvimento de tantos padres numa insurreição contra a realza joanina, em 1817? Padres e bispos envolvidos com a política não era novidade para a época, na medida

em que os clérigos eram ministros da religião e da coroa. Mas aqui não se trata de fidelidades e, sim, de inconfidências, de ruptura com a ordem e de envolvimento na luta armada. Muitos padres foram exímios chefes de guerrilha, como é o caso de Frei Caneca. O que justificava tal ordem de compromisso com as lutas contra o absolutismo português? Responder a isto aponta necessariamente para a formação intelectual do clero e a educação de qualidade que lhes foi ministrada para os padrões da época, em Pernambuco, no Seminário de Olinda.

Este seminário foi fundado nos anos finais do século 18 pelo bispo dom José de Azeredo Coutinho²². Significa dizer que, naqueles anos iniciais do século 19, Pernambuco era realmente uma honrosa exceção em termos de educação de qualidade. Logo em educação, que foi um grande vazio, um verdadeiro desleixo da herança colonial portuguesa em sua empreitada colonizadora no Brasil. Esta questão foi trabalhada por mim em minha tese de doutorado, que viria a ser publicada sob o título *Os padres e a teologia da*

²² José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (1742-1821): sacerdote católico e escritor nascido no Rio de Janeiro. Formado em Direito Canônico em 1775, foi nomeado bispo de Olinda em 1794, bispo-auxiliar de Bragança e Miranda em 1802 e de Elvas em 1806. Não aceitou o cargo de Bispo de Beja, para o qual fora eleito em 1818, assumindo no mesmo ano as funções de inquisidor-geral do reino, por nomeação de Dom João VI. Permaneceu no cargo até a extinção do Tribunal do Santo Ofício após a Revolução liberal de 1820, ano de sua morte. Quando bispo de Olinda, fez parte da junta governativa da Capitania de Pernambuco. Nessa ocasião, em 1801 denunciou-se ao Governo Provisório por ele presidido a existência de um complot encabeçado pelos irmãos Suassuna. Dois deles foram presos e tiveram seus bens sequestrados, mas o terceiro, que se encontrava em Lisboa, de onde se correspondera comprometedoramente com os dois outros, teve de fugir para a Inglaterra. Escrevendo 20 anos depois do acontecimento, Dias Martins garante que a conjura tivera o objetivo de proclamar república em Pernambuco sob a proteção de Bonaparte, contatos que teriam sido mantidos pelo terceiro irmão, que só teriam escapados das consequências graças ao suborno das autoridades. Pelo que se supõe, os irmãos estavam à espera de um ataque espanhol ao reino, decorrente da aliança entre Paris e Madri, criando-se um governo de defesa da capitania – um ensaio prematuro da fórmula de emancipação adotada depois na América hispânica. Entre 1801 e 1817, quando a família participou ativamente da sedição republicana, os Suassuna readquiriram posições na milícia, colocaram seus filhos no Exército e até galgaram a administração régia, como sucedeu com José Francisco Cavalcanti de Albuquerque, que governou de 1806 a 1811 o Rio Grande do Norte. Foi deputado brasileiro às Cortes de Lisboa pela Província do Rio de Janeiro. Morreu dois dias depois de entrado nas cortes. (Nota da **IHU On-line**)

ilustração, Pernambuco 1817. Méritos do bispo Coutinho, que fundou o Seminário de Olinda em 1790 e trouxe para cá a vertente ilustrada da reforma dos estudos empreendida na metrópole por Pombal²³, no reinado de dom José I. Não por acaso, o bispo Coutinho era muito próximo de outro bispo português, dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas²⁴, que foi o grande incentivador e patrocinador na área dos estudos humanísticos dessa reforma pombalina dos estudos. Pessoa muito ligada ao bispo Cenáculo, Coutinho, ao ser nomeado bispo de Olinda, não teve dúvidas em implantar em escolas de Pernambuco um currículo cuja tempera se forjara nos ventos amenos da ilustração portuguesa patrocinada pelos reformadores “estrangeirados”, entre os quais se perfila Luís Antônio Verney²⁵. Funda um seminário que garantiria formação atualizada dos futuros padres e também a educação dos jovens provenientes da elite, ou mesmo oriundos da pobreza material na província. Também funda um liceu para formação de moças, ao lado do seminário, nos mesmos moldes curriculares da reforma pombalina.

Pombal, sabemos, reforma os estudos para tornar a Universidade de Coimbra menos jesuítica e mais antenada com os ares do iluminismo da época. Essa reforma propugna uma formação pedagógica nova, voltada para o pragmatismo na vida, no comércio, na agricultura, na indústria. Do ponto de vista tecnológico, empreende uma redescoberta e valorização da natureza, em que Deus se manifesta no mundo

com as maravilhas de sua criação. Além de uma prevalência dos conhecimentos da história que daria ensejo de compreender melhor o passado na construção do presente e do futuro da colônia, que vivia uma grande crise. Adota uma valorização das línguas estrangeiras, facilitando melhor a comunicação com o mundo, em que se projetam novas ideias, novas filosofias, novas relações internacionais. Um realce especial para os estudos das ciências da natureza e das matemáticas, bem como a valorização da oratória persuasiva. Sinal dos tempos e de que o argumento de autoridade cedia lugar às evidências oriundas da ciência e das artes.

O currículo do Seminário de Olinda segue esse diapasão e fala por si só. Os professores são treinados na nova pedagogia e formados na nova orientação da Universidade de Coimbra. É assim que aquele seminário se tornaria para a história uma “escola de heróis”. Semelhante investimento na educação – ainda mais naqueles dias – daria ensejo a que produzissem efeitos no longo e médio prazos. Foi o que aconteceu com o envolvimento do clero na Revolução de 1817. Só que a província de Pernambuco já vinha investindo em educação de qualidade com a presença dos padres oratorianos na vila de Recife, substituindo os educadores de extração jesuíta. O Seminário de Olinda dá sequência, portanto, aos manigrepos do Oratório e da Madre de Deus. Daí ser mais do que evidente que a revolta do dia 6 de março, que irrompe nas ruas e nos quartéis do Recife, não foi obra do acaso. Insuspeitas testemunhas e vários contemporâneos da insurreição, como François Tollenare²⁶, Henri Koster e o próprio revolucionário padre Muniz Tavares²⁷, são

unânimes em descrever com muita clareza as qualidades intelectuais de grande parcela do clero pernambucano, em nada devendo para os seus pares europeus, como é o caso de padre João Ribeiro Pessoa²⁸, de Frei Caneca, de padre Miguelinho²⁹ e do vigário Tenório³⁰, de Itama-

dade, permaneceu muitos meses nos calabouços da Bahia. Apaixonado e ardoroso pela causa que abraçara, o sacerdote batalhador não perdoava a D. João VI pela cruza com que tratara os revolucionários que se haviam comportado durante a vitória, aliás efêmera, com inexcusável generosidade. (Nota da **IHU On-line**)

28 João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (1766-1817): o padre João Ribeiro foi um dos líderes da Revolução Pernambucana. Filho de uma família distinta, mas muito pobre, seguiu a carreira religiosa. Tornou-se então auxiliar do monsenhor Manuel Arruda Câmara, naturalista de grande renome. Arruda Câmara havia fundado na Capitania de Pernambuco o Areópago de Itambé, primeira loja maçônica do Brasil, e esteve implicado na Conspiração dos Suassunas. O padre João Ribeiro, que trabalhava como desenhista botânico nas suas expedições científicas, tornou-se seguidor de seus ideais libertários. Era amado e respeitado por ricos e pobres. Considerado o líder moral da Revolução Pernambucana, João Ribeiro cometeu suicídio em 13 de maio de 1817, enforcando-se na capelinha do Engenho Paulista em Olinda – atual município de Paulista – após a derrota dos revoltosos na batalha do Engenho Trapiche. Mas, por ordem do vice-almirante português Rodrigo Lobo, seu corpo foi desenterrado, esquartejado e sua cabeça exposta na ponta de uma vara no centro do Recife, onde ficou por dois anos. (Nota da **IHU On-line**)

29 Miguel Joaquim de Almeida e Castro (1768-1817): mais conhecido como Padre Miguelinho, foi um dos religiosos que atuaram na Revolução Pernambucana. Em 1784, ingressou na Ordem Carmelita da Reforma, tornando-se o Frei Miguel de São Bonifácio. Conseguiu se tornar padre em 1800, por intermédio do papa Pio VII, que lhe concedeu a secularização, mas a população em geral continuou a chamá-lo de Frei Miguelinho por algum tempo. Foi mestre de retórica do Seminário de Olinda desde o seu primeiro dia, tendo-lhe cabido fazer o discurso inaugural. Foi preso no dia 21 de maio de 1817 e levado à Fortaleza das Cinco Pontas, junto com outros 72 revolucionários, que depois também seguiram para Salvador, onde desembarcaram em 10 de junho. Miguelinho foi condenado pelo crime de lesa-majestade e fuzilado no dia 12 de junho de 1817, sendo enterrado no Cemitério do Campo da Pólvora. O religioso dá nome ao Instituto Padre Miguelinho, que funciona no bairro do Alecrim, em Natal, ao prédio no qual funciona a Câmara Municipal de Natal e a algumas ruas da capital. (Nota da **IHU On-line**)

30 Padre Pedro de Souza Tenório (1779): mais conhecido por vigário Tenório. Natural de Recife, foi educado na Universidade de Coimbra, em Portugal, foi designado para a paróquia da vila de Nossa Senhora da Conceição, hoje Vila Velha, em Itamaracá. Ele revolucionou não apenas a prática pastoral, mas a agricultura, com as mais modernas técnicas agrícolas, e implantando novas culturas de cana-de-açúcar e máquinas revolucionárias para a época. Quando eclodiu a Revolução Pernambucana, em 6 de março de 1817, Tenório teve importante participação. Ele conseguiu a rendição do Forte Orange, então ocupado pela artilharia ligada à Corte, sem derramamento de sangue. O religioso convenceu o comandante da tropa, composta na sua grande maioria por pernambucanos também ansiosos pela independência, a aderir ao movimento libertário. Diante de tal bravura, Tenório foi nomeado pelo governo provisório para o cargo de ajudante-secretário. O movimento foi debelado pelas forças imperiais, sendo os seus líderes presos e condenados à morte por enforcamento. Tenório refugiou-se ainda na Ilha de Itamaracá, onde tinha amigos e admiradores, mas foi delatado, preso e condenado ao enforcamento. Morreu em 10 de junho de 1817 aos 38

23 Marquês de Pombal (1699-1782): Sebastião José de Carvalho e Melo, nobre e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas da História Portuguesa. Leia a edição 220 do caderno IHU Ideias intitulado *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil*, de autoria de José Eduardo Franco, disponível em <https://goo.gl/CS-Rsmq>. (Nota da **IHU On-Line**)

24 Manuel do Cenáculo de Vilas-Boas (1724-1814): nascido Manuel de Vilas-Boas Anes de Carvalho, nascido em Lisboa, foi um religioso franciscano, bispo de Beja e arcebispo de Évora. (Nota da **IHU On-line**)

25 Luís Antônio Verney (1713-1792): filósofo, teólogo, padre e professor português. Foi um dos maiores representantes do iluminismo no país e um dos mais famosos estrangeirados portugueses. É o autor de *O Verdadeiro Método de Estudar*. (Nota da **IHU On-Line**)

26 Louis François de Tollenare (1780-1853): comerciante e industrial de tecidos nascido na França. Foi educado na filosofia de Condillac e na economia de Adam Smith. Era um homem culto, cultivado nas letras e antes, viajado e apaixonado pela botânica. (Nota da **IHU On-line**)

27 Francisco Muniz Tavares (1793-1876): escritor, historiador e parlamentar nascido em Recife. Doutor em Teologia pela Universidade de Paris, tornou-se padre e, mais tarde, monsenhor. Um dos vultos mais notáveis da Revolução Pernambucana, em 1817. Preso como suspeito de cumplici-

racá. Todos mártires da repressão implacável de Dom João VI.

A vila-cidade do Recife possuía algo inimaginável naqueles tempos da colônia, bibliotecas com obras atualizadas em ciências e filosofia. E bibliotecas abertas ao público, caso daquela patrocinada pelo próprio padre João Ribeiro, no hospício da cidade. Sabe-se que os livros, na colônia, quando existiam, eram privilégio das praeteleiras dos monastérios e das sacristias dos monges. Portugal simplesmente se recusava a investir em educação, no Brasil, do mesmo modo que nunca patrocinou o incremento da indústria, até mesmo de tecidos para a população se vestir. No Recife da época, as ideias circulavam nas sociabilidades da elite, seja nos banquetes patrocinados pela Maçonaria, seja nas tertúlias de final de semana, entre comerciantes, como Cruz Cabu-

gá³¹, e padres, como João Ribeiro. O próprio presidente da Província, Caetano Pinto Montenegro³², foi

³¹ **Antônio Gonçalves de Cruz Cabugá:** considerado o primeiro diplomata brasileiro, representando o país nos Estados Unidos. Quando a Revolução Pernambucana irrompeu em Recife, em 6 de março de 1817, assumiu o posto de diretor do Erário, uma espécie de ministro da Fazenda do governo republicano, estabelecendo medidas de impacto na economia local em apenas duas semanas. Deu liberdade de comércio com todas as nações estrangeiras. Isentou de taxas produtos como grãos, armas e equipamentos científicos. Democratizou o sistema de concessão de alvarás, através do qual os portugueses mantinham os brasileiros praticamente fora do mundo dos negócios. Revogou os impostos sobre lojinhas, embarcações e canoas. E passou a comprar alimentos e revendê-los à população a preço de custo, acabando com o monopólio dos mascates lusos. Nos Estados Unidos, sua primeira missão como embaixador de Pernambuco era tentar conseguir o reconhecimento da república. Em troca, ofereceria isenção de impostos para as mercadorias norte-americanas por 20 anos. A outra missão, de caráter militar, era obter armas, navios e instrutores para a Revolução Pernambucana. Com ajuda dos seus irmãos maçons e dos 60 contos de réis que levou consigo, o embaixador comprou 10 mil fuzis e os despachou para Pernambuco. Também convenceu alguns militares franceses, exilados na América do Norte. Após a derrota de Napoleão em Waterloo, em 1814, a irem adestrar soldados que lutavam contra os portugueses. Em troca, eles ganhariam uma flotilha, para tentar libertar Napoleão, que estava na Ilha de Santa Helena, no Atlântico. Mas a Revolução Pernambucana foi derrotada, as armas embarcadas jamais chegaram ao destino e os franceses foram presos a caminho do Recife. Cruz Cabugá ficou nos Estados Unidos, tornando-se cônsul-geral brasileiro naquele país após a Independência, em 1822. Permaneceu na carreira diplomática até morrer na Bolívia, em 1833. (Nota da **IHU On-Line**)

³² **Caetano Pinto de Miranda Montenegro** (1748-1827): primeiro barão, visconde com grandeza e marquês de Vila Real da Praia Grande, foi um magistrado e político nascido no Rio de Janeiro. Era o governador da Capitania de Pernambuco à época da Revolução Pernambucana, em 1817, quando foi deposto, e primeiro ministro da Justiça do Brasil, no reinado de D. Pedro I. Foi senador do Império do Brasil de 1826 a 1827. Foi feito marquês pelo imperador. (Nota da **IHU On-line**)

alertado nas vésperas da insurreição de que algo de suspeito era ventilado nas sociabilidades da elite, o que ele menosprezou, bem o sabemos.

Os padres e os militares se puseram à frente do movimento revolucionário. No que tange aos padres, na sua missão religiosa, caberia legitimar em termos doutrinários os acontecimentos e alcance político da rebeldia política contra o rei. A população não dispunha de jornais, nem outros meios de divulgação e comunicação. Caberia então aos vigários chegar junto desse contingente de pessoas, fazendo com que se assumissem não mais como súditos, e, sim, como cidadãos, patriotas, livres e desimpedidos da obediência ao príncipe. Daí que os documentos dos Autos da Devassa, as proclamações, os editais e as cartas pastorais do bispaço têm uma importância estratégica para entendimento da natureza descolonizadora da sublevação e, enquanto tais, necessitam ainda ser melhor estudadas. De qualquer modo, fica claro para mim que a insurreição pernambucana foi um fato eminentemente político, sem sombra de dúvida. Entretanto, sua natureza e relevância passam também pelos arcanos das sacristias e a eloquência dos púlpitos. ■

anos. Sua cabeça e mãos foram pregados e expostos em um poste na Vila de Goiana por vários meses, até caírem e serem depositados na Igreja da Misericórdia naquela Vila. O resto do seu corpo foi atado às caudas de dois cavalos, arrastado e dilacerado, para depois ser sepultado no Cemitério da Igreja de Santo Antonio no Recife. Em 1845, quando o Pilar se transformou em sede da Paróquia da Ilha de Itamaracá, trouxeram os despojos do mártir para a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, onde ficou até 1905, sendo então transferido para o Instituto Arqueológico de Pernambuco, pelo bispo Dão Luiz de Brito. Em 17 de maio de 2005, retornam à sua Igreja de Nossa Senhora da Conceição seus restos mortais. (Nota da **IHU On-line**)

Ciclo de Estudos

A contemporaneidade em debate. Intérpretes e obras

21 de agosto a
16 de novembro de 2017

Locais: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU,
UNISINOS | Campus São Leopoldo e
UNISINOS | Campus Porto Alegre

*Confira o local individual de cada conferência

Mais informações em ihu.unisinos.br

Pernambucana: a revolta que desacomoda a Corte portuguesa

Flavio Cabral destaca que o episódio estremeceu a família real justamente quando dom João se preparava para festejar sua aclamação

João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

A revolta pernambucana teve destaque na imprensa internacional e em embaixadas. A notoriedade no estrangeiro deve-se ao trabalho de um comerciante inglês, que recebeu a missão de divulgar o movimento nos Estados Unidos. A história propagada teve ótima acolhida em jornais do país e representações diplomáticas, a ponto de não haver outra insurgência eclodida na América portuguesa que tenha recebido tanta atenção, para desespero das autoridades do Reino Unido português. “Esses fatos sinalizam a importância dos eventos pernambucanos não apenas pela sua ousadia, mas pelas ideias, a exemplo de eleições, voto, constituição e democracia, liberdades tão presentes no país”, analisa o professor Flavio Cabral, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

A revolta “estremeceu a Corte justamente em um momento em que o rei se preparava para festejar sua aclamação”, salienta Cabral. O movimento insurgente não aconteceu de maneira repentina. Sua gestação durou aproximadamente dez anos e ocorreu

em casas, conventos e até mesmo em quartéis. “Pernambuco sempre foi tida como uma capitania marcada por anteriores intentos rebeldes.”

Os documentos relativos ao episódio dão conta de que 70 sacerdotes se envolveram na revolução. “Esses homens chegaram a ser guerrilheiros e, de armas em punho, tomaram de assalto vilas, igrejas e cadeias interioranas, libertando os prisioneiros.” Também “pressionaram os colegas de batina avessos à causa da liberdade em defesa da ‘pátria’, persuadindo pessoas a aderirem à revolução”.

Flavio José Gomes Cabral é doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Leciona na Universidade Católica de Pernambuco – Unicap, onde coordena o curso de História. Autor de vários artigos e livros sobre a cultura política do tempo da Independência do Brasil, entre eles *Conversas reservadas: ‘vozes públicas’, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013 – Prêmio Arquivo Nacional de 2011).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que distinções podemos fazer da Revolução Pernambucana em relação às demais revoltas da história do Brasil?

Flavio Cabral – Primeiramente, a grande distinção das rebeldias de 1817 em relação às outras revoltas ocorridas no Brasil é que ela foi

muito mais além do que uma conspiração abortada em sua fase de gestação. Ela ultrapassou as teias conspiratórias onde foi urdida à sombra da maçonaria, invadiu as ruas e tomou o poder e foi alvo de destaque na imprensa internacional e assuntos de embaixadas. Estremeceu a Corte justamente em um momento

em que o rei¹ se preparava para fes-

¹ **D. João VI** (1767-1826): seu nome completo era João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança. Nasceu em Lisboa, cognominado O Clemente, foi rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822 (quando da independência do Brasil, que redundou na extinção do Reino Unido até então existente). De 1822 em diante, foi rei de Portugal e Algarves até a sua morte. Pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1825, que reconhecia a independência do Brasil do Reino Unido de Por-

tejar sua aclamação. Aliás, o evento teve que ser adiado, uma vez que não tinha sentido festejar com parte do reino dividido. Em toda a história da monarquia portuguesa, a Revolução de 1817 foi a mais ousada, uma vez que quebrou com o tradicional vínculo de união entre os vassallos e o rei: a fidelidade, considerada um dos principais pilares de identidade portuguesa, além de ter sido a mais radical tentativa de enfrentamento que a Coroa viveu em sua história, como bem observou o historiador Denis Bernardes².

Não se tratou de obra do acaso, uma vez que vinha sendo tecida pelo menos há uns dez anos nas ca-

tugal, Brasil e Algarves, também foi o imperador titular do Brasil, embora tenha sido o seu filho D. Pedro o imperador do Brasil de fato. Um dos últimos representantes do absolutismo, D. João VI viveu em um período tumultuado, e o seu reinado nunca conheceu paz duradoura. Ora era a situação portuguesa ou europeia a degenerar, ora era a brasileira. Não esperava vir a ser rei, só tendo ascendido à posição de herdeiro da Coroa pela morte do seu irmão mais velho, D. José. Assumiu a regência quando a sua mãe, a rainha D. Maria I de Portugal, foi declarada mentalmente incapaz. Teve de lidar com a constante ingerência nos assuntos do reino de nações mais poderosas, notadamente Espanha, França e Inglaterra. Obrigado a fugir de Portugal quando as tropas napoleônicas invadiram o país, enfrentou revoltas liberais no Brasil, que refletiam acontecimentos similares na metrópole, sendo compelido a retornar à Europa no meio de novos conflitos. Perdeu o Brasil quando o seu filho Pedro IV de Portugal proclamou a independência desse território, e viu o seu outro filho, D. Miguel, rebelar-se, buscando depô-lo. Provou-se que morreu envenenado. O seu casamento foi da mesma forma acidentado, e a esposa, Carlota Joaquina de Bourbon, repetidas vezes conspirou contra o marido a favor de interesses pessoais ou de Espanha, seu país natal. Não obstante as atribuições, deixou uma marca duradoura especialmente no Brasil, criando inúmeras instituições e serviços que sedimentaram a autonomia nacional, sendo considerado por muitos pesquisadores o verdadeiro mentor do moderno Estado brasileiro. Apesar disso é, até hoje, um dos personagens mais caricatos da história luso-brasileira, sendo acusado de indolência, falta de tino político e constante indecisão, sendo a sua pessoa retratada amiúde como grotesca, imagem injusta na maioria das situações, segundo a historiografia mais recente. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Denis Antônio de Mendonça Bernardes**: foi professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Dedicou toda a sua vida acadêmica à Universidade, onde iniciou a sua formação de historiador e era professor desde 1975. Lecionou e pesquisou no Departamento de Economia e, posteriormente, no Departamento de Serviço Social. Fez o mestrado na França e o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo. Em suas últimas pesquisas, vinha se dedicando à relação entre memória, informação e sociedade. Denis pesquisava a fundo, nos arquivos e bibliotecas, a história política do Brasil no século XIX, principalmente a relacionada ao período próximo à Independência (Revoluções pernambucanas de 1817 e 1824), deitando-se na constitucionalidade, na imprensa da época e num personagem em particular: Frei Caneca. Desses estudos, surgiram os seus livros "Um Império entre Repúblicas", lançado pela Editora Global, em 1983, e "O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822", editado em 2006 pela Editora Universitária da UFPE. (Nota da **IHU On-Line**)

sas, nos conventos e até mesmo nos quartéis. No dia 6 de março de 1817, uma rusga entre soldados no Forte de Cinco Pontas apressou a eclosão da revolução que, por sinal, estava marcada para vir à tona em outro momento. O governador régio Caetano Pinto de Miranda Montenegro fugiu do palácio com sua família e amigos para o Forte do Brum e, no dia 7, foi obrigado a capitular, sendo enviado para a Corte do Rio de Janeiro. Imediatamente um colegiado formado por eleitores de vários segmentos sociais, inclusive alguns mulatos, se reuniu para eleger o Governo Provisório da República, inspirado no Diretório da Revolução Francesa. Ao romper do corpo mítico do rei, o exercício da autoridade da jovem república se ancorava segundo o prólogo da Lei Orgânica da República, organizada provavelmente pelo desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, irmão de José Bonifácio³, na soberania popular, opondo-se aos valores do Antigo Regime. Tudo isso se trata de um caso inédito, até então, na história brasileira.

IHU On-Line – E que outras rebeliões marcam Pernambuco no período da independência do Brasil?

Flavio Cabral – Pernambuco sempre foi tida como uma capitania marcada por anteriores intentos rebeldes. No período da Independência, havia certos desconfortos com a vida em uma sociedade de Antigo Regime, mas que não saíram de confabulações discutidas em reuniões entre quatro paredes. No princípio do século 19, por volta de 1810, rumores existiam denunciando a existência dessas reuniões objetivando a sublevação da ordem e que foram ganhando corpo, vindo à tona em 1817. Uma historiografia tradicional entendeu que em meados de 1801 uma conspiração contra a Coroa estava

³ **José Bonifácio** (1763-1838): Patriarca da Independência, foi um naturalista, estadista, poeta e maçom brasileiro. Proclamada a Independência, organizou a ação militar contra os focos de resistência à separação de Portugal e comandou uma política centralizadora. (Nota da **IHU On-Line**)

sendo urdida pelos irmãos Suassuna (José Francisco, Francisco de Paula e Luís Francisco), gente abastada e proprietária do engenho que ensinou o codinome da família. Tudo principiou a partir de uma denúncia verbejada por José da Fonseca Silva Sampaio de que cartas escritas em Lisboa por José Francisco de Paula Cavalcanti para seus irmãos Francisco de Paula e Luís Francisco continham planos comprometedores. O caso foi considerado grave, dada a rapidez com que as autoridades agiram. A casa dos acusados foi invadida, e as correspondências confiscadas, mas nada revelaram. Segundo se propagou, uma das cartas teria sido surrupiada à custa de suborno para livrar os implicados de maiores vexames. Para o historiador Guilherme Pereira das Neves⁴, não há como afirmar que se arquitetava uma conspiração, talvez, uma intensa rede de intrigas envolvendo os citados irmãos, tidos como fiéis vassallos.

IHU On-Line – Quais os principais fatos sociais e políticos do Brasil no início do século 19 que se relacionam com a Revolução Pernambucana?

Flavio Cabral – A Revolução de 1817 está inserida no contexto das grandes revoluções: Revolução Americana⁵, Revolução Francesa⁶ e

⁴ **Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves**: doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor da Universidade Federal Fluminense. Trabalha sobretudo com o período de fins do século XVIII e inícios do XIX em sua dimensão política, o que significa pensar o lugar da religião, da cultura escrita e, cada vez mais, da história no mundo luso-brasileiro. Tem interesse igualmente em Teoria e Metodologia da História, assim como em História da Música. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Revolução Americana ou A Guerra da Independência dos Estados Unidos**: nome dado às batalhas desfechadas contra o domínio inglês. O movimento de ampla base popular teve como principal motor a burguesia colonial e levou à proclamação, no dia 4 de julho de 1776, da independência das Treze Colônias - os Estados Unidos, primeiro país dotado de uma constituição política escrita. As raízes do conflito estão na assinatura do Tratado de Paris, que, em 1763, finalizou a Guerra dos Sete Anos. Ao final do conflito, o território do Canadá foi incorporado pela Inglaterra. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Revolução Francesa**: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada por ideias

seus desdobramentos, que culminariam com a ascensão de Napoleão⁷. Este, como é sabido, no intuito de prejudicar a Inglaterra, decreta o bloqueio continental. Portugal reluta em ceder aos apelos dos franceses e, para fugir da fúria napoleônica, a família real, comandada pelo príncipe regente D. João, se refugia na América portuguesa em 1808. Com a “interiorização da metrópole”, medidas foram tomadas no sentido de beneficiar o país, a exemplo da abertura dos portos (1808). Apesar de algumas mudanças, queixas existiam. Mesmo estando a Corte sediada na nova metrópole, a estrutura de dominação e o autoritarismo não mudaram. Havia grande descontentamento com a presença da família real nos trópicos porque, para custear seus gastos, ocorreu elevação dos preços das mercadorias e dos impostos, além de o erário pernambucano se ver obrigado a atender às demandas da Corte carioca.

O Tesouro real sacava previamente sobre os erários das províncias nortistas, sem levar em conta se eles podiam pagar esses saques, cabendo aos governadores honrar as exigências. Essas requisições contribuíam para onerar os bolsos em um momento em que os pernambucanos vinham se recuperando economicamente, devido a um sensível crescimento da grande lavoura e do comércio.

O próprio governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro se via sem condições de realizar grandes melhoramentos, mormente as constantes remessas. Quando a revolução havia tomado as ruas, um folheto de autoria do bacharel Mendonça,

denominado *Preciso*, circulou esclarecendo à população os motivos da revolução. O papel se tornou espécie de declaração de rompimento da capitania com o rei, externava as queixas locais contra as “mordomias” dos palacianos em sua nova metrópole. Um poema da plêiade do poeta Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, acusado de ser declamador e distribuir panfletos durante a revolução, criticava a permanência da família real no Brasil e seus gastos, que afetavam a economia e os anseios locais:

Sem grande corte na corte,
 Não se goza um bem geral;
 Que o corte é quem nos faz bem,
 A corte é quem nos faz mal.

IHU On-Line – Por que, em 1817, a ordem política começa a ser questionada a partir das capitanias do Norte, tendo Pernambuco como destaque?

Flavio Cabral – Durante a fase revolucionária, percebeu-se que, sem o apoio das capitanias vizinhas, a revolução não lograria sucesso. É verdade que, bem antes desses acontecimentos, emissários estiveram no Rio de Janeiro e depois na Bahia, procurando apoio. Quanto ao apoio do Norte, percebe-se que, desde tempos pretéritos, Pernambuco mantinha certa liderança na região, e, por mais que a Coroa se esmerasse em centralizar a administração da América portuguesa, ela não podia contar com as realidades físicas que tornavam aquelas capitanias mais facilmente governadas e socorridas por Pernambuco do que pela Bahia ou pelo Rio de Janeiro. Dentro desse contexto, observou Evaldo Cabral⁸, toda região litorânea cearense até o Rio São Francisco foi conquistada e

povoada pelos pernambucanos, tanto que posteriormente o rei estendeu o mando dos governadores de Pernambuco sobre grande parte daquela região, se estendendo desde o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Alagoas, que, até 1817, estava adstrito ao território pernambucano.

Durante as instabilidades políticas do período em destaque, o governo paraibano alertava as autoridades sobre o risco de sua capitania se sublevar em face da proximidade com Pernambuco, bem como sobre a união que havia entre os habitantes daquelas capitanias desde tempos antigos. Em 1817, tal vínculo se encontrava muito presente. Naquele ano, um dos artífices da revolução, o padre João Ribeiro, um dos membros do governo provisório, ao solicitar apoio dos paraibanos para a revolução, explicava que Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará deveriam formar uma única república devido às semelhanças existentes entre elas.

O padre explicava que a revolução não havia sido feita apenas para Pernambuco, sujeitando a esta província as capitanias citadas “como antigamente”. Com isso, evocava o espírito dominante na época em que haviam sido capitanias anexas. Arrematava João Ribeiro que as capitanias deveriam se interligar através de interesses e identidade, não podendo se separar. Pelo contrário, deveriam se unir, isto é, formar uma única república, cuja capital poderia ser fundada na Paraíba a umas 30 ou 40 léguas da costa, dando ideia que tal cidade se localizaria no centro da federação, no interior, e não ao longo do litoral. Ali deveriam se abrigar tanto a sede do governo como a do Congresso. Entendia-se que, com o rompimento com a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a soberania se revertia para as capitanias.

IHU On-Line – É possível estabelecer conexões entre os questionamentos à ordem política dos anos de 1817 a 1820 com as manifestações que ocorre-

do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Napoleão Bonaparte** (1769-1821): líder político e militar francês. Adotando o nome de Napoleão I, foi imperador da França de 18 de maio de 1804 a 6 de abril de 1814, posição que voltou a ocupar por poucos meses em 1815 (20 de março a 22 de junho). Sua reforma legal, o Código Napoleônico, teve grande influência na legislação de vários países. Através das guerras napoleônicas, foi responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre boa parte da Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Evaldo Cabral de Mello** (1936): historiador, escritor e diplomata nascido em Recife. É considerado um dos mais importantes pesquisadores do período da dominação holandesa em Pernambuco no século 17. Em solenidade realizada no dia 27 de março de 2015, tomou posse na Cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras. É irmão do poeta e também diplomata João Cabral de Melo Neto e primo do sociólogo Gilberto Freyre, bem como do poeta Manuel Bandeira. (Nota da **IHU On-Line**)

ram no Brasil em 2013? Se sim, quais? Se não, por quê?

Flavio Cabral – Há riscos em tentar entender aqueles momentos de instabilidades políticas com as atuais. São épocas distintas; entretanto, em ambos os casos existiam descontentamentos principalmente contra as corrupções. Corrupção sempre existiu e existirá, mas ela tem que ser transitória.

Durante os anos em questão, vozes se levantaram contra aqueles estados de coisas, o que não difere muito dos tempos atuais. Atualmente assistimos a denúncias de dinheiro público servir a pessoas desonestas enquanto faltam alimentos nas mesas de muitos brasileiros e investimentos em saúde e educação. Dinheiro que é fruto do suor da nação serve para comprar votos, joias, aprovações de leis e jantares luxuosos no exterior.

Anteriormente falei que com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, cresceram as propinas, a compra de cargos, o enriquecimento indevido e o aumento do fisco para manter o luxo da Corte, e pouco se fazia para atenuar a pobreza e outros problemas pelos quais a população passava. Praticamente quase nada mudou. A Corte trocou de endereço, instalando-se no Planalto Central, e os homens do poder enriqueciam indevidamente. Uma quadra popular e cantarolada pelos cariocas dos tempos de Dom João VI dava conta dessas improbidades: Furta Azevedo no paço / Targini rouba no erário / E o povo aflito carrega / Pesada cruz ao calvário.

Tollenare, viajante francês, comparando Pernambuco com a Bahia, observou que nessa última localidade se realizavam grandes obras graças ao fruto das arrecadações de seus impostos, enquanto em Pernambuco, por ser constantemente requisitado pelo Tesouro Real, nada se fazia a esse respeito, motivando o levante de 1817. O poema de Manuel Caetano, anteriormente citado, é muito atual. Ele denunciava a corrupção e as insatisfações dos pernambucanos de todos os estamentos sociais. Essas improbidades tanto eram de-

nunciadas através de versos quanto através de panfletos colocados debaixo das portas ou afixados durante a noite em muros e postes.

No período entre 1820 e 1822, por ocasião do movimento vintista, a denúncia se tornou constante e até estimulada, tendo como ponto de apoio a imprensa. Entendia-se que a liberdade de expressão era importante e que as “podridões” deveriam ser apontadas para serem varridas, cabendo a cada um denunciá-las.

“Pernambuco sempre foi tida como uma capitania marcada por anteriores intentos rebeldes”

IHU On-Line – Qual a importância da participação do clero na Revolução Pernambucana e como, posteriormente, influencia o patrimônio religioso e cultural de Recife?

Flavio Cabral – Segundo os autos da devassa, 70 sacerdotes se envolveram na revolução. Esses homens chegaram a ser guerrilheiros e, de armas em punho, tomaram de assalto vilas, igrejas e cadeias interiores, libertando os prisioneiros. Outras vezes, pressionavam os colegas de batina avessos à causa da liberdade em defesa da “pátria”, persuadindo pessoas a aderirem à revolução. Olhando os fatos por outro prisma, podemos perceber que o clero pernambucano do tempo da Independência não apenas vivia lendo seus breviários ou utilizava a clausura dos conventos para meditações. Eles se tornaram importantes atores e partícipes de uma iniciativa em que o sacrifício de suas vidas

não foi descartado. Exerceram importante espírito de liderança, o que não é de surpreender, uma vez que tiveram formação de qualidade sedimentada, segundo ensina Jorge de Siqueira⁹ nos “cânones da Teologia da Ilustração”.

A rapaziada que estudou no famoso Seminário de Olinda, fundado no final do século 18 e início do seguinte pelo bispo Azeredo Coutinho, recebeu importante educação, comprometida não apenas com a implantação da política do concílio tridentino, mas com a estrutura mental e ideológica do reformismo ilustrado.

O estatuto do seminário era claro: formar sacerdotes úteis ao Estado e à religião; assim sendo, seu projeto pedagógico primava pela formação de um clero douto. Não é de se estranhar, portanto, que muitos antigos seminaristas se transformaram em padres propensos a perceber os contrassensos existentes na política de Antigo Regime, tornando-se defensores da revolução e respeitáveis formadores de opiniões que pregavam publicamente a rebeldia e o rompimento com a tirania do absolutismo.

O pensamento ilustrado do clero nortista não se arrefeceu em 1817, tampouco se realizou inteiramente. Entretanto, não se deixou intimidar quando cabeças rolaram para fazer justiça à majestade. Ao contrário, mostrou-se presente e criativo quando aquelas elites intelectuais deflagraram, ao longo do oitocentos, movimentos contestatórios, a exemplo da Confederação do Equador¹⁰ e da

⁹ Antônio Jorge de Siqueira é o entrevistado que abre o Tema de Capa dessa edição da IHU On-Line. É graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Viamão e em Teologia pela Université Catholique de Fribourg, mestre em Ciências Econômicas et Sociales – Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Leciona na Universidade Federal de Pernambuco. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Confederação do Equador**: movimento revolucionário de caráter separatista e republicano que eclodiu no dia 2 de julho de 1824 em Pernambuco, se alastrando para outras províncias do Nordeste do Brasil. Representou a principal reação contra a tendência monarquista e a política centralizadora do governo de dom Pedro I (1822-1831), esboçada na Carta Outorgada de 1824, a primeira Constituição do país. O conflito tem raízes em movimentos anteriores na região: a Guerra dos Mascates (1710-1711) e a Revolução Pernambucana (1817), esta última de caráter republicano. (Nota da **IHU On-line**)

Praieira¹¹. Quanto ao rico patrimônio religioso e cultural recifense, são heranças de tempos coloniais. A cidade teve nascedouro no século 16 e foi se transformando com o passar dos tempos. É possível que tenha tido, com o passar desses anos, influência desses pensamentos, merecendo aguçada pesquisa.

IHU On-Line – Como compreender a figura de Frei Caneca¹²

11 Revolução Praieira: também denominada como Insurreição Praieira, Revolta Praieira ou simplesmente Praieira, foi um movimento de caráter liberal e federalista que eclodiu, durante o Segundo Reinado, na província de Pernambuco, entre 1848 e 1850. A última das revoltas provinciais está ligada às lutas político-partidárias que marcaram o Período Regencial e o início do Segundo Reinado. Sua derrota representou uma demonstração de força do governo de D. Pedro II (1840-1889). (Nota da **IHU On-line**)

12 Frei Caneca [Joaquim da Silva Rabelo] (1779-1825): religioso e político brasileiro. Foi um dos principais líderes da Revolução Pernambucana. Também esteve envolvido na Confederação do Equador. Ordenou-se em 1801, com a necessária dispensa apostólica de idade, pois tinha 22 anos, e passou a ser conhecido como Joaquim do Amor Divino Caneca, sendo este último nome uma homenagem ao seu pai, que era tanoeiro. Criado o Seminário de Olinda, obteve autorização para cursar ali as disciplinas que a Ordem não lhe havia oferecido. Frequentava a biblioteca do seminário e a dos Oratorianos, em Recife, formando a sua notável erudição. Em 1803, foi nomeado professor de Retórica e Geometria de seu convento, onde lecionou posteriormente Filosofia racional e moral. A partir de certo momento, o "seu interesse extrapolou os muros do claustro, como indica seu provimento na cadeira pública de geometria da comarca de Alagoas". Ali permaneceu pouco tempo, dada a perspectiva de nomeação para idêntica cadeira no Recife, a qual não se concretizou pela Revolução Pernambucana, em 1817. De ideias liberais, partilhava ideias republicanas e frequentou a Academia do Paraíso, um dos centros de reunião daqueles que, influenciados pela Revolução Francesa e pela independência dos EUA, conspiravam contra o jugo português. Participou ativamente da Revolução Pernambucana, que proclamou uma república e organizou o primeiro governo independente na região. Não há referência a participação sua, diz Cabral de Mello, "nos acontecimentos inaugurais da sedição de 6 de março, como a formação do governo provisório. Assim é que da relação dos eleitores que o escolheram, não consta seu nome. Sua presença só se detecta nas últimas semanas de existência do regime, ao acompanhar o exército republicano que marchava para o sul da província a enfrentar as tropas do conde dos Arcos, ocasião em que, segundo a acusação, teria exercido de capitão de guerrilhas." Era conselheiro do exército republicano do sul, comandado pelo coronel Suassuna. Com a derrota do movimento, foi preso e enviado para Salvador, na Bahia. Ali passou quatro anos detido, dedicando-se à redação de uma gramática da língua portuguesa. Libertado em 1821, no contexto do movimento constitucionalista em Portugal, Frei Caneca voltou a Pernambuco e retomou as atividades políticas. Durante a sua viagem, chegou a ser detido ainda na antiga cadeia de Campina Grande. Em 1824, tomou parte, com Cipriano Barata, como um dos líderes na Confederação do Equador, movimento republicano e separatista. Seus argumentos não se dirigiam contra o imperador, mas contra o que considerava a derrapagem autoritária de José Bonifácio. Foi detido no exercício de suas funções de secretário das tropas sublevadas, das quais era também orientador espiritual, pelas tropas imperiais a 29 de novembro, sendo conduzido para o Recife. Foi preso e levado para um calabouço. No dia de Natal do mesmo ano, foi transferido de sua cela a uma sala incommunicável, para receber a sentença. Muito foi feito para que Caneca não fosse executado. Houve petições, manifestações

no contexto da história do Brasil do início do século 19?

Flavio Cabral – Nascido Joaquim do Amor Divino Rabelo, somente após entrar no Carmelo recifense optou pelo nome de Caneca, que foi acrescido ao nome de batismo e assim ficou conhecido. A escolha do novo nome relacionava-se com a profissão do pai, que era tanoeiro, residente em uma área de periferia chamada de Fora de Portas, nos arredores do porto do Recife. Preferiu nome modesto, muito diferente de outros religiosos que escolheram nomes pomposos.

Frei Caneca se tornou importante intelectual da Igreja Católica, homem das letras, conhecedor dos autores da Ilustração e filósofos das épocas Moderna e Contemporânea, a exemplo dos Raynal¹³ e De Pradt¹⁴. Sua primorosa formação intelectual deve-se ao fato de ter sido aluno do Seminário de Olinda, um dos principais centros de propagação política e cultural da Igreja em terras brasileiras. Viveu em um momento em que as opiniões se formavam e se tornavam públicas, além de ter entra-

do em contato com a vanguarda do pensamento da época. Eram tempos de transformações pautados pelas novas tendências que primavam por uma retórica que buscava realçar o pedagogismo político e cultural. Isso explica seu espírito eloquente e irrequieto.

Diante desse quadro assinalado pela laicização da cultura e pela aproximação entre religião e razão, é possível entender o pensamento de Caneca e de outros sacerdotes que se envolveram em 1817 e em outros embates políticos do tempo da Independência. Nesses confrontos, grande parte do clero deixou de defender a política de Antigo Regime cujo modelo defendia a soberania vinda de Deus, em detrimento dos novos pensamentos que pugnavam pela ruptura do absolutismo e sua substituição pelo modelo constitucional. Era defensor da autonomia das províncias, da Constituição e do equilíbrio dos poderes, além do aprimoramento da educação como fonte para o fortalecimento da civilização.

de ordens religiosas, pedidos de clemência. Em vão. Em 18 de dezembro de 1824, ali foi instalada uma comissão militar sob a presidência do coronel Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias) para proceder ao seu julgamento sob a acusação do crime de sedição e rebelião contra as imperiais ordens de sua Majestade Imperial. Foi condenado à morte por enforcamento. Nos autos do processo, Frei Caneca é indiciado como um dos chefes da rebelião, "escritor de papéis incendiários". A 13 de janeiro de 1825, foi armado o espetáculo do enforcamento diante dos muros do Forte das Cinco Pontas. Despojado do hábito religioso, ou seja, "desautorado das ordens" na igreja do Terço, na forma dos sagrados cânones", ainda assim tendo três carrascos que se recusaram a enforcá-lo. A Comissão Militar ordenou seu arcabuzamento (ação ou efeito de assassinar ou machucar através de tiros), em razão da desobediência dos carrascos. Seu corpo foi colocado junto a uma das portas do templo carmelita, no centro do Recife. Seu corpo foi deixado num caixão de pinho em frente ao Convento das Carmelitas, de onde os padres o recolheram e enterraram em um local até hoje não identificado. O muro contra o qual o religioso foi fuzilado, vizinho ao Forte das Cinco Pontas, continua de pé. O local está marcado por um busto e por uma placa alusiva, colocada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano em 1917. Da iconografia sobre Frei Caneca, a obra mais conhecida do público é Execução de Frei Caneca, de Murillo La Greca. (Nota do **IHU On-Line**)

13 Guilherme Thomas François Raynal (1713-1796): religioso e filósofo francês. Utilizou o nome L'Abbé Raynal quando pertenceu à Companhia de Jesus. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Dominique-Georges-Frédéric de Rion de Prolhiac Dufour de Pradt (1759-1837): também conhecido por abade de Pradt, foi um clérigo, político, estudioso das relações internacionais e diplomata francês que terminou a sua carreira eclesiástica como arcebispo de Malines. (Nota da **IHU On-Line**)

do em contato com a vanguarda do pensamento da época. Eram tempos de transformações pautados pelas novas tendências que primavam por uma retórica que buscava realçar o pedagogismo político e cultural. Isso explica seu espírito eloquente e irrequieto.

Diante desse quadro assinalado pela laicização da cultura e pela aproximação entre religião e razão, é possível entender o pensamento de Caneca e de outros sacerdotes que se envolveram em 1817 e em outros embates políticos do tempo da Independência. Nesses confrontos, grande parte do clero deixou de defender a política de Antigo Regime cujo modelo defendia a soberania vinda de Deus, em detrimento dos novos pensamentos que pugnavam pela ruptura do absolutismo e sua substituição pelo modelo constitucional. Era defensor da autonomia das províncias, da Constituição e do equilíbrio dos poderes, além do aprimoramento da educação como fonte para o fortalecimento da civilização.

IHU On-Line – De que forma o imaginário napoleônico incide sobre o Brasil do século 19? E como se personifica na Revolução Pernambucana?

Flavio Cabral – Lúcia Bastos¹⁵, em interessante trabalho sobre Napoleão Bonaparte, procurou levantar através de argutas pesquisas as imagens construídas em torno do imperador dos franceses com alguns segmentos da sociedade lusitana do limiar do século 19. A autora conseguiu perceber como uma figura que havia desmanchado o mapa da Europa e aniquilado dinastias continuava exercendo

15 Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves: professora universitária e historiadora brasileira. É licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, mestre pela Universidade Federal Fluminense – UFF e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. É professora titular de História Moderna da UERJ, cientista do programa Nosso Estado/FAPERJ e pesquisadora do CNPq e do Pronex Dimensões da Cidadania. Estudiosa do mundo luso-brasileiro na primeira metade do século XIX, organizou, ao lado de Ronaldo Vainfas, o *Dicionário do Brasil Joanino, 1808-1821*, ganhador do Prêmio Sérgio Buarque de Holanda em 2009. (Nota da **IHU On-Line**)

fascínio, mesmo desterrada na ilha atlântica de Santa Helena. Sua imagem ultrapassou as fronteiras da França, adquirindo dimensões internacionais. Mesmo após sua queda em 1815, em meio a uma avalanche de publicações que procuraram desfigurar sua imagem, a curiosidade em torno dele não se arrefeceu.

Na América portuguesa, não se chegou a construir uma historiografia sobre Napoleão, mas algumas publicações sinalizam que a região não ficou imune ao fascínio pelo ex-imperador dos franceses, procurando estabelecer ligações entre o país e Napoleão. Um artigo pioneiro publicado em 1903 por J. A. Ferreira da Costa, intitulado *Napoleão I no Brasil*, revelou uma trama que procurava libertar Napoleão de Santa Helena e transferi-lo para a ilha pernambucana de Fernando de Noronha em 1817. Posteriormente, Donatello Grieco, em *Napoleão e o Brasil*, levado pela paixão, mesmo trazendo documentos interessantes, via Bonaparte como um “supremo general das Américas”.

Ambas as produções parecem ter se fundamentado a partir da decisão do governo revolucionário de 1817 de enviar para os Estados Unidos Antônio Gonçalves da Cruz, dito Cabugá, como diplomata a fim de costurar alianças com o governo de Washington e conseguir contratar por intermédio de José Bonaparte, que morava nos Estados Unidos, antigos soldados franceses que outrora serviram a Napoleão e que naquele momento haviam emigrado para aquele país porque não desejavam se submeter a Luís XVIII. Cabugá chegou a contratar alguns daqueles soldados para servirem no exército pernambucano. Esses homens conseguiram chegar ao Brasil justamente no momento em que a revolução havia sido vencida e suas principais lideranças foram mortas e outras tantas se encontravam nos cárceres.

Na realidade, os desejos de Cabugá se juntaram aos sonhos de José Bonaparte. Este, ao tomar conhecimento da instalação de uma república no Brasil, pensou que ela

poderia lhe acudir na implantação de seus planos, permitindo o uso da ilha de Fernando de Noronha como rota de fuga para o irmão que dali partiria em segurança para os Estados Unidos.

“Segundo os autos da devassa, 70 sacerdotes se envolveram na revolução”

IHU On-Line – Como a República de Pernambuco repercute nos Estados Unidos? Por que a revolução de 1817 é tida como “a mais importante revolução do Brasil”?

Flavio Cabral – Antes de a revolução vir à tona, muitos norte-americanos vinham mantendo contato com os pernambucanos, principalmente como comerciantes. Com a revolução em curso, desejou o Governo Provisório aquilatar esses contatos através de assinaturas de acordos bilaterais com os Estados Unidos. Para a concretização desses desejos, foi nomeado o comerciante Antônio Gonçalves da Cruz (o Cabugá), com plenos poderes para representar o ministro plenipotenciário o governo da jovem república junto às autoridades estadunidenses. Antes da partida do ministro, seguiu para aquele país o comerciante inglês Charles Bowen, a quem foi confiada a incumbência de divulgar a revolução e anunciar a chegada de um agente do governo para tratar de assuntos de interesses bilaterais importantes.

Bowen chegou a seu destino no dia 23 de abril de 1817 e imediatamente se dirigiu à redação do *Norfolk Herald* para expor os passos da revolução. A novidade teve intensa repercussão, sendo reproduzida em várias gazetas ianques. O *The Phi-*

ladelphia Aurora chegou a postar sobre o sucesso da revolução, sugerindo que a velha política de Antigo Regime não conseguia atender aos anseios da população e que deveria ser substituída. Assim, em breve espaço de tempo, as novidades brasileiras ocuparam espaços tanto das folhas norte-americanas quanto das repartições diplomáticas. Neste aspecto, não se tem conhecimento que outra revolução eclodida na América portuguesa recebesse tanta atenção, sendo objeto de assunto internacional, para desespero das autoridades do Reino Unido português. Esses fatos sinalizam a importância dos eventos pernambucanos não apenas pela sua ousadia, mas pelas ideias, a exemplo de eleições, voto, constituição e democracia, liberdades tão presentes no país.

IHU On-Line – No que consistia a proposta federalista deste início de século 19? Quais seus avanços e seus limites?

Flavio Cabral – No tempo da Independência, havia certa falta de clareza quando nossas elites se debatiam a respeito do federalismo, ora conjugando-o no sentido de uma confederação, de uma democracia e de uma república. Os republicanos de 1817 se diziam inspirar no federalismo norte-americano, modelo que parecia se encaixar aos interesses autonomistas locais. Destarte, entendia-se que, desfeita a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a soberania deveria repousar nas províncias que levariam para a mesa de negociação um pacto constitucional.

Aliás, questões de eleições, soberania e direitos tão discutidos pelos revolucionários estão muito presentes hoje em dia. Na realidade, os ideais liberais não surgiram como programa modernizador do conjunto das forças liberais, como observou Maria Odila Leite¹⁶. Eles foram difundidos

¹⁶ **Maria Odila Leite da Silva Dias**: graduada em História, mestra e doutora em História Social, todas titulações pela Universidade de São Paulo – USP. Realizou estágios de pesquisa no British Museum, na Bodleian Library da Universidade de Oxford, na Universidade de Yale e na Library of

por uma minoria da população composta por pessoas ilustradas e cultas que pensavam em mudanças políticas sem comprometer a continuidade social e econômica do país.

Em Pernambuco, a ideia de república com aspirações autonomistas ganhou corpo em 1817. Com a independência em 1822, vence o projeto unitário, centralizador, tecido no Rio, uma vez que o federalismo pensado pelas lideranças pernambucanas parecia incompatível com o novo formato que impedia dotar as províncias de autonomia, sem que ninguém intervisse em suas ações. Na realidade, limites existiam nesses debates. Para se ter ideia, o grupo de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, também conhecido como federalista, chegou a fechar alianças em 1824, por ocasião da Confederação do Equador, com os unitários desapontados com Dom Pedro I por ter ordenado a dissolução da Constituinte.

Durante os arranjos políticos tecidos em 1822 que culminaram com a fundação do Império, com a coroa cingindo a cabeça de Dom Pedro I, muitos dos republicanos defensores do federalismo o aceitaram “como um mal necessário”. O próprio Caneca, que mais tarde, em 1824, iria se indispor com o imperador, o apoiou em um brilhante sermão pronunciado em dezembro de 1822 na Matriz do Corpo Santo, em regozijo à sua coroação e, conseqüentemente, à fundação do Império.

IHU On-Line – Que inspirações o nacionalismo preconizado pela República de Pernambuco pode dar para se pensar na superação de crises do Brasil de hoje?

Flavio Cabral – Talvez o direito de questionar e de não aceitar im-

posições contrárias aos interesses da população. Em Pernambuco e outras capitânias, muitos perderam a vida por muito menos do que ocorre hoje. Os pernambucanos deram muito trabalho ao grupo do Rio, tendo José Bonifácio à frente, quando se costurava a fundação do Estado nacional. Bonifácio chegou a enviar emissários para Pernambuco a fim de calar o grupo comandado por Gervásio Pires, que controlava a junta de governo e que se posicionava contrariamente ao seu projeto. Os emissários do ministro, por intermédio de intrigas e golpes baixos, conseguiram desmontar as lideranças locais permitindo que Gervásio se demitisse, e uma nova junta, ligada aos interesses dos cariocas, foi eleita, apoiando a centralização política com Dom Pedro I no poder.

“[A Revolução Pernambucana] estremeceu a Corte justamente em um momento em que o rei se preparava para festejar sua aclamação”

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Flavio Cabral – Mesmo 200 anos depois dos eventos de 1817, pouco se conhece a história do movimento. Para Varnhagen¹⁷, a revolução pernambucana foi separatista e resultado de um ato precipitado que, se vitorioso, poderia ter pos-

to em risco a integridade do Brasil e a construção do império. Esses posicionamentos foram seguidos por outros historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, cujo pensamento norteava por uma história do Brasil cujo ramo seria a história dos portugueses, que nos legaram, segundo suas convicções, “as garantias morais e físicas”. Toda essa historiografia começou a ser contestada em 1917, ano do centenário da revolução, quando Alexandre Barbosa Lima (1862-1931)¹⁸ contrapôs no IHGB sua historiografia em torno dos eventos pernambucanos que reduzia aqueles fatos como um movimento de conflito de ideias. Como já esclarecido, a revolução de 1817 não foi obra do acaso, uma vez que vinha sendo orquestrada havia algum tempo.

Quanto à questão de ser separatista, isso merece esclarecimentos por não existir, naquele momento, unidade brasileira. Lembra Evaldo Cabral que “separatismo implica a preexistência da nação”, não havendo unidade nacional naquela ocasião, mas a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves construído em 1815. Essa unidade, portanto, é que teria sido ameaçada. Por um lado, segundo o pensamento de Frei Caneca, pelo menos até 1824, por ocasião da Confederação do Equador, o Brasil se encontrava “independente”, entretanto não estava “constituído”. ■

¹⁸ **Alexandre José Barbosa Lima** (1862 — 1931): foi um político brasileiro. Defensor de idéias abolicionistas, decidiu seguir carreira militar, ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha aos 20 anos e de lá saindo como alferes aluno. No período republicano, destacou-se durante o governo de Floriano Peixoto, de quem se tornou pessoa de confiança durante a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, havendo sido por ele designado para disputar as eleições para o governo de Pernambuco. Ao ser eleito em abril de 1892, renunciou ao mandato de deputado federal pelo Ceará e, em 1896, após concluir seu mandato de governador, voltou à Câmara Federal como representante pernambucano; sendo reeleito por mais duas vezes, de 1900 a 1906 pelo Estado do Rio Grande do Sul e, de 1906 a 1911 pelo Distrito Federal. Participou ainda da revolta contra a vacina obrigatória que tumultuou o Rio de Janeiro durante o governo de Rodrigues Alves. Durante seu governo, Barbosa Lima criou escolas em vários municípios do Estado, inclusive, a Escola de Engenharia, incorporada, hoje, pela Universidade Federal de Pernambuco. (Nota da **IHU On-Line**)

Latin American Studies da Universidade do Texas, em Austin. É professora aposentada da USP, onde mantém atividades de orientação de mestrado e doutorado. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colonial e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: historiografia, teoria da história, história social, história urbana, escravidão, relações de gênero, da cultura. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Francisco Adolfo de Varnhagen** (1816-1878): visconde de Porto Seguro, militar, diplomata e historiador brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

A emergência de um Brasil plenamente republicano

George Cabral de Souza considera fundamental que o bicentenário da Revolução Pernambucana estimule uma reflexão sobre a incompletude da republicanização do país

João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

Antiguidade e a riqueza de Pernambuco e seu porto transformaram Recife “em um ponto de referência no mundo atlântico”. Conforme o professor George Cabral de Souza, “pelo mar iam mercadorias e chegavam ideias, culturas e pessoas”. E por esta paragem também ecoaram os ideais da Revolução Francesa (1789), que influenciou parte significativa do mundo ocidental. Em Pernambuco, a centelha francesa se mesclou “com um arraigado sentimento nativista”, explica Souza, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

“Às vésperas da Independência, Pernambuco possuía seguramente o pensamento político mais avançado e o projeto de nação mais bem concebido entre os diversos núcleos políticos da América portuguesa”, considera Souza. Mesmo assim, acabou triunfando “a adesão ao projeto centralizador e autoritário da Corte do Rio de Janeiro, na medida em que ele dava mais segurança aos interesses das elites locais”.

Essas elites têm como uma das principais marcas a influência do nativismo nascido nas lutas contra os holandeses no século 17. “Desde então, os senhores de engenho pernambucanos exigiram um tratamento diferenciado por parte da Coroa.” Eles se julgavam “súditos políticos” e não “súditos naturais”, afinal, “havia restaurado a capitania sem apoio direto do rei de Portugal e voluntariamente retornaram aos domínios lusitanos”.

A importância da história de Pernambuco em relação ao país todo foi silenciada, a fim de justificar, do ponto de vista histórico, a centralização no eixo Sudeste do poder político e da vida econômica do Brasil. “Exceção feita a alguns episódios especialmente pinçados para alicerçar a narrativa histórica que apresenta a prevalência do centro-sul como a materialização de algo que sempre esteve inscrito no DNA da nação, desde seus primórdios”, destaca Souza. “Por seu caráter republicano e radical, a Revolução Pernambucana acabou sendo apartada da memória e da história da nação brasileira, momentaneamente durante o período imperial.”

É por isso que Souza considera “fundamental que o bicentenário da revolução sirva para estimular uma reflexão sobre a incompletude de nossa republicanização”. Na sua visão, este talvez seja o maior legado de 1817: “A capacidade de nos levar a buscar ser, finalmente, uma república de fato”.

George Felix Cabral de Souza é doutor em História pela Universidade de Salamanca, mestre e licenciado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, onde leciona e coordena a licenciatura em História. Realizou estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Recebeu o Prêmio Extraordinário de Doutorado da Universidade de Salamanca do ano 2006-2007. Preside o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Pernambuco conviveu com inúmeras ondas de imigrações ao longo da sua história. Como essa chegada de africanos, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, holandeses, ingleses, árabes e judeus, além do contato com os povos originais, vai influenciar

“Do ponto de vista cultural, Pernambuco contém a mais radical e mais rica fusão de elementos indígenas, europeus e africanos do Brasil”

na formação política e cultural do Estado?

George Felix Cabral de Souza

– Do ponto de vista político, acredito que as fórmulas e valores cristalizados nas práticas dominantes, ao longo da história de Pernambuco, se relacionam quase que exclusivamente com a tradição ibérica de Antigo Regime. Entre elas podemos destacar os limites indefinidos entre o público e o privado, o familismo, os privilégios para os integrantes das redes clientelares e, sobretudo, uma exacerbada tendência à reprodução e ampliação dos mecanismos de fortalecimento das hierarquias sociais, ou seja, dos abismos que separam privilegiados e não privilegiados.

Vem do século 19 a quadrinha popular que, certa forma, continua válida até hoje (embora com outros personagens): “Quem viver em Pernambuco / há de estar desenganoado / ou há de ser Cavalcanti / ou há de ser cavalgado”. Evidentemente, apesar disso, o estado também teve grandes figuras progressistas em sua história, algumas delas esmagadas pelas engrenagens dos poderes tradicionais. A título de exemplo, às vésperas da Independência, Pernambuco possuía seguramente o pensamento político mais avançado e o projeto de nação mais bem concebido entre os diversos núcleos políticos da América portuguesa. Esse pensamento político era diretamente influenciado pelas ideias ilustradas e pela Independência dos Estados Unidos e de alguns países da América hispânica. Não obstante, triunfou a adesão ao projeto centralizador e

autoritário da Corte do Rio de Janeiro, na medida em que ele dava mais segurança aos interesses das elites locais. Do ponto de vista cultural, Pernambuco contém a mais radical e mais rica fusão de elementos indígenas, europeus e africanos do Brasil. Essa fusão se deixa perceber no nosso falar, na nossa religiosidade, no que se come e no que se bebe, bem como, não poderíamos jamais omitir, na fartura quase infinita de manifestações artísticas, mormente na música.

IHU On-Line – Qual a importância do porto para a formação do Recife e, de um modo geral, para toda a colônia?

George Felix Cabral de Souza

– Pernambuco foi o centro mais antigo de colonização efetiva da América portuguesa. Sua posição geográfica garantia boas conexões navais com a Europa e a África e também excelente capacidade para produção de açúcar, o produto escolhido pelos portugueses para animar economicamente as novas terras conquistadas. Outros produtos se juntariam ao ouro doce: madeiras, couros, algodão, tabaco... O porto do Recife era o eixo de conexão de uma vasta *hinterland* que ia dos sertões do Ceará até os confins das terras banhadas pelo Rio São Francisco (até ser espoliado pelo imperador Pedro I em castigo pela Confederação do Equador [1824], Pernambuco se estendia até Minas Gerais: a punição imperial seccionou mais da metade do território da província, terras que foram anexadas primeiro a Minas Gerais e

depois à Bahia). Por sua antiguidade e riqueza, Pernambuco e seu porto, o Recife, se transformaram em um ponto de referência no mundo atlântico. Pelo mar iam mercadorias e chegavam ideias, culturas e pessoas.

IHU On-Line – Qual a importância do olhar pernambucano para a compreensão mais ampla da história do Brasil colonial?

George Felix Cabral de Souza

– Os primórdios da construção da historiografia oficial brasileira, ou seja, da biografia da Nação, se construiu sob os auspícios da Corte bragantina no Rio de Janeiro. Não se pode perder de vista esse dado quando se estuda a história do Brasil, quando se analisa como ela é produzida e veiculada até hoje, seja na escola, na universidade ou mesmo nos meios de comunicação de massa. O afã de justificar historicamente a centralização do poder político e da vida econômica do país no eixo Sudeste provocou um verdadeiro silenciamento da história de Pernambuco no contexto nacional, exceção feita a alguns episódios especialmente pinçados para alicerçar a narrativa histórica que apresenta a prevalência do centro-sul como a materialização de algo que sempre esteve inscrito no DNA da nação, desde seus primórdios. Não por acaso, os estudos realizados sobre outras partes do país, que não aquelas compreendidas no eixo dominante, são etiquetados como “história regional” ou mesmo “história local”. Não temos nada contra essas escalas de abor-

dagem, que podem ser muito reveladoras quando bem realizadas, mas não podemos deixar de manifestar perplexidade quando estudos nestas escalas são alçados ao patamar de “história nacional” pelo simples fato de enfocarem localidades do eixo centro-sul. Daí que ressaltamos sempre a necessidade de encarar a história das diversas localidades da América portuguesa não em uma perspectiva concorrencial, mas complementar, que permita enriquecer a compreensão do todo. Por outro lado, destacamos também que essa visão mais ampla se beneficiaria de uma maior atenção dos historiadores dos centros de pesquisa do centro-sul à produção historiográfica do Norte/Nordeste do Brasil, permitindo um fluxo de mão dupla na historiografia nacional.

34

“Por sua antiguidade e riqueza, Pernambuco e seu porto, o Recife, se transformaram em um ponto de referência no mundo atlântico”

IHU On-Line – Como compreender o Brasil de 1817 e os fatores que levaram à Revolução Pernambucana?

George Felix Cabral de Souza – A Revolução Pernambucana ocorre num momento em que as ideias liberais nascidas na França se espalham pelo mundo ocidental e provocam a eclosão de revoluções nos Estados Unidos, na França, no Haiti e em outras áreas. Elas tam-

bém influenciam os processos de independência dos países da América espanhola. Em Pernambuco, elas se mesclaram com um arraigado sentimento nativista. A capitania viveu nos primeiros anos do século 19 um *boom* do algodão que gerou seguidos superávits em sua balança comercial. A abertura dos portos ampliou os mercados e os ganhos, mas boa parte do superávit era drenado pela tributação, sem que houvesse melhorias concretas na capitania. Desde 1808, a Corte portuguesa estava no Rio de Janeiro, onde se abrigou após deixar Portugal, que havia sido invadido pelos franceses. Para manter a Corte, os impostos cobrados em Pernambuco foram aumentando cada vez mais. O cenário negativo se completa com um período de secas que fez baixar as safras de algodão e de cana-de-açúcar. A insatisfação das elites locais levou aos planos de derrubar a monarquia, libertar o país e fundar uma república. As lojas maçônicas foram os canais de divulgação das novas ideias. Dezenas de eclesiásticos se envolveram nos planos de revolução. Boa parte deles se formou no Seminário de Olinda, instituição fundada em 1800 pelo bispo Azeredo Coutinho com um programa de estudos bastante avançado para época, incluindo disciplinas ligadas às ciências da natureza, por exemplo. Havia uma rede conectando elementos das três principais praças do Brasil (Rio de Janeiro, Salvador e Recife), para a eclosão simultânea de um levante contra Dom João VI. Foi nesse cenário que eclodiu prematuramente no Recife, em 6 de março de 1817, a revolução republicana. A decretação de prisão de alguns dos líderes antecipou o início do movimento, quebrando a sincronia com as outras praças e facilitando a repressão que veio da Bahia e da Corte carioca. Apesar de ter sido efêmera, a República de Pernambuco conseguiu o apoio da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de parte do Ceará, tornando-se o primeiro movimento anticolonial a tomar o poder na história da monarquia portuguesa.

IHU On-Line – A partir da pesquisa que o senhor desenvolveu, quem é a chamada “elite colonial do Recife”? No que se difere e no que se associa, por exemplo, à elite colonial do Rio de Janeiro? Qual o seu papel na Revolução Pernambucana?

George Felix Cabral de Souza – As elites locais em Pernambuco possuem como uma das suas principais peculiaridades a influência do nativismo nascido nas lutas contra os holandeses no século 17. Desde então, os senhores de engenho pernambucanos exigiram um tratamento diferenciado por parte da Coroa. Julgavam-se “súditos políticos” e não “súditos naturais” porque haviam restaurado a capitania sem apoio direto do rei de Portugal e voluntariamente retornaram aos domínios lusitanos, quando poderiam ter jurado vassalagem a outro monarca cristão. Esse tópico de discurso era um dos principais argumentos esgrimidos pela “nobreza da terra” sempre que tratava de defender seus interesses.

O surgimento da Câmara Municipal do Recife (criada em 1709, instalada em 1710 e reinstalada definitivamente em 1711) ocorre justamente no âmbito dos conflitos entre a açucaroocracia pernambucana e os grandes comerciantes radicados no Recife na disputa pelo poder municipal. A nobreza da terra não aceitava a entrada de comerciantes na Câmara de Olinda, e a solução encontrada pela monarquia foi a criação de uma nova municipalidade no Recife, na qual os comerciantes pudessem também exercer o poder político, obtendo assim um importante signo de distinção social (para além de algumas vantagens de ordem prática). No caso do Recife, a entrada de elementos ligados ao comércio é bastante precoce quando confrontada com o que ocorre no Rio de Janeiro, na Bahia ou nas praças do Reino. Ao longo de todo o período colonial, predomina a presença de comerciantes entre os principais cargos da Câmara do Recife e, entre eles, os nascidos em Pernambuco acumulam mais nomeações, o que faz com que, no côm-

puto geral, prevaleçam comerciantes nativos (da segunda e terceira gerações de linhagens iniciadas por um imigrado reinol). Ocorrem também casos de linhagens iniciadas por um comerciante português que acabam se ruralizando. Podemos apontar o caso de Manuel Correia de Araújo, membro do governo provisório de 1817 como representante da agricultura, e que era neto de um homônimo que foi um dos maiores comerciantes do Recife no terceiro quartel do século 18. Vários dos participantes de 1817 passaram pela câmara ou eram descendentes de edis do Recife, o que caracteriza a formação de um conjunto de homens afeitos aos negócios da governança local no período colonial e que continuaram na cena política durante os conflitos pré e pós-Independência.

IHU On-Line – De que forma reflexões acerca da elite colonial podem contribuir para se pensar o Brasil de hoje?

George Felix Cabral de Souza – Concordando com [João] Frago-
so¹ e [Manolo] Florentino², penso que a permanência mais facilmente perceptível entre as elites coloniais e as dos nossos dias é o permanente esforço para garantir e ampliar as desigualdades, fortalecendo as hierarquias sociais excludentes. É o que os autores denominam como “o arcaísmo como projeto”. Essa busca permanente pelo alargamento do abismo social se viabiliza, entre outras práticas, na apropriação do público pelo privado, na formação de clientelas, no controle dos mecanis-

¹ **João Frago**: é professor titular de Teoria da História, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 2010 foi premiado com a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico, da Presidência da República/Ministério da Ciência e Tecnologia. É co-organizador dos livros *Conquistadores e negociantes, O Antigo Regime nos trópicos*. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Manolo Garcia Florentino**: graduado em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Estudos Africanos - El Colégio de México - e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Professor Associado IV do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vincula-se à área de História da América e atua principalmente com a temática da escravidão nas Américas, África e Brasil. Recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico (2009). Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

mos de aplicação da justiça e na imposição de obstáculos para os não privilegiados fazerem valer os seus direitos. O fato de termos sido uma colônia não é a explicação total para todos os nossos males. A raiz deles está no fato de nossas elites nunca terem se apartado totalmente de práticas que remetem ao período colonial e que nunca foram superadas, nem mesmo com a chegada da República, tão eivada de vícios e ainda incompleta. Nesse contexto, a “obra da escravidão” – como já afirmava Joaquim Nabuco – tem um peso considerável e ainda não foi de todo desfeita.

IHU On-Line – No que consistiam os modos da governança da Câmara Municipal do Recife no século 18? Quais eram e como atuavam os principais agentes da Câmara?

George Felix Cabral de Souza – As câmaras coloniais eram órgãos de poder com atribuições bastante distintas daquelas que possuem hoje. Elas legislavam, executavam e eram a primeira instância de Justiça. Tratavam ainda da organização das tropas auxiliares e muitas vezes da parte financeira das tropas regulares. Possuíam também atribuições fiscais. Tudo isso era conduzido por elementos das elites locais, eleitos em reuniões realizadas a cada três anos, nas quais se definiam os quadros para cada um dos três anos seguintes (os mandatos eram anuais e não remunerados). O controle da Coroa e de suas autoridades delegadas frequentemente era bastante minimizado seja pelo acúmulo de atividades que elas tinham, seja por sua absorção nas redes de interesse locais. Os principais cargos eram os de juiz ordinário (vereador mais velho ou primeiro vereador), vereadores (segundo e terceiro) e procurador. O primeiro tinha a função de dirimir as causas judiciais até um certo limite de valor. Aos vereadores competia a gestão dos negócios municipais de interesse geral e os atos legislativos. O procurador era uma espécie de defensor do patrimônio da municipalidade. Todos tinham voto

na escolha dos almotacés, oficiais das tropas auxiliares, oficiais e escrivães dos artesãos (oficiais mecânicos), entre outras funções secundárias. Os almotacés desempenhavam algumas das tarefas mais trabalhosas e constantes, tais como a vigilância sobre pesos e medidas, o abastecimento de alimentos, o ordenamento e a limpeza urbanos e as condições de higiene dos mercados, tavernas e feiras. Seus mandatos no Recife eram de três meses e eram exercidos sempre em duplas (um na parte urbana da vila e outro na parte rural). Como se nota, a municipalidade interferia diretamente no cotidiano da vida dos habitantes da vila. Como o Recife era o principal centro urbano e portuário de uma imensa região, as decisões de sua câmara podiam ter reflexos em áreas muito distantes, inclusive fora de sua jurisdição.

“As elites locais em Pernambuco possuem como uma das suas principais peculiaridades a influência do nativismo nascido nas lutas contra os holandeses no século 17”

IHU On-Line – De que forma a governança da Câmara do Recife é encarada no Brasil colonial? Em que medida vai influenciar outras formas de governança no período?

George Felix Cabral de Souza – A atuação da câmara municipal do

Recife, dada a importância do centro urbano que ela administra, forçou muitas vezes a negociação com os poderes centrais ou com seus representantes na capitania. A municipalidade foi a tribuna principal para as reivindicações das elites locais, sendo usada inclusive para fazer oposição às medidas emanadas de Lisboa, tal como acontece durante o período das reformas pombalinas. Entre 1750 e 1779, encontraremos em várias ocasiões a municipalidade recifense utilizando os mecanismos previstos na própria legislação do reino para confrontar, diretamente ou indiretamente, o estabelecimento da Mesa de Inspeção do Açúcar e do Tabaco e a todo-poderosa Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba. Podemos encontrar ainda em ocasiões pontuais a ação concertada de várias câmaras para fazer demandas ou protestar contra atos da administração central. A imposição de novos tributos é uma dessas ocasiões. A compreensão mais aprofundada das formas de atuação das municipalidades coloniais brasileiras tem permitido desvelar a ação de grupos e redes nas diversas praças da América portuguesa e nos tem demonstrado que as câmaras foram muito mais que meros órgãos administrativos que serviam com tentáculos do poder real ou correias de transmissão das determinações tomadas em Lisboa. Elas têm, como alertou Fernanda Bicalho³ em artigo pioneiro um importante papel na negociação entre poderes, e conseguiam interferir inclusive em assuntos considerados basilares para a antiga concepção de “Pacto Colonial”, quais sejam, o comércio e a tributação, por exemplo.

IHU On-Line – Qual o legado da Revolução Pernambucana? E como ela vai influenciar outras revoltas no Brasil?

³ **Maria Fernanda Baptista Bicalho:** é professora de história do Brasil no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense desde 1990. Em seu doutorado, realizado na Universidade de São Paulo, estudou a cidade do Rio de Janeiro setecentista a partir da lógica política do Império luso e da disputa ultramarina entre as potências europeias. Atualmente tem investido na discussão do conceito e da dinâmica do Império português, na análise das práticas políticas e administrativas na colônia e no enfoque das estratégias de negociação entre as Câmaras coloniais e o poder régio e metropolitano. (Nota da **IHU On-Line**)

George Felix Cabral de Souza – Por seu caráter republicano e radical, a Revolução Pernambucana acabou sendo apartada da memória e da história da nação brasileira, mormente durante o período imperial. 1817 influenciou diretamente mais dois outros movimentos ocorridos em Pernambuco. O primeiro ocorre no contexto pós-Revolução do Porto e pós-formação das Cortes Constitucionais de Lisboa. Trata-se da formação da Junta de Governo de Goiana (1821)⁴, que acabou forçando a retirada do último governador português (o general Luiz do Rego, que havia concluído o processo de repressão da revolução) e a instalação da Junta de Gervásio, que manteve Pernambuco independente do Rio de Janeiro e de Lisboa entre outubro de 1821 e setembro de 1822. O segundo é a Confederação do Equador⁵, rebrote do republicanismo surgido como reação ao golpe de força impingido por Dom Pedro I à Assembleia Constituinte, fechando-a em 1823 e outorgando uma Constituição que lhe dava poderes centralizantes e autocráticos.

Vários sujeitos participaram dos três momentos, 1817, 1821 e 1824. Chegada a *pax bragantina* do segundo reinado, a Revolução de 1817 passou a ser acidamente criticada e por pouco não foi banida da narrativa histórica da nação. Com o advento da República em 1889, foi relegada a segundo plano, uma vez que o herói então adotado foi o mineiro Tiradentes⁶, mártir anó-

⁴ **Junta governativa goiana de 1820:** foi um triunvirato formado por Mário de Alencastro Caiado, Francisco Emílio Póvoa e Pedro Ludovico Teixeira. A junta assumiu o governo do estado em 30 de outubro, permanecendo no cargo até 23 de novembro de 1820. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Confederação do Equador:** movimento revolucionário de caráter separatista e republicano que eclodiu no dia 2 de julho de 1824 em Pernambuco, se alastrando para outras províncias do Nordeste do Brasil. Representou a principal reação contra a tendência monarquista e a política centralizadora do governo de dom Pedro I (1822-1831), esboçada na Carta Outorgada de 1824, a primeira Constituição do país. O conflito tem raízes em movimentos anteriores na região: a Guerra dos Mascates (1710-1711) e a Revolução Pernambucana (1817), esta última de caráter republicano. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes** (1746-1792): dentista, tropeiro, minerador, comerciante, militar e ativista político carioca que atuou no Brasil colonial, mais especificamente nas capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. No Brasil, é reconhecido como mártir da Inconfidência Mineira, patrono cívico e herói nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

dino de um movimento que nunca eclodiu, e que por isso mesmo não estimulava a contestação às mazelas do regime.

IHU On-Line – Os ideais pernambucanos de constituição de uma nação, um projeto de país e institucionalização de aparato legal ainda podem inspirar no Brasil de hoje? De que forma?

George Felix Cabral de Souza – Não obstante as injustiças históricas, 1817 nos deixa um legado de extrema preocupação com a transparência da gestão e com os direitos individuais. As medidas do governo provisório eram sistematicamente divulgadas, e todas as requisições de propriedade privada foram feitas mediante indenizações. A Lei Orgânica – sem dúvida uma Constituição provisória para a nova república – garantia, por exemplo, a tolerância de culto, a liberdade de consciência e de imprensa e impunha regras para evitar a interferência de interesses privados nos assuntos referentes ao bem público. A revolução não aboliu de imediato a escravidão, mas tinha o propósito de fazê-lo tão logo a república se consolidasse. De fato, o risco de quebra das hierarquias que isso representava, para além de outros atos do governo que atacaram as diferenças sociais e raciais tão características da sociedade colonial, podem ser vistos como elementos que corroeram o apoio das elites locais ao movimento. A república podia ser uma ideia sedutora, mas era a velha monarquia que garantia aos senhores de escravos sua multissecular preeminência social. A permanência da escravidão até 1888 e a rápida queda da monarquia após sua abolição parecem confirmar essa percepção. Concluindo, acredito que é fundamental que o bicontinente da revolução sirva para estimular uma reflexão sobre a incompletude de nossa republicanização. Talvez daí venha o maior legado de 1817, a capacidade de nos levar a buscar ser, finalmente, uma república de fato. ■

Precisamos ser mais ‘Vós’ e menos ‘Vossa Mercê’. Contra a sociedade escravagista, a insurgência

Marcus Carvalho descreve as tensões de um contexto radicalmente discriminatório que levou ao levante dos revolucionários de Pernambuco, no começo do século 19

João Vitor Santos | Edição: Ricardo Machado

Passados 200 anos de Revolução Pernambucana, um dos principais desejos dos insurgentes continua atual: o desejo de igualdade na aplicação das leis. Segundo Marcus Carvalho, os rebeldes “defendiam o constitucionalismo e, na forma mais radical, a república. No cerne de tudo isso, estava a representação que devia ser ampliada. Enfim, a igualdade perante a lei e o direito à representação eram muito caros para eles”, esclarece o professor em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

“As pessoas se percebiam inseridas em uma sociedade dividida não apenas em condição (livre, escravo; pobre, rico), mas também em qualidade (nobre, plebeu; pele clara, pele escura). A mudança de qualidade é muito mais vagarosa e difícil do que de condição”, pontua Carvalho. “Ao proibir o uso do Vós, a Revolução de 1817 acabou com a noção de qualidade. No contexto da época, isso era radicalíssimo. Não foi apenas uma proposta. Foi um decreto.

Vossa Mercê é um tratamento que indica submissão. O Vós indica apenas respeito, mas é igualitário. Some-se a isso a condenação moral da escravidão”, complementa.

Estabelecendo um diálogo com os dias atuais, o professor sugere que “precisamos ser mais ‘Vós’ e menos ‘Vossa Mercê’. Parece tacaño dizer isso, mas ainda não conquistamos direitos defendidos em 1789 na França”, destaca.

Marcus Carvalho formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, onde também realizou mestrado em História. Também é mestre em História da Arte pela universidade de Illinois, nos EUA, onde também realizou doutorado em História. Fez estágio pós-doutoral na École de Hautes Études en Sciences Sociales, na França. Atualmente é professor titular de História na UFPE. É autor de *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850* (Recife: Editora UFPE, 2010).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – No que consiste e quais as questões de fundo do ciclo das insurreições liberais do Nordeste?

Marcus Carvalho – Discute-se muito os limites do liberalismo, ou seja, os direitos civis dos livres e libertos, a igualdade perante a lei de todas as pessoas não escravizadas,

os limites do poder do imperador, a questão da escravidão e as possibilidades do seu fim imediato ou gradualmente.

IHU On-Line – Que ideia de liberalismo era defendida por este ciclo? Política, social e economicamente, o que significava?

Marcus Carvalho – Essas rebeliões (1817¹, 1824² e 1848³) contêm vá-

¹ Refere-se à Revolução Pernambucana. (Nota da IHU On-Line)

² Refere-se à Confederação do Equador. (Nota da IHU On-Line)

³ **Revoluções de 1848** ou Primavera dos povos: série de revoluções na Europa Central e Oriental que eclodiram em função de regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, do aumento da condição financeira e da falta de representação política das classes médias e do nacionalismo despertado nas minorias da Europa

rias tendências. Havia desde facções das elites locais apenas insatisfeitas com os arranjos clientelares do poder central que, eventualmente, as deixavam de fora da distribuição de benefícios, até, no outro extremo, os liberais radicais. O que sempre nos fascina mais são os liberais radicais, pois eles chegaram a participar do poder em 1817 e em 1824, pelo menos. Defendiam se não a abolição imediata, ao menos a emancipação gradual. Defendiam uma radicalização dos direitos civis, igualando os cidadãos, pois o Brasil herdou do Antigo Regime uma sociedade de ordens, ou seja, havia várias gradações de poder e status mesmo entre as pessoas que não eram escravizadas. Defendiam o constitucionalismo e, na forma mais radical, a república. No cerne de tudo isso estava a representação que devia ser ampliada. Enfim, a igualdade perante a lei e o direito à representação eram muito caros a eles.

mas também em qualidade (nobre, plebeu; pele clara, pele escura). A mudança de qualidade é muito mais vagarosa e difícil do que de condição. Ao proibir o uso do Vossa Mercê e instituir o uso somente do Vós, a Revolução de 1817 acabou com a noção de qualidade. No contexto da época, isso era radicalíssimo. Não foi apenas uma proposta. Foi um decreto. Vossa Mercê é um tratamento que indica submissão. O Vós indica apenas respeito, mas é igualitário. Some-se a isso a condenação moral da escravidão. Eles admitiram a impossibilidade política da abolição imediata, mas anunciaram claramente que o fariam de forma lenta e gradual. Essas duas medidas em conjunto atestam a radicalidade de 1817. As pessoas seriam iguais perante a lei e, paulatinamente, a escravidão seria abolida. É importante ressaltar que mesmo depois da abolição, as pessoas continuaram divididas em “qualidades” no Brasil. A tal igualdade perante a lei ainda não foi alcançada. Por essas razões estavam certos os rebeldes em chamarem o movimento de Revolução. 1817 foi derrotado, mas foi sim um movimento revolucionário.

mos de coisas mais simples, como a igualdade perante a lei, o direito à representação popular, o fim de uma sociedade ainda baseada na noção de “qualidade”. No Brasil ainda persistem noções de fidalguia subliminares, porém contundentes. Alguns podem e devem mandar, aos demais cabe obedecer ou o tronco. Nunca é pouco lembrar também que o esteio do Absolutismo era a magistratura. Era também um dos caminhos mais fáceis para as famílias as quais faltava qualidade ascenderem à nobreza, daí o nome “nobreza togada”. Isso continua até os dias de hoje.

IHU On-Line – Que história da independência do Brasil pode ser revelada a partir da perspectiva de negros, pardos e quilombolas de Pernambuco? Como essa história vem sendo reconstituída?

Marcus Carvalho – Há uma outra Independência na historiografia contemporânea. Na história há sempre alternativas. Nós somos isso que sabemos que somos. Mas houve lutas e alternativas derrotadas. O povo sempre se revoltou. Os escravizados, os libertos, a população livre pobre sempre foi protagonista. A proposta vencedora na Independência foi profundamente conservadora, centralista e escravista, mas houve alternativas e muito sangue foi derramado para que essas propostas mais avançadas não prosperassem. Um dos principais compromissos políticos do historiador é recuperar essas alternativas. Mostrar que elas existiram – e existem! Não temos que nos conformar com o que está posto. Aqueles anos de formação do Brasil foram de muito protesto, de muitas demandas. As camadas subalternas aproveitaram-se do momento para protestar, fugir, rebelarem-se. A historiografia contemporânea tem mostrado isso.

IHU On-Line – Como se dava a relação entre negros e brancos em Pernambuco no início do século 19?

“1817 foi derrotado, mas foi sim um movimento revolucionário”

IHU On-Line – A Revolução Pernambucana de 1817 pode ser considerada a “primeira revolta popular do Brasil”? Por quê?

Marcus Carvalho – Acho a expressão “revolta popular” anacrônica nesse contexto. O Brasil era uma sociedade escravista superposta a uma sociedade que se pensava organizada em ordens. O mundo era escravista nessa época. As pessoas se percebiam inseridas em uma sociedade dividida não apenas em condição (livre, escravo; pobre, rico),

IHU On-Line – Como compreender os levantes ocorridos em Recife, entre 1823 e 1848? Que conexões podemos fazer com outros levantes populares da história do Brasil?

Marcus Carvalho – Acho que ainda vivemos resquícios do chamado Antigo Regime, ou seja, da sociedade anterior à Revolução Francesa⁴. Falamos de socialismo, mas, na realidade, ainda precisa-

⁴ **Revolução Francesa:** nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da **IHU On-Line**)

central e oriental, que abalaram as monarquias da Europa, onde tinham fracassado as tentativas de reformas políticas e econômicas. (Nota da **IHU On-Line**)

Marcus Carvalho – Essa relação foi sempre conflituosa, claro. Era uma sociedade escravista. Todavia, um dos fundamentos da longevidade da escravidão no Brasil era a possibilidade de o ex-escravizado ser dono de escravizados. Isso não existia nos Estados Unidos, por exemplo. Lá o senhor era sempre branco. Aqui, era perfeitamente possível uma pessoa ser escravizada na África, vir para o Brasil e passar a vida como cativo sem ter tido jamais um senhor branco. Como não havia nenhum interdito à propriedade de escravos, havia muita gente com poucos escravizados. A propriedade escrava no Brasil era muito pulverizada. Havia multidões de proprietários com um, dois, três escravos. Isso reforçava muito a instituição, pois havia inúmeros não-brancos donos de gente e também tornava mais fluidas as relações interétnicas e inter-raciais, por mais brutal que fosse a escravidão. Ao mesmo tempo, não havia interditos à alforria, o que dava ao sistema uma certa flexibilidade. O paradoxo é este: essa flexibilidade fez a escravidão durar muito.

IHU On-Line – Qual a importância e como compreender a figura do líder João Batista⁵, e do próprio Quilombo de Catucá⁶, no contexto do começo do

⁵ **João Batista Rego**: um dos líderes locais da Revolução Pernambucana e proprietário de terras em Recife. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Quilombo do Catucá**: foi uma aglomeração em quilombo, resultado da luta dos escravos pela liberdade e um subproduto do caos político em Pernambuco, entre 1817 e o final da década de 1830. Morando muito perto do Recife, os quilombolas se tratavam mutuamente por malungos (companheiros da viagem da África) e elaboraram uma série de estratégias de sobrevivência, que incluíam a cooperação da população negra livre e dos escravos dos engenhos próximos. Saiba

século 19?

Marcus Carvalho – É impossível responder isso em poucas linhas, mas, repetindo, é muito importante recuperar o protagonismo popular, a resistência do povo contra a opressão. É preciso acabar com o mito de que as coisas já estão postas, que o Brasil atual é este porque não houve alternativas, o que existe é o que sempre foi. Não é nada disso, o povo sempre lutou, sempre resistiu. Há sempre alternativas e devemos defendê-las.

“A propriedade escrava no Brasil era muito pulverizada. Havia multidões de proprietários com um, dois, três escravos”

IHU On-Line – De que forma o pensamento da insurreição pernambucana, que leva à Revolta de 1817, pode inspirar uma reflexão sobre os problemas do Brasil de hoje?

Marcus Carvalho – Igualdade perante a lei. Precisamos disso.


mais sobre o Quilombo do Catucá em <http://bit.ly/2yS1HpM>. (Nota da **IHU On-Line**)

Precisamos ser mais “Vós” e menos “Vossa Mercê”. Precisamos também combater os privilégios da “nobreza da terra”, tanto aquela de riqueza antiga, que, por se achar com “qualidade”, pensa e acredita que pode tudo e é diferente do resto da população, os plebeus, as pessoas de baixa qualidade, ou seja a imensa maioria de nós. Também precisamos de uma magistratura que não seja apenas uma “nobreza togada”, defensora de privilégios e foros próprios, mas que defenda a igualdade perante a lei.

IHU On-Line – No início do século 19, a escravidão gerou nos negros um sentimento de insurgência que foi importante ingrediente nas revoltas desse período. No Brasil de hoje, qual a emergência de novas insurgências? Quais são as formas contemporâneas de resistência dos negros no Brasil?

Marcus Carvalho – O Brasil continua racista e excludente. O famoso censo do “moreno jambo” mostrava claramente que, quanto mais escura a cor da pele, mais perto da favela a pessoa estava, menor sua educação, pior a sua condição econômica. Defendo a política de cotas. Não só ajuda a corrigir isso, como provocou uma discussão no país sobre o racismo. A vitória contra o racismo, a misoginia e a homofobia só se consegue com muita educação e a plena igualdade dos indivíduos perante a lei. Parece tacanho dizer isso, mas ainda não conquistamos direitos defendidos em 1789 na França. ■

O avassalador Silêncio de Scorsese

 medium.com/@ihu

Afrodscendentes livres e libertos foram centrais para a revolução de 1817

Luiz Geraldo Silva destaca que, enquanto a maior parte dos africanos e afrodescendentes de Minas, da Bahia e do Rio estavam sob o cativeiro, os de Pernambuco viviam em liberdade

João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

Pernambuco tinha uma particularidade importante no que tange aos africanos e aos afrodescendentes escravos, livres e libertos, conforme o professor Luiz Geraldo Silva prefere designá-los: “Enquanto a maior parte dos africanos e afrodescendentes de Minas Gerais, da Bahia e do Rio de Janeiro viviam sob o cativeiro, os de Pernambuco viviam na liberdade”. Eles constituíam parte substancial da sociedade pernambucana, convulsionada entre março e maio de 1817.

Os afrodescendentes livres e libertos, cerca de 41% da população da capitania em 1810, “possuíam, como todos os filhos e netos de escravos, um status ainda identificado com o escravismo”. Para Silva, eles estavam mais próximos da liberdade que os escravos. “Logo, tinham mais condições de compreender a mensagem revolucionária”, e “sabiam bem mais que os cativos o que poderia representar a igualdade civil e política tanto individual como coletivamente”. O professor destaca que “os afrodescendentes livres e libertos foram centrais para os rumos da revolução de 1817”.

Conforme Silva, “enquanto os projetos políticos de Minas Gerais, em 1789, e da Bahia, em 1798, foram inconfidên-

cias, o de Pernambuco em 1817 foi uma revolução”. Ele considera “uma das maiores mentiras da nossa história” a tentativa de “consagrar a inconfidência mineira, como fazem nossos atuais presidentes e governadores, ou conferir-lhe centralidade no âmbito de nossa tradição republicana”.

No seu entendimento, a imprensa e setores da historiografia criam “mitos absurdos, como o de Tiradentes”, e “defende que um presidente em descrédito é uma coisa, e que suas reformas e projetos políticos é outra, radicalmente diferente”. Ele propõe que “no passado ou no presente, precisamos ver o Brasil sem véus, sem disfarces, sem a hipocrisia alimentada pelo *establishment*”. Uma análise circunstanciada da revolução de 1817, no seu entendimento, ajuda nessa tarefa.

Luiz Geraldo Silva é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP, onde realizou estágio pós-doutoral, e mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Leciona na Universidade Federal do Paraná – UFPR e na Universidad Pablo de Olavide, de Sevilha.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual o contexto político, econômico e social que deflagra a Revolução Pernambucana?

Luiz Geraldo Silva – Existe um ponto de vista trivial conforme o qual toda revolução política é pre-

cedida por uma crise econômica. Se foi assim com a Revolução Francesa ou com a Revolução Russa, por que também não seria com a Revolução Pernambucana? No entanto, nada mais equivocado que, num modelo de análise, identificar uma crise econômica como antecâmara da revolução

de 1817. Nas duas primeiras décadas do século 19, Pernambuco era uma sociedade escravista e, portanto, uma forma de medir seu crescimento consiste em examinar o volume do tráfico de escravos. Nos últimos 25 anos do século 18 (1776-1800), entraram no porto do Recife 79.835 escravos

“Enquanto os projetos políticos de Minas Gerais, em 1789, e da Bahia, em 1798, foram inconfidências, o de Pernambuco em 1817 foi uma revolução.”

africanos. Nos primeiros 25 anos do século 19 (1801-1825), isto é, ao longo dos anos que precederam e imediatamente sucederam a onda revolucionária, entraram por aquele mesmo porto cerca de 191.529 seres humanos escravizados. À época da revolução, portanto, houve um aumento de mais de 200% do volume do tráfico. Assim se concluiu, por um lado, que não havia crise econômica naquele setor tão vital de uma sociedade escravista, mas, antes, um *boom* sem precedentes, e que, por outro lado, os anos que antecederam a revolução de 1817 foram de grande e intensa prosperidade material e econômica.

Tal prosperidade tinha a ver diretamente com a produção do algodão, cujas receitas para a capitania, por volta de 1810, tinham ultrapassado as do açúcar – o produto mais nobre, mais tradicional e que era base de sustentação dos grupos sociais mais antigos e estabelecidos. O algodão de Pernambuco era, então, matéria-prima fundamental da revolução industrial britânica. A Inglaterra, como se sabe, foi, ao lado dos traficantes de escravos do Brasil, a grande beneficiária dos acordos comerciais firmados com a corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro a partir de 1808 e também uma consumidora voraz daquela matéria-prima, então em falta nos mercados do hemisfério norte em decorrência da guerra anglo-americana (1812-1815). Ademais, a França pós-napoleônica também iniciava uma industrialização baseada em cotonifícios, o que explica as dezenas de casas comerciais francesas e britânicas instaladas no Recife ao longo da década de 1810. Sou,

então, levado a pensar num quadro mais vasto, atlântico, para me referir ao “contexto político, econômico e social” da revolução de 1817.

Este quadro conecta Pernambuco tanto com o sistema econômico mundial, através principalmente do algodão e do tráfico de escravos, como com aquilo que os historiadores têm chamado desde a década de 1950 de “era das revoluções atlânticas”. Assim, se não havia crise econômica, havia, pois, uma crise política, ideológica, de legitimidade, que abalava, evidentemente, não apenas a sociedade pernambucana, mas, antes, convulsionava todo o mundo atlântico. O conceito de “era das revoluções atlânticas”, embora equivocadamente limitado às sociedades do hemisfério norte, se refere a uma crise de legitimidade dos governos dinásticos, das monarquias que, ao longo do século 18, haviam se tornado absolutas.

Demandava-se por toda parte do mundo ocidental governos representativos, parlamentares, constitucionais, fossem estes monárquicos ou republicanos. Assim, a monarquia portuguesa sofria com essa crise de legitimidade, aspecto que foi reforçado por sua transferência forçada de Lisboa ao Rio de Janeiro. Desde a segunda metade do século 18 as pressões advindas dos níveis mais baixos da sociedade, exercidas por grupos sociais que não faziam parte da aristocracia e que demandavam representação política, convulsionavam, em maior ou menor grau, os impérios britânico, francês e espanhol. Entre 1815 e 1817, a região

do Rio de Prata e, principalmente, o vice-reinado de Nova Granada estavam conflagrados: lutavam contra Fernando VII ou internamente para criar mecanismos representativos, constituições, corpos políticos independentes e confederados. Não creio que o modelo republicano dos Estados Unidos da América, como a historiografia conservadora costuma ressaltar, e como muitos documentos produzidos pelos revolucionários deixam entrever, representasse um modelo efetivo para a Revolução Pernambucana. Por sua proximidade temporal e espacial, as revoluções hispano-americanas, processadas no hemisfério sul, são, ao meu ver, os grandes exemplos inspiradores da revolução de 1817, como, aliás, reconheciam alguns contemporâneos, a exemplo de uma testemunha ocular, Antônio Joaquim de Mello.

IHU On-Line – E qual a importância desse movimento na história do Brasil?

Luiz Geraldo Silva – Enquanto os projetos políticos de Minas Gerais, em 1789¹, e da Bahia, em 1798², foram inconfidências, o de Pernambuco em 1817 foi uma revolução.

¹ **Inconfidência Mineira**: um dos mais importantes movimentos sociais da História do Brasil. Significou a luta pela liberdade, contra a opressão do governo português no período colonial. Ocorreu em Minas Gerais no ano de 1789, em pleno ciclo do ouro. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), é reconhecido como mártir do movimento, patrono cívico e herói nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Conjuração Baiana**: também denominada como Revolta dos Alfaiates, pois seus líderes exerciam este ofício, foi um movimento de caráter emancipacionista, ocorrido no século 18, na Bahia. Diferentemente da Inconfidência Mineira (1789), se reveste de caráter popular. (Nota da **IHU On-Line**)

Rompia-se, enfim, com uma formação política recente e precária – o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves –, criada em 1815, e instituiu-se um corpo político distinto, independente, mas aberto a adesões de tipo federativo. Ademais, este corpo político tinha quatro características absolutamente centrais.

Em primeiro lugar, ele era republicano. Embora revolucionários, a exemplo de José Luís de Mendonça³, preferissem estabelecer negociações com a monarquia e criar um corpo político monárquico constitucional, a tese vitoriosa em 1817 foi, contudo, a republicana.

Em segundo lugar, prevaleceu também a ideia de formação de uma federação, confederação ou liga, como acontecia exatamente à mesma época no Rio da Prata. Vai daí, pois, o envio de emissários a Bahia – o padre Roma, executado tão logo desembarcou ali – e a outras capitânicas da América portuguesa. Uma adesão formal e, aliás, bastante apaixonada se manifestou sobretudo na Paraíba, ao mesmo tempo em que revolucionários foram identificados e presos no Rio Grande do Norte e no Ceará. No entanto, nestas últimas capitânicas predominaram indivíduos e grupos sociais identificados com a reação monárquica e absolutista.

Em terceiro lugar, a revolução de 1817 foi um movimento constitucional. Não apenas incorporou-se ao longo de sua trajetória certos princípios gerais inscritos na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, mas também se deu publicidade, a partir de 29 de março de 1817, a uma “lei orgânica” que, entre outros aspectos, consagrava as liberdades religiosa, de pensamento e de imprensa, mas principalmente “declarava serem todos os homens iguais em direitos” – tal como se manifestara, do mesmo modo, na cons-

tituição de Cartagena de Índias, em 1812⁴.

Finalmente, e talvez mais importante, o movimento político de 1817 foi marcado por um forte sentimento de igualdade política, o que convertia indivíduos da vasta população afrodescendente livre e liberta da capitania em cidadãos.

Este último aspecto não havia se verificado em experiências tão decantadas pela historiografia, como a revolução norte-americana, ou no âmbito do constitucionalismo espanhol de 1810-1812. Como se sabe, ao retomar a distinção entre cidadãos ativos e passivos presente à constituição francesa de 1791, a constituição imperial de 1824 – considerada “altamente inclusiva” por alguns historiadores contemporâneos – considerou os libertos cidadãos passivos, o que os tornava inelegíveis e, depois de 1831, impedidos de ascender ao oficialato da Guarda Nacional. Por estas razões, absolutamente centrais, a revolução de 1817 tem uma importância capital na história do Brasil.

IHU On-Line – Que relações podemos estabelecer entre o Brasil de 1817 com o atual momento nacional?

Luiz Geraldo Silva – É, com efeito, impressionante, no âmbito do Brasil republicano, o culto que se rende anualmente à inconfidência mineira. Todos os anos, como se sabe, o presidente da república – seja este legítimo ou não – e todos os governadores dos Estados da federação se dirigem à praça Tiradentes, em Ouro Preto, para reverenciar um movimento político de limitado alcance social, que representava mentalmente a independência política restrita a uma única capitania – a de Minas Gerais – e que jamais vingou, jamais se materializou efetivamente, não passando, pois, de

uma sedição. Como bem sintetiza Kenneth Maxwell⁵, em fins do século 18 alguns indivíduos do nível mais alto da capitania mineira que se reuniam para tecer inconfidências não tiveram pejos em dedurar uma pessoa que, embora tivesse nascido em uma família importante, havia decaído socialmente. Justamente o tal Tiradentes, o mártir, a vítima maior de nossa independência. Nada mais patético que isso.

Em Pernambuco, se constituiu uma república federal que durou quase três meses, que procurou criar uma constituição, que propôs o estabelecimento de uma capital, que acenou com a possibilidade de abolir a escravidão, que proclamou a igualdade política e civil sem distinções de origem e posição social e que teve não um, mas 14 indivíduos executados, além de centenas de deportados e exilados. Acresce-se, ademais, os tantos mortos no cárcere, e que não tinham sido, contudo, condenados à pena capital. Um movimento político que, federativamente, conflagrou as outras capitânicas do Norte e que, como já sublinhei, estabeleceu uma igualdade política pouco usual no âmbito dos antigos impérios coloniais da era moderna – o britânico, o francês, o espanhol e o português.

Consagrar a inconfidência mineira, como fazem nossos atuais presidentes e governadores, ou conferir-lhe centralidade no âmbito de nossa tradição republicana é uma das maiores mentiras da nossa história. Creio que esses engodos, essas mentiras deslavadas, em boa medida perpetradas por setores da historiografia que comungam com o *status quo*, com o *establishment*, e que servem aos grupos com maior potencial de retenção de poder com mais regularidade e servilismo do que se imagina à primeira vista, têm muito a ver com o estado de coisas atualmente existente entre nós, no qual um presidente ilegítimo, sem credibilidade, com a maior taxa de rejeição já regis-

³ **José Luís de Mendonça**: foi uma espécie de jurista oficial da Revolução Pernambucana de 1817, sendo dele a responsabilidade de redigir os principais documentos. É descrito por historiadores como homem rico, inteligente e com grande interlocução junto a classes mais abastadas da sociedade da época. Embora considerado moderadorado, era crítico da forma de administração portuguesa. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Manifesto de Cartagena**: é um documento escrito por Simón Bolívar no âmbito da Independência da Colômbia e da Venezuela, após a queda da Primeira República, em 15 de dezembro de 1812, explicando com grande detalhe as causas dessa perda. Foi escrito na Colômbia. Dizem que é o primeiro grande documento de Bolívar, entre muitos outros. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Kenneth R. Maxwell** (1941): é um historiador britânico. É especialista em História Ibérica e no estudo das relações entre Brasil e Portugal no século XVIII, sendo um dos mais importantes brasileiros da atualidade. (Nota da **IHU On-Line**)

trada entre ocupantes de seu cargo, insiste não apenas em se manter no poder, mas, sobretudo, em impor à nação uma agenda conservadora, dilapidadora do nosso patrimônio humano, intelectual e social. Ainda mais alarmante é que tal agenda tem a convivência de um setor majoritário da imprensa que, como alguns setores da historiografia, ainda se encanta e se identifica com o conservadorismo mais atroz, ou, no limite, com a nobreza, com a aristocracia.

A imprensa no Brasil, que, como setores de nossa historiografia, cria mitos absurdos, como o de Tiradentes, defende que um presidente em descrédito é uma coisa, e que suas reformas e projetos políticos é outra, radicalmente diferente. Assim, vivemos no Brasil engodos sucessivos, mentiras deslavadas, tornadas, contudo, verdades absolutas, indiscutíveis, através da imprensa ou da historiografia. No passado ou no presente, precisamos ver o Brasil sem véus, sem disfarces, sem a hipocrisia alimentada pelo *establishment*, mormente o “jornalístico”, e creio que uma análise circunstanciada da revolução de 1817 nos ajuda nessa tarefa.

IHU On-Line – Qual o papel do negro no contexto da Revolução Pernambucana?

Luiz Geraldo Silva – Os africanos e os afrodescendentes escravos, livres e libertos – como prefiro designá-los, remetendo ao que estes grupos sociais e indivíduos efetivamente eram, sociologicamente falando – constituíam parte substancial das sociedades pernambucana e paraibana, convulsionadas entre março e maio de 1817. Pernambuco, particularmente, fazia parte de um grupo de quatro capitânicas que abrigava a maior população africana e afrodescendente escrava, livre e liberta da América portuguesa. Além de Pernambuco, faziam parte desse grupo as capitânicas da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Contudo, Pernambuco revelava uma particularidade importante. Enquanto a maior parte dos africanos e afrodescendentes de Minas Gerais, da Bahia e do Rio

de Janeiro viviam sob o cativo, os de Pernambuco viviam na liberdade. Contudo, os afrodescendentes livres e libertos de Pernambuco – que por volta de 1810 representavam 41% da população da capitania – possuíam, como todos os filhos e netos de escravos, um status ainda identificado com o escravismo. No entanto, é absolutamente claro e evidente que, dentro de um *continuum* que ligava a escravidão à liberdade, os afrodescendentes livres e libertos estavam mais próximos da liberdade que os escravos. Logo, eles estavam mais aptos a compreender a mensagem revolucionária que estes últimos, uma vez que seu processo de mudança de status, que começa na escravidão e segue, de geração em geração, por graus cada vez mais agudos de mobilidade ascendente ou de diminuição da marginalidade, até a liberdade, ajudava-os a ter melhor compreensão da palavra escrita, do léxico conceitual da revolução. E eles sabiam bem mais que os cativos o que poderia representar a igualdade civil e política tanto individual como coletivamente.

Os escravos, antes, ainda se esforçavam por obter sua liberdade jurídica, e estavam, portanto, muito mais distantes de uma demanda efetiva por igualdade civil e política. Não é por acaso, portanto, que se pode encontrar na documentação um número impressionante de militantes de 1817 que eram afrodescendentes livres e libertos. São muito poucos, contudo, os escravos arrolados na documentação como implicados no movimento revolucionário. Ademais, os afrodescendentes livres e libertos se inseriam neste universo sobretudo mediante suas instituições militares, como também tinha ocorrido no movimento baiano de 1798⁶: ou seja, como milicianos dos regimentos de pardos e de Henriques⁷.

6 **Conjuração Baiana:** também denominada como Revolta dos Alfaiates, pois seus líderes exerciam este ofício, foi um movimento de caráter emancipacionista, ocorrido no século 18, na Bahia. Diferentemente da Inconfidência Mineira (1789), se reveste de caráter popular. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Henriques:** também denominados Terço de Homens Pretos e Pardos. Constituem-se em uma milícia negra, criada no século 17, por ocasião da invasão holandesa no Nordeste brasileiro, por Henrique Dias, feito capitão-mor em 1639 pelos seus préstimos à Coroa Portuguesa. Essa compa-

Indivíduos como o capitão pardo e alfaiate José do Ó Barbosa – a primeira pessoa a confeccionar a bandeira da república de Pernambuco, hoje a bandeira desse Estado da federação –, como seu irmão, Francisco Dornelas Pessoa, também capitão dos pardos e alfaiate, como o sapaiteiro Henrique Valentim Ribeiro, membro da guarda pessoal do padre João Ribeiro de Mello Montenegro, como Joaquim dos Santos, alfaiate e furriel de um regimento de pardos, e como Felipe Alexandre da Silva, “capitão de pardos”, aparecem abundantemente nas fontes disponíveis. Todavia, são poucos os historiadores que notaram sua existência, não porque eles não deixaram rastros, pistas, informações sobre si mesmos, mas porque os historiadores não fazem perguntas e não criam problemas de análise acerca deles.

Ao mesmo tempo, os afrodescendentes livres e libertos foram centrais para os rumos da revolução de 1817. Os historiadores afirmaram repetidamente que os eleitores do governo provisório, por exemplo, eram, todos, indivíduos do nível mais alto, “dos setores dominantes”. Não se deram conta que, dentre os 15 eleitores que no dia 7 de março de 1817 elegeram a junta de governo, havia dois indivíduos que não faziam parte dos “setores dominantes”: o “ilustríssimo pernambucano de cor preta” Joaquim Ramos de Almeida e Thomaz Ferreira Vilanova, um “ilustre preto” que “vivia honradamente do seu ofício de tanoeiro, e soldo de Major do regimento novo miliciano dos Henriques”, como escreve uma testemunha ocular, o padre Dias Martins. Ambos, ademais, conforme outras testemunhas, assinaram o *ultimatum* que forçou a capitulação do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Por outro lado, quando, numa das primeiras sessões do governo provisório, realizada entre 7 e 9 de março de 1817, ficou patente que nem todos os seus membros defendiam a criação de

nia teve importante papel na batalha dos Guararapes (1648), quando atuou ao lado do nascente Exército brasileiro. (Nota da **IHU On-Line**)

uma república em Pernambuco e que, antes, alguns postulavam a fórmula inicialmente consagrada nos impérios francês e espanhol da monarquia constitucional, coube aos afrodescendentes livres e libertos, sedentos por igualdade política, apressarem o passo e fazer convergir sua plataforma com a de seus pares da Grã-Colômbia. Numa dessas primeiras sessões, José Luís de Mendonça, por exemplo, argumentou que talvez fosse “utilíssimo protestar-se por ora fidelidade ao Monarca, o que não impedia a instrução e armamento do povo”. Ao ouvir tal proposta, outro membro da junta de governo, o radical Domingos José Martins, fez introduzir no âmbito da sessão o capitão de artilharia pardo Pedro da Silva Pedroso. Conforme Frei Caneca – outro famoso militante de 1817 –, Pedroso “quis atravessar com a espada e matar a José Luís de Mendonça porque este fizera a moção de se estabelecer um reino constitucional em lugar de uma república”. Foi por esta via, baseada na coerção exercida por um afrodescendente livre, que todos os membros da junta, e quiçá o movimento político inteiro, aderiram ao republicanismo.

IHU On-Line – Quais eram os reais objetivos das discussões políticas das províncias do Norte entre os anos de 1820 e 1824: promover estados independentes ou construir uma ideia de nação brasileira?

Luiz Geraldo Silva – A revolução de Pernambuco constituiu um evento transcendental, uma vez que ela tem ligações profundas com o movimento de Gomes Freire de Andrade⁸ em

⁸ **Gomes Freire de Andrade e Castro** [Gomes Freire de Andrade ou, simplesmente, Gomes Freire] (1757-1817): foi um general português. Em 1801, participou na chamada Guerra das Laranjas contra a Espanha, distinguindo-se uma vez mais, e, sendo já Maçon de prestígio, realiza-se e reúne-se em sua casa a grande assembleia que levou à organização definitiva da Maçonaria Portuguesa, com a posterior criação do Grande Oriente Lusitano, em 1802, sendo logo eleito como um dos seus principais dignitários. Entre 1801 e 1807, desempenhou papel de certo relevo, aderindo ao “Partido Inglês” contra a influência da França, e chegando a ser preso, em 1803, por tumultos dos quais o julgaram instigador. Regressado a Portugal, depois da ocupação de Portugal pelos Franceses, veio a integrar à frente a “Legião Portuguesa” criada por Jean-Andoche Junot e que, colocado sob o comando do marquês de Alorna, partiu para França em Abril de 1808, onde vem a ser recebida por Napoleão Bonaparte no dia 1 de Junho. Combateu em Espanha, Alemanha, Suíça,

Portugal, que eclodiu no mesmo ano de 1817, com a revolução do Porto⁹ em 1820, e com o movimento constitucionalista que criará a partir de janeiro de 1821 uma monarquia constitucional no âmbito do império português. Assim, serão os deputados vintistas¹⁰ que, finalmente, concederão anistia aos revolucionários de 1817 que ainda estavam sentenciados, como é o caso de Pedro da Silva Pedroso. Enquanto a capitania de São Paulo, por exemplo, transigia e, a despeito do direito de criar sua própria junta de governo, mantinha o antigo governador colonial, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, à frente de seu governo, os pernambucanos radicais,

Austria e Polónia e participou na campanha da Rússia, até 1813. Foi, ainda, Governador Militar de Danzig, em 1812, de Jena, em 1813, e de Dresden, em 1813, na Alemanha, e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Jena em 1813. Esteve preso, e passou a França e à Grã-Bretanha e Irlanda, regressando, finalmente, a Portugal, em Maio de 1815, onde, depois de estar novamente preso, o declararam inocente, embora sem o reintegrarem no Exército. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Revolução do Porto**: movimento liberal que acarretou consequências tanto na História de Portugal como na História do Brasil. Iniciado na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820, cuja burguesia mercantil se ressentia dos efeitos do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808), que deslocara para o Brasil parte expressiva da vida econômica metropolitana, o movimento reivindicatório logo se espalhou, sem resistências, para outros centros urbanos de Portugal, consolidando-se com a adesão de Lisboa. Iniciado pela guarnição do Porto, irritada com a falta de pagamento, e por comerciantes descontentes daquela cidade, conseguiu o apoio de quase todas as camadas sociais. Entre as suas reivindicações, exigiu 1) o imediato retorno da Corte para o reino, visto como forma de restaurar a dignidade metropolitana; 2) o estabelecimento, em Portugal, de uma Monarquia constitucional; e 3) a restauração da exclusividade de comércio com o Brasil (reinstauração do Pacto Colonial). (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Vintismo**: designação genérica dada à situação política que dominou Portugal entre Agosto de 1820 e Abril de 1823, caracterizada pelo radicalismo das soluções liberais e pelo predomínio político das Cortes Constituintes, fortemente influenciadas pela Constituição Espanhola de Cádiz. O vintismo iniciou-se com o pronunciamento militar do Porto de 24 de Agosto de 1820, que conduziu à formação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino presidida pelo brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca, e terminou com a Vilafrancada, quando a 27 de Maio de 1823 o infante D. Miguel encabeça, em Vila Franca de Xira, uma sublevação militar que leva à abolição da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 e ao restabelecimento, ainda que mitigado, do absolutismo. As políticas vintistas eram avançadas para a sua época, sendo durante boa parte do século XIX português um elemento mobilizador e congregador da esquerda liberal que sempre tentou, depois do termo da Guerra Civil, o restauro das soluções constitucionais de 1822. O objetivo deste movimento era regenerar a pátria, apelando à aliança do rei com as forças sociais representadas nas Cortes. Da convocação destas novas cortes esperava-se uma sábia constituição, propiciadora de uma governação justa e eficaz. O que caracteriza o vintismo é o grande número de militares e profissionais liberais que participam no processo político. Propõe o fim do absolutismo e o retorno do rei D. João VI para Portugal. (Nota da **IHU On-Line**)

fortemente instrumentalizados pelos eventos de 1817, depuseram o antigo governador colonial, Luís do Rego Barreto, através de um movimento armado. Todos os deputados enviados a Lisboa para as Cortes Constituintes da Nação Portuguesa eram antigos militantes de 1817.

Quando as elites de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro firmaram um pacto para realizar a independência do Brasil, uma vez que temiam a perda das rendas concentradas no centro-sul através do aparelho de Estado criado durante a fase joanina, os grupos políticos radicais de Pernambuco aderiram àquele projeto, reconhecendo que a independência do que outrora fora toda a América portuguesa constituía um passo importante para salvaguardar a liberdade e a igualdade política e civil de seus cidadãos. Embora muitos fossem republicanos, anuíram com a monarquia constitucional. Contudo, eles concebiam esse projeto a partir de um pacto federativo, conforme o qual o centro e as partes, isto é, a corte e as províncias, teriam uma divisão justa, equitativa, de poderes, de direitos e de deveres. Mas não foi isso que se viu ao longo dos debates da constituinte brasileira, mormente ao longo de 1823, quando os deputados tinham que trabalhar sob baionetas, vendo, ao mesmo tempo, a liberdade de imprensa e de opinião ser cada vez mais cerceada pelo imperador e seus áulicos. Este, ademais, dá um golpe de Estado ao encerrar os trabalhos da constituinte em novembro de 1823, e ao outorgar uma constituição no ano seguinte. Conforme a carta constitucional elaborada sem a participação de representantes eleitos pelo povo, conferia-se pouca ou nenhuma autonomia provincial, concentrando-se a maior parte dos poderes e, sobretudo, das rendas decorrentes da introdução dos produtos agrícolas no mercado mundial, na União. Aliás, a palavra “federalista” tornou-se, por estes tempos, sinônimo de radical, de ultraesquerdistas – mais um engodo disseminado pelo poder político e, como sempre, pela imprensa da época.

Esta carta magna, de 1824, foi imposta ao Brasil e, particularmente, às capitanias do Norte – mormente

a Pernambuco, à Bahia e ao Pará – mediante o envio de tropas formadas por mercenários que estavam sendo dispensados das guerras no Rio da Prata. Foi um mau começo para uma nação independente. Estes eventos foram a antecâmara da Confederação do Equador, em 1824. Neste evento, a transcendência de 1817 ficou ainda mais evidente. Agora era explícito que se buscava formar uma confederação, como no Rio da Prata, e foram enviados panfletos de Norte a Sul conclamando indivíduos e grupos sociais de outras províncias do nascente império do Brasil a se unir à causa do pacto federativo e constitucional. O nível de consciência política estava, então, mais aguçado, se comparado àquele vigente à época da revolução de 1817. Mas é patente que esta constituiu um patamar inicial e indispensável como campo de modelagem de experiências políticas.

Frei Caneca, um militante discreto em 1817, elaborou seus textos mais radicais, mais diretos, mais claros, suas análises mais lúcidas em torno da necessidade de estabelecer aquele pacto que salvaguardava o direito das províncias de se unir a uma nação que, em seu conjunto, fosse livre, e tivesse direito à representação política. Os afrodescendentes livres e libertos eram, do mesmo modo, mais conscientes de sua posição social e de sua militância pela igualdade política e civil. Entre os sentenciados com a pena de morte, Agostinho Bezerra Cavalcanti, um capitão do regimento de Henriques, foi enforcado ainda em fins de 1824, embora a historiografia tenha enfatizado sobretudo, e não sem certa razão, o fuzilamento de Frei Caneca por aqueles mesmos dias. Também foi sentenciado à pena de morte o afrodescendente livre, também capitão do regimento de pardos, Felipe Benício Mundurucu. Mas este, fugindo de seus captores, se exilou primeiro no Haiti, e depois na Grã-Colômbia, onde militou nas tropas republicanas até a morte de Bolívar, em 1830 – uma trajetória que ilustra bem as conexões que procurou estabelecer entre este evento e aqueles que então tinham efeito no

mundo atlântico.

Por outro lado, o capitão de artilharia pardo Pedro da Silva Pedroso, que fora republicano ardoroso em 1817, reapareceu no Recife em 1824 como oficial do exército imperial, enviado, pois, a Pernambuco para reprimir a Confederação do Equador. Estas trajetórias divergentes apontam, enfim, para o fato de que, longe de constituir qualquer homogeneidade, tanto no passado como no presente, o grupo social formado pelos afrodescendentes livres e libertos é diverso, hierarquizado, descontínuo, como, de resto, todos os grupos sociais existentes historicamente.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Luiz Geraldo Silva – Parece importante concluir repetindo as palavras de Antônio Jorge de Siqueira, meu ex-professor e ex-orientador de iniciação científica na UFPE [Universidade Federal de Pernambuco], que recentemente me sugeriu numa conversa telefônica que, no que se refere ao legado de 1817, faz-se absolutamente necessário “despernambucanizar Pernambuco”. Até hoje, a história da revolução de 1817 – que este ano completa seu segundo centenário – foi, em boa medida, tratada como um epifenômeno, compreendida, enfim, no âmbito de uma perspectiva meramente regional. Esse enquadramento foi alimentado não apenas por uma historiografia que, desde Varnhagen e do IHGB [Instituto Histórico Geográfico Brasileiro], enalteceu os “fundadores do império”, mormente nascidos no Rio, em Minas e em São Paulo, cuja missão foi lutar contra os estorvos à marcha do progresso e da civilização perpetrados pelas “províncias do Norte”.

Também concorreu para essa perspectiva regional uma historiografia que, desde Muniz Tavares¹¹ e sua *His-*

tória da revolução de Pernambuco em 1817, de 1840, tem insularizado a experiência de Pernambuco apenas para reiterar um tosco, canhestro e débil orgulho patriótico e provinciano. Este orgulho, essa patriotada, contudo, parece mais afeita ao gosto das elites, ou de uma historiografia mais preocupada em recuperar fontes francesas e norte-americanas das ideologias revolucionárias de 1817 – como se observa nas análises eminentemente conservadoras produzidas por Evaldo Cabral de Mello. No entanto, quando se olha a revolução de 1817 através da experiência de afrodescendentes livres e libertos, por exemplo, como tenho feito há alguns anos, é possível perceber uma modernidade política que aproxima o Brasil do Caribe colombiano, de Saint-Domingue, bem como do Rio da Prata.

Por outras palavras, propor o problema da *igualdade política e civil* – que me recuso a designar como “igualdade racial”, como fazem alguns historiadores – permite conectar as experiências e ideologias vigentes em Pernambuco em 1817 com aquelas então mobilizadas por grupos e indivíduos de diversas formações sociais do mundo atlântico àquela mesma época. É uma forma, pois, de “despernambucanizar Pernambuco”. Sob esta perspectiva, é no mínimo paradoxal propor, como fazem inúmeros historiadores, que os Estados Unidos da América tivessem constituído um modelo para a revolução pernambucana de 1817. Como se sabe, até a segunda metade do século 20 jamais esteve em pauta em todos os Estados Unidos conferir igualdade política e civil a afrodescendentes. Antes, em muitos estados daquela federação estes foram estigmatizados e impedidos de exercer a cidadania plena até muito recentemente. Assim, sob este crivo específico, creio que a revolução de 1817, bem como as experiências da Colômbia, do Rio da Prata e do Haiti, aparecem no horizonte mais como modelos para aquela nação que o inverso. ■

¹¹ **Francisco Muniz Tavares** (1793-1876): escritor, historiador e parlamentar nascido em Recife. Doutor em Teologia pela Universidade de Paris, tornou-se padre e, mais tarde, monsenhor. Um dos vultos mais notáveis da Revolução Pernambucana, em 1817. Preso como suspeito de cumplicidade, permaneceu muitos meses nos calabouços da Bahia. Apaixonado e ardoroso pela causa que abraçara, o sacerdote batalhador não perdoava a D. João VI pela cruzada com que tratara os revolu-

cionários que se haviam comportado durante a vitória, aliás efêmera, com inexecidível generosidade. (Nota da **IHU On-line**)

Tensão identitária como estopim para a Revolução

Luiz Carlos Villalta analisa como a revolta parte do atrito da relação entre portugueses e brasileiros e se constitui como uma luta contra o poder hegemônico da Corte

João Vitor Santos

Para o historiador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Luiz Carlos Villalta, “a Revolução de 1817 é uma manifestação clara da tensão identitária entre ‘portugueses’ e ‘brasileiros’”. Entretanto, essa tensão não leva ao rompimento com os portugueses, ainda permitindo a constituição de um “governo republicano provisório”. “Ela foi uma luta contra a hegemonia do Sudeste, contra o arrocho tributário feito para sustentar a corte do Rio de Janeiro, contra o absolutismo monárquico e a favor da República, das liberdades de imprensa e de credo, da Constituição, da propriedade e, ainda, de uma abolição da escravidão lenta, regular e legal”, explica o professor, na entrevista concedida por e-mail.

Villalta faz uma rica e detalhada análise da Revolução Pernambucana, cuja íntegra será publicada nos Cadernos IHU ideias, editada pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

A seguir publicamos uma síntese da entrevista.

Ao longo da entrevista, o professor Villalta ainda traça um paralelo sobre a imprensa de 1817, período da Revolução, com a mídia do Brasil de 2017. “Hoje, jornais, revistas e canais de televisão, no Brasil, encontram-se sub-

metidos a oligopólios. Rádios, embora de forma mais pulverizada, frequentemente estão nas mãos de políticos”, aponta, lembra ainda o fator religioso, pois muitas igrejas atualmente detêm canais de TV e Rádio. “Nesse quadro, o que se vê é a ausência de pluralidade de ideias, de um debate efetivo de visões de mundo distintas. Essa situação se aproxima muito do que se via na imprensa em 1817”, analisa.

Luiz Carlos Villalta é bacharel e licenciado em História, mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. É professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalha com História do Brasil Colônia e História Moderna e Contemporânea. Bolsista de Produtividade do CNPQ (Nível 2) desde 2005, é também bolsista do Programa do Pesquisador Mineiro da FAPEMIG (de 07/2011 a 06/2013 e desde 07/2014 até dezembro de 2016). Entre suas publicações, destacamos *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)* (Rio de Janeiro: FGV, 2016) e *Usos do Livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestações* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2015).

Eis a entrevista, numa breve síntese.

IHU On-Line – Como compreender a relação entre Brasil e Portugal, do início da colônia até o período joanino? E que relação podemos estabelecer entre esses períodos e a eclosão da Revolução Pernambucana?

Luiz Carlos Villalta – O processo de colonização das Américas é indissociável da expansão comercial europeia. No caso da América portuguesa, além disso, ele se desenvolveu sob um sistema de dominação política patrimonial. Assim, as fronteiras

entre público e privado eram muito elásticas e, por consequência, a coisa pública era tratada para satisfazer interesses privados, fosse do monarca, fosse dos seus oficiais, fosse dos súditos em geral. Portugal desenvolveu a colonização conforme seus interesses

“Hoje, jornais, revistas e canais de televisão, no Brasil, encontram-se submetidos a oligopólios”

comerciais, procurando compatibilizá-los com os recursos disponíveis, o receituário mercantilista da época e as potencialidades da colônia.

Logo, entre a colonização, tal como ela se efetivou, e o que a coroa portuguesa imaginava sempre houve alguma distância. Nos primeiros decênios, deu-se uma exploração com base em feitorias instaladas no litoral, com presença ralíssima de súditos portugueses. Depois, passou-se a uma ocupação um pouco mais densa, ainda litorânea, assentada na agro-manufatura do açúcar, custeada em parte por capitais estrangeiros, com o escoamento da produção no comércio internacional, envolvendo a constituição de unidades produtivas de larga dimensão, que funcionavam à base do trabalho escravo, mas não só. Tudo isso envolveu o desenvolvimento paralelo de atividades econômicas que visassem ao abastecimento dos envolvidos na agroexportação, fora e dentro das unidades a ela dedicadas. De um regime comercial em que havia alguma maleabilidade, passou-se com o tempo para um outro, de monopólio comercial. Com isso, correlatamente floresceu o contrabando. Ao mesmo tempo, houve a prática da concessão de licenças para outras coroas, grupos mercantis etc., comercializarem com a Colônia.

Tudo isso envolveu ainda a constituição de um aparato administrativo cuja base eram as câmaras municipais, instaladas nas sedes das vilas e cidades e com jurisdição sobre todo o território destas (os termos). As câmaras enfeixavam um misto de atribuições, que hoje encontramos nos três poderes.

No topo da administração, havia os governos de capitânias, inicialmente hereditárias e que, com os séculos, foram adquiridas pela coroa, tornando-se, assim, capitânias reais. Em meados do século XVI, temos a instalação de uma unidade superior, o Estado do Brasil. Em 1621, criou-se o Estado do Maranhão, que passou a coexistir desde então com o Estado do Brasil.

Essa estrutura de dois Estados findaria em 1774, com a supressão do Estado do Grão-Pará. Engana-se, contudo, quem pensa que o Governador Geral do Estado e/ou Vice-Rei (no caso do Brasil) tinha grandes poderes sobre as Capitânias. A regra foi de relação direta dos capitães-generais, isto é, os governadores de capitânias, com a coroa, em Lisboa: parece mesmo que o preceito era “dividir para melhor governar”, havendo de fato uma grande descentralização administrativa. As práticas patrimonialistas eram a regra do jogo, tendo como consequências a corrupção e a constituição de grupos rivais, os chamados “partidos”, que disputavam o acesso à coisa pública, muitas vezes denunciando os rivais como “corruptos”, ou até “tirânicos”. A corrupção foi aceita em parte pela Coroa.

A sociedade era multiétnica, formada pela sujeição de grupos indígenas e pelos africanos trazidos pelo trágico negroiro. Era uma sociedade escravocrata, diversa cultural e linguisticamente, fundada na desigualdade jurídica dos súditos e onde havia um certo ideal aristocrático de vida, que se combinava com um horror ao trabalho manual, tido como “coisa de escravo” e, portanto, como algo indigno.

A Corte no Rio de Janeiro e a Revolução

Com a transmigração da Corte para o Rio de Janeiro, essa cidade, é claro, tomou de Lisboa a posição de sede do Império e, ainda, passou a centralizar as redes clientelares e patrimonialistas que tinham na espoliação colonial uma de suas bases fundamentais. Constituiu-se no Rio, em torno do Príncipe, um grupo formado por aristocratas, oficiais da monarquia, comerciantes, grandes proprietários, militares etc., de Portugal e também do centro-sul do Brasil, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, ávidos por oportunidades de ganhos lícitos e ilícitos gerados pela exploração colonial. Portugal passou a ter papel secundário e as capitânias do então Norte do Brasil passaram a ser as vítimas de medidas tributárias e de arrocho indissociáveis da exploração colonial, importantes para se sustentarem os custos de manutenção da Corte e seus apaniguados no Rio de Janeiro. D. João, ao mesmo tempo, pôs fim às interdições típicas de territórios coloniais: além de abrir os portos brasileiros às nações amigas em janeiro de 1808, em abril do mesmo ano suprimiu os embaraços à instalação de manufaturas no Brasil.

Foi nesse quadro de permanências e de mudanças que eclodiu a Revolução de 1817. Em termos de mudanças, via-se o Rio de Janeiro como sede do Império, a transladação para lá do centro das redes patrimonialistas e clientelares e dos ganhos com a exploração colonial; o livre comércio e o fim das barreiras às manufaturas; a perda da primazia de Portugal e a

relevância de pessoas e grupos enraizados nas capitânicas do sudeste; a perda, por Portugal, das conquistas econômicas feitas no período do reformismo ilustrado no sentido de desenvolver suas manufaturas e o comércio. Com isso, os excedentes em parte caíram um pouco mais nas mãos dos ingleses. Em termos de continuidades, para além da escravidão, da monarquia absoluta, da combinação entre agromanufatura e atividades de abastecimento, é preciso destacar também a existência de uma ordem social assentada na desigualdade jurídica e em princípios aristocráticos. A Revolução Pernambucana foi uma resposta à parte dessas mudanças e continuidades.

Tensão identitária

Faltou-me apenas destacar um aspecto muito importante: eu falei em Brasil, usei o adjetivo “brasileiro” etc., mas, no plano das identidades coletivas, a identidade brasileira apenas se esboçava na passagem do século XVIII para o século XIX. Além de inexistir anteriormente, nessa época, ela se valia de termos e expressões como “brasilianos”, “brasilienses”, “americanos”, “português da América” etc. Outro aspecto muito importante é que ela se encontrava subsumida dentro da identidade coletiva maior, mais ampla, de “português”. Manifestavam-se então tensões entre “portugueses” (ou “marinheiros”) e “brasileiros”, mas sem haver uma ruptura total entre eles. Ao lado dessas identidades, de “português” e de “brasileiro”, existiam as identidades locais: no Brasil, de “paulistas”, “pernambucanos”, “fluminenses” (havia o termo carioca também), “geralense/ natural das Minas”, “baiano” etc.

A Revolução de 1817 é uma manifestação clara da tensão identitária entre “portugueses” e “brasileiros”. Ela, contudo, não fechou às portas aos primeiros, deixando-as abertas desde que aderissem ao governo republicano provisório. Ela foi uma luta contra a hegemonia do Sudeste, contra o arrocho tributário feito para sustentar a corte do Rio de Janeiro, contra o absolutismo monárquico e a favor da República, das liberdades de imprensa

sa e de credo, da Constituição, da propriedade e, ainda, de uma abolição da escravidão lenta, regular e legal.

IHU On-Line – Como as questões em torno da Revolução Pernambucana foram apreendidas pela imprensa da época? De que forma a análise da apropriação dos fatos pela imprensa à época pode nos inspirar a pensar sobre os jogos políticos e midiáticos do Brasil de hoje?

Luiz Carlos Villalta – Em 1817, a imprensa existente no Brasil resumia-se a dois periódicos, a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade d'Ouro do Brasil*, e estava sob censura prévia. Antes da *Gazeta*, saiu a primeira edição do *Correio Braziliense*, publicado em Londres por Hipólito José da Costa¹, natural da Colônia do Sacramento, atual Uruguai. Entre 1813 e 1814, além disso, saiu revista *O Patriota*, publicada pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro e voltada mais para temáticas culturais, discutindo literatura e ciência. Sobre o *Correio Braziliense*, pesaram interdições. O *Correio* teve uma primeira proibição de circulação parcial baixada pelo governador do Rio Grande do Sul em 6 de dezembro de 1810, aprovada pelo governo em 16 de fevereiro de 1811. Em 17 de setembro de 1811, essa proibição foi generalizada para todo o Reino. Porém, Hipólito, o editor do jornal, através de d. Domingos de Souza Coutinho (ministro luso na Inglaterra), foi brindado com a compra de 500 assinaturas do jornal pela Coroa portuguesa, o que é lido por alguns estudiosos como suborno. Em junho de 1811, a Coroa resolveu enfrentar o *Correio Braziliense* de outra forma: subsidiando o lançamento, em Londres, de outro periódico em língua portuguesa, o *Investigador Português em Inglaterra*, que sobreviveria até fevereiro de 1819.

Gazeta do Rio de Janeiro

A *Gazeta do Rio de Janeiro* era redigida pelo frade Tibúrcio José da Rocha²,

¹ **Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça** (1774-1823): foi um jornalista, maçom e diplomata brasileiro, patrono da cadeira 17 da Academia Brasileira de Letras. (Nota **IHU On-Line**)

cha², oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Inicialmente era semanal e, a partir do seu segundo número, saía duas vezes por semana. Seguindo como padrão a *Gazeta de Lisboa* e as demais gazetas das cortes do Antigo Regime, continha textos traduzidos de jornais estrangeiros, reprodução de atos oficiais e elogios à família real, demonstrando clara parcialidade, o que não escapava da percepção dos contemporâneos. Esse periódico inicialmente ocultou notícias sobre a Revolução Pernambucana, silêncio este interrompido aos 14 de maio de 1817. Nesse dia, explicou sua demora em dar notícias a respeito dos “desastrosos sucessos acerca da Revolta de Pernambuco” sobretudo pelo convencimento de que “os habitantes de Pernambuco não podiam ter-se alienado até o ponto de perderem seus sentimentos de fidelidade e obediência, que noutra tempo realçaram o seu caráter” – neste ponto, certamente a *Gazeta* fazia referência à expulsão dos holandeses em meados do século XVII, feito que se converteu num lugar comum das proclamações e textos da época, tanto dos partidários de d. João VI³ quanto dos revolucionários.

Estes, porém, liam na resistência dos pernambucanos aos “invasores” uma manifestação pretérita da soberania que então exerciam com a eclosão da Revolução e materializavam na insta-

² **Frei Tibúrcio José da Rocha**: foi editor da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Filho de um comissário do Santo Ofício, estudou no Colégio de São Pedro da Universidade de Coimbra. Chega ao Brasil em 1808, e, pela proximidade das datas, supõe-se que o frade tenha deixado Portugal junto com a família real. Em um documento conservado pela Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, datado de 1829, ele informa que viera ao Brasil “mandado pelos seus superiores na qualidade de capelão da Artilharia”. Aos trinta anos, assumiu a função de redator do primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, marcando o início da imprensa no país. O jornal seguia os moldes da *Gazeta de Lisboa*, sendo supervisionado por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro real e braço-direito do príncipe regente D. João VI. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **D. João VI de Portugal (1767-1826)**: cognominado O Clemente, foi rei de Portugal entre 1816 e a sua morte. Segundo dos filhos de D. Maria I de Portugal e de seu tio Pedro III, herdeiro da coroa como príncipe do Brasil e 21º Duque de Bragança após a morte do irmão mais velho José, Duque de Bragança em 11 de setembro de 1788, vitimado pela varíola. Em novembro de 1807, D. João VI decidiu pela transferência da corte portuguesa para o Brasil, evitando ser aprisionado com toda a família real e o governo, tornando possível manter a autonomia portuguesa a partir do Rio de Janeiro. Sobre a vinda da família real ao Brasil, leia a **IHU On-Line** número 263, de 24-06-2008, intitulada *A Corte Portuguesa no Brasil*. Mitos e verdades, disponível para download em <http://migre.me/KtFM> (Nota da **IHU On-Line**)

lação do Governo Provisório em 1817. Retornando à abordagem da *Gazeta*, ela manifestou seu “horror [...] em referir semelhante acontecimento” (isto é, a Revolução Pernambucana), declarando que “tal atrocidade” manchava “as páginas da História Portuguesa, tão distinta pelos testemunhos de amor e respeito, que os vassallos dessa Nação consagraram ao seu Soberano nas ocasiões de maior apuro, ou em distâncias mui remotas”.

Quebrado o silêncio, a *Gazeta* passou a condenar o movimento, noticiar os avanços das forças reais (ou realistas), louvar as punições aplicadas aos líderes da Revolução e divulgar as manifestações de júbilo com sua rendição.

Correio Braziliense

O *Correio Braziliense*, de Londres também se pronunciou sobre a Revolução. Em seu número 108, disse possuir notícias vagas e não ter “podido de algum modo averiguar a extensão do mal”. No número seguinte, porém, o *Correio* identificou sua “causa próxima”, que “foi um rumor, que se levantou, sem o menor fundamento, de que havia entre os habitantes daquela cidade [de Recife] certa rivalidade e ódio dos Portugueses Europeus com os Portugueses Brasileiros”. No exterior, a Revolução, na verdade, teve repercussão muito mais ampla. Foi noticiada em jornais dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, da Espanha e da Rússia e, ainda, na América espanhola. Nos Estados Unidos, teve eco retumbante e ganhou apoio da imprensa republicana exaltada e da opinião pública, que era favorável ao estreitamento dos laços com as nações que se criavam ao sul.

Idade d’Ouro do Brazil

O outro periódico editado no Brasil no período foi *Idade d’Ouro do Brazil*. O jornal começou a ser publicado em 1811, fechando em 1823. Seu proprietário era Manuel Antônio da Silva Serva⁴, morto no Rio de Janeiro em 1819.

⁴ Manuel Antônio da Silva Serva: foi um livreiro, editor e tipógrafo português. Fundou e dirigiu a primeira tipografia da Bahia. Foi o fundador do periódico *Idade d’Ouro do Brazil*, conhecida, mesmo, por *Gazeta da Bahia*. (Nota da **IHU On-Line**)

O jornal deveria publicar escritos ministeriais e econômicos, novidades de todo o mundo e da história da época, despachos civis e militares, especialmente sobre a Capitania da Bahia, informações sobre descobertas úteis, particularmente às Artes. As notícias deveriam ser “singelas”, não contendo comentários que exprimissem juízos de valor. Todavia, viu-se o jornal por várias vezes emití-los, sobretudo no que havia ponto de convergência com posições do governo, no que se incluem as condenações eloquentes à Revolução Pernambucana de 1817 e a seus protagonistas.

Não se deve concluir que o “governismo” da *Idade d’Ouro do Brazil* era equiparável ao da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Em vários de seus números, ao reproduzir notícias e textos colhidas em jornais estrangeiros e sobre outros países e regiões, a *Idade d’Ouro do Brazil* tocou em questões que, direta ou indiretamente, diziam respeito à realidade em que se encontravam seus leitores. Um desses temas com possibilidade de ressonância interna foi o da liberdade de imprensa. Conforme o número 15 do jornal, de 25 de fevereiro de 1817, ela era reclamada em Paris e, em Roma, onde inexistia, ensejava o engajamento das “classes superiores” e do “clero” em fazer circular obras proibidas e, ainda, de 1500 pessoas em “copiar e fazer circular extratos de obras estrangeiras relativas à administração”. A *Idade d’Ouro do Brazil*, por um lado, ressaltava que esses tipos de práticas tiveram “funestas consequências na França” (deduz-se, a Revolução Francesa) e, por outro lado, noticiava que a discussão política se disseminava por vários ambientes.

De 1817 a 2017

Essas informações, bastante sucintas sobre a imprensa em 1817 e, depois, nos anos 1821-1823, no Brasil, vão de um contexto em que havia apenas dois jornais, com censura prévia, para outro, em que vários periódicos se estabeleceram livremente e a censura caíra, ainda que houvesse diferentes formas de intimidação dos jornalistas. Pode-se, com base nesse

panorama, comparar o com a mídia da atualidade.

Hoje, jornais, revistas e canais de televisão, no Brasil, encontram-se submetidos a oligopólios. A propriedade de rádios, embora mais pulverizada, frequentemente está nas mãos de políticos. Concessões de televisões e rádios, de modo crescente nos últimos tempos, têm sido dadas para igrejas protestantes, no geral de posições conservadoras em todos os termos. Nesse quadro, o que se vê é a ausência de pluralidade de ideias, de um debate efetivo de visões de mundo distintas. Essa situação se aproxima muito do que se via na imprensa em 1817.

Esse problema é maior nos canais de televisão, em que inexistem vozes discordantes dos princípios, interesses e valores defendidos pelo chamado “mercado” e, ainda, pelas forças políticas e sociais mais retrógradas. O Golpe de Estado dado contra a Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que juntou empresários, parlamentares, juízes, procuradores e organismos policiais, teve na mídia um de seus protagonistas. A mídia foi um ator decisivo para persuadir a opinião pública, impondo-lhe visões dos grupos aos quais se achava articulada e de que é partícipe e, com isso, calando as vozes dissonantes. Como insinuou o Papa Francisco, figura de grande sensibilidade, inteligência e perspicácia, tratou-se de um “golpe brando”, isto é, um golpe parlamentar, empresarial, judicial e, destaque, midiático, sem o concurso de força militar.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Luiz Carlos Villalta – É de se lamentar que a Revolução Pernambucana não tenha conquistado, na memória coletiva brasileira e, ainda, em nossa historiografia, lugar compatível com sua importância histórica. Isso tem a ver com a hegemonia do Sudeste na constituição e nos rumos do Estado brasileiro, desde a Independência, em relação ao que a própria academia parece ser prisioneira. É hora de alterarmos esse panorama. ■

A curta e vanguardista república instaurada pelos revolucionários de 1817

A professora Margarida Cantarelli debate como a Revolução Pernambucana colocou em prática, ainda que temporariamente, a primeira república brasileira

João Vitor Santos | Edição: Ricardo Machado

Há 200 anos, um grupo de pernambucanos se insurgiu contra o espírito bragantino da família real brasileira e das aristocracias nacionais e durante 79 dias mantiveram a insurgência contra o poder colonial. Pouco tempo depois, em 1822, o país declararia sua independência, pelo menos formal, de Portugal, mas esse projeto que triunfou era distinto dos ideais republicanos de Pernambuco. “Tratava-se de projeto de nação, de um plano de maior escopo e, conseqüentemente, de movimento sem qualquer laivo de separatismo (pecha que injustamente lhe foi atribuída). Foi também o único movimento anticolonial que chegou às vias de fato. Foi, por isso, o mais duramente reprimido, com dezenas de executados, centenas de mortos em combates e mais de um milhar de presos e desterrados”, explica a professora e pesquisadora Margarida Cantarelli, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

O mundo ocidental testemunhou, à época, revoluções importantes com a francesa e a norte-americana, no final do século 19, o que acabou, de certa maneira, trazendo inspiração aos insurgentes de Pernambuco. Os revolucionários tinham como horizonte uma perspectiva republicana, mas que só se concretizaria 72 anos mais tarde.

Entretanto, os dias de Revolução Pernambucana marcaram a vanguarda republicana brasileira. “A Lei Orgânica atendia ao que estabelecia o art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, da Revolução Francesa e aos princípios embrionários do constitucionalismo moderno. A República foi a forma de governo, a soberania popular, separação e harmonia dos poderes, determinadas. Durante os 79 dias que durou a República de 1817, a Lei Orgânica foi efetiva”, sustenta a entrevistada.

Margarida de Oliveira Cantarelli é graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, onde também realizou mestrado e doutorado. Atualmente é desembargadora emérita do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e membro da Academia Pernambucana de Letras. Também faz parte do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Pernambuco, professora dos cursos de Mestrado e Doutorado em Direito da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, professora da Faculdade Damas, professora titular e membro do Conselho Superior da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Confira e entrevista.

IHU On-Line – Como compreende a Revolução Pernambucana? Quais eram as inspirações e motivações dos revolucionários?

Margarida Cantarelli – Acredito que a Revolução Pernambucana é o mais importante movimento de contestação à ordem colonial no Brasil e que se constituiu num projeto

alternativo ao que acabou triunfando em 1822. Seus pressupostos de Nação eram muito mais avançados que aqueles que viriam a lastrear o processo conduzido por Dom Pedro

“Tratava-se de projeto de nação, de um plano de maior escopo e, conseqüentemente, de movimento sem qualquer laivo de separatismo”

1. Os revolucionários de Pernambuco se inspiravam no conjunto de ideias libertárias que circulavam pelas duas margens do Atlântico. Essas ideias chegavam a Pernambuco juntamente com os estudantes que se formavam em Montpellier, Paris e Coimbra, bem como nos livros contrabandeados. Aqui em Pernambuco elas se uniam ao sentimento de nativismo e ao irredentismo que caracterizavam a capitania desde o século 17. Os ideais se viram confrontados com uma realidade na qual uma corte parasitária explorava a capitania, levando daqui os seus melhores frutos sem nenhuma contrapartida. O exemplo mais emblemático era o da cobrança da taxa de iluminação para as ruas do Rio de Janeiro, enquanto as do Recife continuavam às escuras. Desse choque vem o fervor revolucionário pernambucano em 1817, ímpeto que desatou um movimento nunca antes visto nos domínios dos reis de Portugal.

1 **Dom Pedro I** (1798-1834): foi o primeiro Imperador do Brasil como Pedro I de 1822 até sua abdicação em 1831, e também Rei de Portugal e Algarves como Pedro IV, entre março e maio de 1826. Era o quarto filho do rei João VI de Portugal e sua esposa a rainha Carlota Joaquina da Espanha, sendo assim um membro da Casa de Bragança. Pedro viveu seus primeiros anos de vida em Portugal até que tropas francesas invadiram o país em 1807, forçando a transferência da família real para o Brasil. Pedro ficou do lado dos brasileiros e declarou a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. Foi aclamado como seu imperador no dia 12 de outubro e derrotou todas as forças fiéis a Portugal até março de 1824. Pedro foi incapaz de lidar com os problemas simultâneos do Brasil e Portugal, por fim abdicando do trono brasileiro em 7 de abril de 1831 em favor de seu filho mais novo Pedro II e partindo para a Europa. Pedro invadiu Portugal em julho de 1832 no comando de um exército em uma disputa entre liberais e absolutistas na Península Ibérica. Pedro acabou morrendo de tuberculose em 24 de setembro de 1834, poucos meses depois dele e os liberais terem se saído vitoriosos. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – No que a Revolução Pernambucana se distingue das demais revoltas do Brasil do século 19?

Margarida Cantarelli – Em primeiro lugar, por sua abertura à integração de outras regiões da colônia. Não se trata de quartelada ou insurreição com vistas curtas. Tratava-se de projeto de nação, de um plano de maior escopo e, conseqüentemente, de movimento sem qualquer laivo de separatismo (pecha que injustamente lhe foi atribuída). Foi também o único movimento anticolonial que chegou às vias de fato. Foi, por isso, o mais duramente reprimido, com dezenas de executados, centenas de mortos em combates e mais de um milhão de presos e desterrados. A Revolução foi a única insurgência do período colonial com efetivas conexões no exterior, sendo a responsável pelo envio do primeiro representante diplomático de um Brasil livre ao exterior. Refiro-me a Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá², Embaixador de Pernambuco nos Estados Unidos.

2 **Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá**: considerado o primeiro diplomata brasileiro, representando o país nos Estados Unidos. Quando a Revolução Pernambucana irrompeu em Recife, em 6 de março de 1817, assumiu o posto de diretor do Erário, uma espécie de ministro da Fazenda do governo republicano, estabelecendo medidas de impacto na economia local em apenas duas semanas. Deu liberdade de comércio com todas as nações estrangeiras. Isentou de taxas produtos como grãos, armas e equipamentos científicos. Democratizou o sistema de concessão de alvarás, através do qual os portugueses mantinham os brasileiros praticamente fora do mundo dos negócios. Revogou os impostos sobre lojinhas, embarcações e canoas. E passou a comprar alimentos e revendê-los à população a preço de custo, acabando com o monopólio dos mascates lusos. Nos Estados Unidos, sua primeira missão como embaixador de Pernambuco era tentar conseguir o reconhecimento da república. Em troca, ofereceria isenção de impostos para as mercadorias norte-americanas por 20 anos. A outra missão, de caráter militar, era obter armas, navios e instrutores para a Revolução Pernambucana. Com ajuda dos seus irmãos maçons e dos 60 contos de réis

xador de Pernambuco nos Estados Unidos.

IHU On-Line – O que a Revolução revela sobre a sociedade pernambucana do século 19? E como impacta na produção política e cultural do estado dali em diante?

Margarida Cantarelli – A Revolução revela uma sociedade que por um lado ansiava por se libertar do jugo colonial, mas que ao mesmo tempo tinha de lidar com as tensões que lhes eram inerentes, especialmente nas questões sociais. Uma sociedade de onde brotou um pensamento político extremamente avançado para a época, mas ainda com muitas amarras que impediram que este pensamento vanguardista pudesse se materializar plenamente num arranjo social mais justo e mais equilibrado. A brutalidade da repressão reforçou nos pernambucanos o seu irredentismo, o seu apego à defesa da liberdade. 1817 animou e inspirou outros movimentos, e insuflou grande tribuna na defesa da cidadania e dos direitos cidadãos. Esta luta e uma percepção da pecu-

que levou consigo, o embaixador comprou 10 mil fuzis e os despachou para Pernambuco. Também convenceu alguns militares franceses, exilados na América do Norte, após a derrota de Napoleão em Waterloo, em 1814, a irem adestrar soldados que lutavam contra os portugueses. Em troca, eles ganhariam uma flotilha, para tentar libertar Napoleão, que estava na Ilha de Santa Helena, no Atlântico. Mas a Revolução Pernambucana foi derrotada, as armas embarcadas jamais chegaram ao destino e os franceses foram presos a caminho do Recife. Cruz Cabugá ficou nos Estados Unidos, tornando-se cônsul-geral brasileiro naquele país após a Independência, em 1822. Permaneceu na carreira diplomática até morrer na Bolívia, em 1833. (Nota da **IHU On-Line**)

liaridade de Pernambuco no contexto nacional se materializam ao longo de toda nossa história seja na atuação política de pernambucanos da estirpe de José Mariano³ e Joaquim Nabuco⁴, seja nas obras literárias e artísticas de figuras como João Cabral de Melo Neto⁵ e Cícero Dias⁶. Se a guerra holandesa foi nosso batismo de fogo, 1817 foi nosso crisma. Suas marcas são inextinguíveis.

IHU On-Line – São muitos os personagens da Revolução Pernambucana, entre eles o Padre Roma⁷, do qual a senhora é descendente. Gostaria que falasse um pouco sobre ele. E de que forma a família preserva a memória da Revolução e do próprio Roma?

Margarida Cantarelli – Uma coisa é estudar um fato histórico, outra é falar sobre um antepassado.

Tudo se torna mais próximo mesmo passados dois séculos da sua morte (sua execução!). São detalhes familiares que nos vêm à mente. É verdade que nem todos da família têm o mesmo interesse. Guardei especialmente da minha avó paterna – Clarice Roma, bisneta do Padre Roma – e do meu pai o orgulho por essa descendência. Recordo-me bem que o meu pai não perdia uma oportunidade de se referir ao Padre, à sua cultura, à sua coragem e ao seu compromisso com nossa terra. E essa admiração se estendia ao General Abreu e Lima⁸, filho do Padre Roma e nosso antepassado por linha colateral. Estou escrevendo sobre esses vínculos familiares e aos muitos fatos, alguns até hilários que já me aconteceram em razão desse parentesco. Mas o compromisso com Pernambuco – esse sentimento de pernambucanidade, herdei pela razão, pelo coração e pelo sangue.

IHU On-Line – Do ponto de vista jurídico e institucional, como era a organização dos revolucionários? Por que, além do confronto armado, defendiam a instituição de leis?

Margarida Cantarelli – O movimento de 1817 visava à criação de um novo Estado inspirado, como disse anteriormente, nos princípios que embasaram as duas Revoluções do final do século 18 – a Americana⁹ e a Francesa¹⁰. Ora, se um novo Es-

tado soberano estava sendo criado (se o movimento tivesse sido vitorioso) era imprescindível que dispusesse de um arcabouço jurídico a partir de uma Lei Orgânica que contivesse os elementos materiais essenciais, à época, a uma Constituição – a separação dos poderes e a garantia dos direitos dos cidadãos. O caráter provisório da Lei Orgânica estava condicionado à realização de uma Assembleia Constituinte que não chegou a ser convocada pela curta duração da República.

“A Lei Orgânica atendia ao que estabelecia o art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789”

IHU On-Line – No que consistiu a Lei Orgânica, considerada por muitos historiadores a Constituição de 1817?

Margarida Cantarelli – A Lei Orgânica atendia ao que estabelecia o art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, da Revolução Francesa e aos princípios embrionários do constitucionalismo moderno. A República foi a forma de governo, a soberania popular, separação e harmonia dos poderes, deter-

político e social da França. Começa com a convocação dos Estados Gerais e a Queda da Bastilha e se encerra com o golpe de estado do 18 Brumário, de Napoleão Bonaparte. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da independência estadunidense (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade. A Revolução Francesa é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão e os direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (*Liberté, Egalité, Fraternité*), lema de autoria de Jean-Jacques Rousseau. (Nota da IHU On-Line)

³ José Mariano Carneiro da Cunha (1850-1912): foi um pernambucano abolicionista. Estudou na Faculdade de Direito do Recife, na mesma turma em que estudou Joaquim Nabuco, formando-se em 1870. Fundou o jornal A Província, de filosofia abolicionista, que iniciou a circular em 6 de setembro de 1872. Juntamente com outros pernambucanos foi membro da associação emancipatória Clube do Cupim. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo) (1849-1910): foi um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro formado pela Faculdade de Direito do Recife. Considerado um dos mais importantes abolicionistas, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Na data de seu nascimento, 19 de agosto, comemora-se o Dia Nacional do Historiador. Foi um dos grandes diplomatas do Império do Brasil (1822-1889), além de orador, poeta e memorialista. (Nota da IHU On-Line)

⁵ João Cabral de Melo Neto (1920-1999): poeta e diplomata brasileiro. Sua obra poética, caracterizada pelo rigor estético, com poemas avessos a convencionalismos e marcados pelo uso de rimas toantes, inaugurou uma nova forma de fazer poesia no Brasil. Membro da Academia Pernambucana de Letras e da Academia Brasileira de Letras, foi agraciado com vários prêmios literários. Confira a edição 310 da revista IHU On-Line, de 5-10-2009, intitulada *A segura do sertão nos versos de João Cabral de Melo Neto*, disponível para download em <http://bit.ly/2dtlepB>. Na edição 499 da revista IHU On-Line foi publicado um dossiê sobre a obra de João Cabral de Melo Neto, disponível em <http://bit.ly/2wZeOUd>. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Cícero dos Santos Dias (1907-2003): foi um pintor do modernismo brasileiro. Nascido em Escada, Pernambuco, foi o sétimo dos onze filhos do casal Pedro dos Santos Dias e Maria Gentil de Barros Dias, e passou a infância num engenho de sua cidade de origem, na Zona da Mata pernambucana. (Nota da IHU On-Line)

⁷ Padre Roma (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima) (1768-1818): conhecido como Padre Roma, foi um revolucionário e religioso brasileiro. Foi um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817, que instituiu um Governo Provisório no Brasil. Orador com amplos conhecimentos tornou-se muito conhecido por seus sermões e pela adesão às ideias liberais que adotou. Com grandes conhecimentos jurídicos e filosóficos, passou a exercer a profissão de advogado, tornando-se famoso como defensor de causas. (Nota da IHU On-Line)

⁸ General Abreu e Lima (José Inácio de Abreu e Lima) (1794-1869): foi um militar, político e historiador brasileiro. Apelidado de “General das Massas”, lutou na Venezuela, Colômbia, Equador e Bolívia pela independência do domínio espanhol. Nasceu no Recife, Pernambuco, no dia 6 de abril de 1794. Filho de José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, o Padre Roma sempre teve problemas com a sua legitimidade, que foi reconhecida pelo papa por ter ele e os seus irmãos nascido no período em que seu pai foi secularizado. (Nota da IHU On-Line)

⁹ Revolução Americana ou A Guerra da Independência dos Estados Unidos: nome dado às batalhas desfechadas contra o domínio inglês. O movimento de ampla base popular teve como principal motor a burguesia colonial e levou à proclamação, no dia 4 de julho de 1776, da independência das Treze Colônias - os Estados Unidos, primeiro país dotado de uma constituição política escrita. As raízes do conflito estão na assinatura do Tratado de Paris, que, em 1763, finalizou a Guerra dos Sete Anos. Ao final do conflito, o território do Canadá foi incorporado pela Inglaterra. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ Revolução Francesa: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, alteraram o quadro

minadas. Com relação aos direitos do cidadão – as liberdades estavam asseguradas, inclusive um elevado nível de tolerância religiosa. Na tripartição do Poder, estabelecia uma clara harmonia entre a Legislativa, o Poder Executivo e o Judiciário. Tão avançadas eram as atribuições dos órgãos e o sistema de controle que não é exagero afirmar que muitos deles funcionariam bem melhor nos dias atuais se respeitassem as normas fixadas naquela Lei. Durante os 79 dias que durou a República de 1817, a Lei Orgânica foi efetiva.

“Durante os 79 dias que durou a República de 1817, a Lei Orgânica foi efetiva”

IHU On-Line – Que princípios da Constituição pernambucana podemos identificar na Assembleia Constituinte de 1988?

Margarida Cantarelli – Para o constituinte de 1987/1988, pas-

sados 170 anos da Constituição de 1817, em um mundo que se transformou profundamente, a herança mais forte que deixou diz respeito aos princípios éticos que deveriam estar presentes na organização do Estado e na gestão pública e à democracia manifestada também na tolerância com as diferenças (para com os estrangeiros, a religiosa, entre outras).

IHU On-Line – O que mais lhe fascina no texto de 1817 e como pode nos inspirar a refletir, e quem sabe, superar a chamada crise institucional atribuída ao Brasil de hoje?

Margarida Cantarelli – Surpreende-nos positivamente a leitura de alguns artigos da Constituição de 1817 se compararmos aos tempos atuais. Citarei apenas alguns exemplos que dizem bem de como poderíamos melhorar a nossa crise institucional. No art. 2º, ao tratar da escolha dos membros da Legislatura (que tem um sentido até mais amplo do que o Legislativo atual) diz que serão escolhidos “dentre os Patriotas de mais probidade e luzes em matéria de Administração Pública e que não sejam parentes entre si até o segundo grau Canônico” (linha

vertical: pai e filho; colateral: irmão). Vemos aí a exigência da ética e do mérito para a escolha dos agentes públicos e a proibição ao nepotismo. No art. 4º, quando descreve a forma de comportamento durante as Sessões da Legislatura, estabelece: “... guardar-se-á o mais inviolável silêncio, estando todos atentos ao que se propõe e opina, não interrompendo uns aos outros, mas opondo-se mal findar algum falar, as objeções que se tiver contra a opinião emitida”. Não é esse o comportamento que se assiste diariamente no nosso Congresso Nacional. O princípio da transparência estava presente no art. 12, “ordena-se que a receita e a despesa das rendas se publique cada ano por via da imprensa”. Como é gasto o dinheiro público fruto dos nossos impostos?

IHU On-Line – Passados 200 anos, qual o legado da experiência da Revolução pernambucana para o nosso tempo?

Margarida Cantarelli – O amor a Pernambuco, a ética e a competência para o exercício dos cargos públicos e a transparência dos atos de governo, sobretudo no que disser respeito à destinação e à correta aplicação dos recursos públicos. ■

ObservaSinós

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO VALE DO RIO DOS SINÓS



ihu.unisinos.br

Açucocratas napoleônicos e padres iluministas: a insurreição impossível

Katarina Peixoto

Uma pernambucana que há anos reside longe de sua terra natal lança um olhar crítico sobre o sentido da Revolução Pernambucana e afirma que os episódios de dois séculos atrás deveriam servir para se compreender a megalomania pernambucana. Katarina Peixoto propõe um exercício de interpretação sobre o que entende por açucocracia napoleônica, que considera “o traço determinante da elite insurreta de 1817: agrupamentos de senhores de engenho, herdeiros das capitânicas, com mais de cem anos de ressentimentos acumulados, que culminam com a mudança da capital do império português para o Rio de Janeiro”.

Para Katarina, “a megalomania pernambucana é muito conhecida e parece ser uma resposta equiparável ao tamanho das feridas de sua elite, usada e traída e trucidada pelo império. Uma elite que já foi letrada, é verdade, mas que jamais deixou de ser profunda e convictamente escravocrata, concentradora e refratária à contribuição tributária”. Essa elite considerou possível “liderar, com padres iluministas e naturalistas, uma independência federalista, em Pernambuco”, mas estavam errados, e Portugal mostrou isso de forma muito violenta. A autora avalia que há uma impossibilidade histórica e conceitual em conjugar federalismo com açucocracia e iluminismo com escravidão. “As atrocidades cometidas em resposta a esse levante deveriam ter ensinado aos açucocratas sobre quem era, de fato, o inimigo da Coroa e suas injustiças. Mas eles não aprenderam, até hoje.”

Katarina Peixoto é pernambucana e mora em Porto Alegre. Mestre e doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, atualmente faz estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Eis o artigo.

Os estudos sobre elites aparentam ser mais simples porque elites são não apenas minoritárias, mas, por definição, privilegiadas. Ao contrário de minorias oprimidas – a comunidade queer, por exemplo –, as elites frequentam os livros de história, as anedotas e a memória coletiva na linha de frente: são, no mais das vezes, constitutivas do imaginário e também da percepção de pertencimento a um lugar no mundo. Processo similar se verifica a partir dos episódios e personagem da Insurreição Pernambucana. Ela está, através dos nomes de seus dirigentes, nas ruas

“Proponho um exercício de interpretação sobre o que tomo por açucocracia napoleônica, em primeiro lugar”

e avenidas de vários lugares do Recife e em cidades do interior de Pernambuco, de maneira que o pertencimento se torna uma geografia afetiva, ao mesmo tempo que obscura. A familiaridade com os nomes da “Revolução Pernambucana” não parece, contudo, ter contribuído para o esclarecimento do que se passou. Essa opacidade histórica se justifica na persistência de um dos componentes das forças desse levante, em detrimento do aspecto esquecido, tanto na historiografia, como na memória e no cultivo irrefletido dos hábitos. Espero lançar alguma luz sobre essas coisas que estão nas sombras das manifestações ufanistas sobre eventos contaminados de atrocidades perseverantes.

André Malraux¹ disse que Buenos Aires era a capital de um império que nunca existiu. Essa boutade poderia ser transposta para Pernambuco: a capital de uma federação que nunca existiu. Nessa não existência está o segredo guardado da história da “Primeira Independência” do Brasil, como o historiador Evaldo Cabral de Mello² busca ensinar. E, embora Cabral seja o grande historiador da açucocracia pernambucana, minhas anotações aqui não guardam pretensões históricas. Não sou historiadora e aqui escrevo, também, como pernambucana e hoje observadora distante. E nessa condição proponho um exercício de interpretação sobre o que tomo por açucocracia napoleônica, em primeiro lugar. Este é, afinal, o traço determinante da elite insurreta de 1817: agrupamentos de senhores de engenho, herdeiros das capitânias, com mais de cem anos de ressentimentos acumulados, que culminam com a mudança da capital do império português para o Rio de Janeiro. Não está em questão que crises fiscais, econômicas e geopolíticas que marcaram as transições políticas no contexto da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa estão no pano de fundo dessa formação de uma elite regional em rebelião.

Esse contexto de transição revolucionária determinou o modo de organização e a agenda da Insurreição Pernambucana. Mas a rebelião da açucocracia só pode ser entendida no rastro dos passivos políticos, econômicos e simbólicos dos dois conflitos (duas guerras) que precedem os eventos de 1817: em primeiro lugar, a expulsão dos holandeses em 1654 e, em segundo, a Guerra dos Mascates, que se dá entre comerciantes portugueses no Recife e açucocratas de Olinda. Pois são esses conflitos que conformam um caldo de expectativas e cobranças da elite local em relação aos portugueses. Na expulsão dos holandeses, essa elite “brasileira” foi convocada, em troca de títulos, terras e outras benesses, para a “Restauração Pernambucana”, quando tomaram parte de uma mítica fundação do Brasil das mãos estrangeiras (os holandeses). Essa vitória não acarretou ganhos sociais e políticos maiores porque os “forasteiros” de antes, os holandeses e judeus (na época da ocupação holandesa, eram aproximadamente 50% da população recifense), foram substituídos pelos comerciantes portugueses, e os açucocratas permaneceram com poder, mas sem dispor dos benefícios e do dinamismo comercial que passou a caracterizar o Recife, por oposição à estrutura estamental – e por isso mais estável e paralisada – da elite em Olinda. Entre 1710 e 1711, há a eclosão de uma pequena guerra civil, entre açucocratas e mascates portugueses, um levante “nativista”, na literatura da colonização, que para todos os efeitos dá a ver a origem de um ressentimento estamental, no coração da história pernambucana.

Os açucocratas não são mais portugueses, há 200 anos, quando começam a se organizar politicamente em casas maçônicas. Serviram à Coroa e enriqueceram, mas não se sentem reconhecidos na sua expectativa de receberem títulos de nobreza nem no âmbito político, visto que os

¹ André Malraux (1901-1976): escritor e político francês. (Nota da IHU On-Line)

² Evaldo Cabral de Mello (1936): historiador, escritor e diplomata nascido em Recife. É considerado um dos mais importantes pesquisadores do período da dominação holandesa em Pernambuco no século 17. Em solenidade realizada no dia 27 de março de 2015, tomou posse na Cadeira 34 da Academia Brasileira de Letras. É irmão do poeta e também diplomata João Cabral de Melo Neto e primo do sociólogo Gilberto Freyre, bem como do poeta Manuel Bandeira. (Nota da IHU On-Line)

postos elevados da burocracia imperial seguem ocupados por portugueses natos. E a turbulência do período arregimentou mais tensão, com a transferência da corte para o Rio de Janeiro e as consequentes demandas, para a manutenção dos serviços reais, à então província mais rica do Brasil. O acúmulo de ressentimento encontrou, nas figuras de alguns clérigos recém-chegados de Portugal, o eco que faltava para se organizarem, politicamente, em torno de uma agenda. Enquanto Recife pagava pela iluminação pública do Rio de Janeiro e seguia na escuridão, algumas casas maçônicas começaram a se movimentar, em torno de ideais iluministas que atendiam a um só tempo a uma expectativa de poder local e às aspirações econômicas da açucocracia, abalada por uma queda de preços no açúcar diante da concorrência com o preço praticado pelas Antilhas, por uma brutal seca em 1816 e pelas injustiças tributárias da Corte em relação à província rica. O caráter elitista da insurreição não se questiona, está claro e muitas vezes é assim reivindicado, nos expedientes nostálgicos e ufanistas.

Mas em que consistia a agenda política dessas elites locais, endinheiradas e ressentidas? Em primeiro lugar, na defesa do federalismo e, em segundo, de um certo conjunto de ideais programáticos iluministas, introduzidos no processo de formação dos insurretos, nas lojas maçônicas, por padres. Aqui entra em cena o segundo elemento que termina dando a ver por que razão a insurreição pernambucana, cantada em prosa, verso e frevo, não passou de uma impossibilidade, trazida de volta, muito brevemente, aos trilhos conceituais do que faz sentido onde há açucocracia.

De fato, com a presença do monsenhor Arruda de Câmara, que era um naturalista, em uma das lojas maçônicas, outros padres, mais jovens, aproximaram-se das atividades de discussão e defesa de um ideário coadunado com a agenda política das ex-colônias britânicas nos Estados Unidos e da Revolução Francesa ela mesma, que o monsenhor acompanhou, quando estava na França. O contágio da agenda iluminista atravessou o que se convencionou chamar de “mata sul” e “mata norte” da açucocracia, através dos padres Tenório³, Miguelinho⁴ e João Ribeiro Pessoa⁵, entre outros. Embora fosse comum que as famílias dos senhores de engenho enviassem seus filhos para estudar em Portugal ou em Londres, a propagação do ideário federalista e iluminista foi feita por clérigos, em Pernambuco. E por isso também se conhece a Insurreição Pernambucana como a Insurreição dos Padres.

É contraintuitivo imaginar padres republicanos e federalistas, e isso talvez explique a impossibilidade em que se meteram. Em qualquer caso, as conspirações contra o poder central da Corte, que passou a se tomar como absolutista, estavam marcadas mais pela defesa de um federalismo que de uma independência frente a Portugal. De novo, não havia um nacionalismo em reivindicação, mas uma disputa por autonomia econômica, política e histórica. Eles não queriam ser portugueses nem de Portugal, mas uma federação com ligações íntimas com os países onde a revolução estava

³ **Pedro de Souza Tenório** (1779): padre, mais conhecido por vigário Tenório. Natural de Recife, foi educado na Universidade de Coimbra, em Portugal, foi designado para a paróquia da vila de Nossa Senhora da Conceição, hoje Vila Velha, em Itamaracá. Ele revolucionou não apenas a prática pastoral, mas a agricultura, com as mais modernas técnicas agrícolas, e implantando novas culturas de cana-de-açúcar e máquinas revolucionárias para a época. Quando eclodiu a Revolução Pernambucana, em 6 de março de 1817, Tenório teve importante participação. Ele conseguiu a rendição do Forte Orange, então ocupado pela artilharia ligada à Corte, sem derramamento de sangue. O religioso convenceu o comandante da tropa, composta na sua grande maioria por pernambucanos também ansiosos pela independência, a aderir ao movimento libertário. Diante de tal bravura, Tenório foi nomeado pelo governo provisório para o cargo de ajudante-secretário. O movimento foi debelado pelas forças imperiais, sendo os seus líderes presos e condenados à morte por enforcamento. Tenório refugiou-se ainda na Ilha de Itamaracá, onde tinha amigos e admiradores, mas foi delatado, preso e condenado ao enforcamento. Morreu em 10 de junho de 1817 aos 38 anos. Sua cabeça e mãos foram pregados e expostos em um poste na Vila de Goiana por vários meses, até caírem e serem depositados na Igreja da Misericórdia naquela Vila. O resto do seu corpo foi atado às caudas de dois cavalos, arrastado e dilacerado, para depois ser sepultado no Cemitério da Igreja de Santo Antonio no Recife. Em 1845, quando o Pilar se transformou em sede da Paróquia da Ilha de Itamaracá, trouxeram os despojos do mártir para a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, onde ficou até 1905, sendo então transferido para o Instituto Arqueológico de Pernambuco, pelo bispo Dão Luiz de Brito. Em 17 de maio de 2005, retornam à sua Igreja de Nossa Senhora da Conceição seus restos mortais. (Nota da **IHU On-line**)

⁴ **Miguel Joaquim de Almeida e Castro** (1768-1817): mais conhecido como Padre Miguelinho, foi um dos religiosos que atuaram na Revolução Pernambucana. Em 1784, ingressou na Ordem Carmelita da Reforma, tornando-se o Frei Miguel de São Bonifácio. Conseguiu se tornar padre em 1800, por intermédio do papa Pio VII, que lhe concedeu a secularização, mas a população em geral continuou a chamá-lo de Frei Miguelinho por algum tempo. Foi mestre de retórica do Seminário de Olinda desde o seu primeiro dia, tendo-lhe cabido fazer o discurso inaugural. Foi preso no dia 21 de maio de 1817 e levado à Fortaleza das Cinco Pontas, junto com outros 72 revolucionários, que depois também seguiram para Salvador, onde desembarcaram em 10 de junho. Miguelinho foi condenado pelo crime de lesa-majestade e fuzilado no dia 12 de junho de 1817, sendo enterrado no Cemitério do Campo da Pólvora. O religioso dá nome ao Instituto Padre Miguelinho, que funciona no bairro do Alecrim, em Natal, ao prédio no qual funciona a Câmara Municipal de Natal e a algumas ruas da capital. (Nota da **IHU On-line**)

⁵ **João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro** (1766-1817): o padre João Ribeiro foi um dos líderes da Revolução Pernambucana. Filho de uma família distinta, mas muito pobre, seguiu a carreira religiosa. Tornou-se então auxiliar do monsenhor Manuel Arruda Câmara, naturalista de grande renome. Arruda Câmara havia fundado na Capitania de Pernambuco o Areópago de Itambé, primeira loja maçônica do Brasil, e esteve implicado na Conspiração dos Suassunas. O padre João Ribeiro, que trabalhava como desenhista botânico nas suas expedições científicas, tornou-se seguidor de seus ideais libertários. Era amado e respeitado por ricos e pobres. Considerado o líder moral da Revolução Pernambucana, João Ribeiro cometeu suicídio em 13 de maio de 1817, enforcando-se na capelinha do Engenho Paulista em Olinda – atual município de Paulista – após a derrota dos revoltosos na batalha do Engenho Trapiche. Mas, por ordem do vice-almirante português Rodrigo Lobo, seu corpo foi desenterrado, esquartejado e sua cabeça exposta na ponta de uma vara no centro do Recife, onde ficou por dois anos. (Nota da **IHU On-line**)

em andamento: Estados Unidos e França. É assim que, antes do início da Insurreição, que levou pouco mais de três meses, um dos poucos dirigentes que era somente um comerciante, de origem mulata, inclusive, é destacado para ir aos Estados Unidos para negociar armas e apoio. E é este homem, considerado pela historiografia como o primeiro embaixador do Brasil, que oferece aos americanos a seguinte proposta, digna de um épico cinematográfico, até agora não feito, talvez, pela megalomania evidente aí implicada. O plano, a ser financiado com 800 mil dólares que Cruz Cabugá⁶ levava nos bolsos, consistia em assegurar livre trânsito entre a federação que se buscava criar e os Estados Unidos, bem como buscava auxílio militar, já que os militares ligados aos insurretos eram todos de baixa patente e com pouco ou nenhum treinamento, ao passo que a Marinha e os postos elevados todos eram ocupados por portugueses natos.

Cabugá faz a seguinte proposta aos estadunidenses: leva consigo alguns militares franceses que estavam mais ou menos desocupados, após a venda da Louisiana, para eles treinarem as tropas dos federalistas pernambucanos. Em troca, esses modestos senhores iriam, com os militares franceses, libertar Napoleão⁷, que já estava preso na ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul. É isto mesmo: açucocratas, sem exército, comprometem-se a libertar Napoleão e a, depois, conceder-lhe asilo, abrigo e, quem sabe, algum outro posto na sua república imaginária e impossível. Quando Cabugá voltaria ao Recife, a Insurreição já havia sido debelada, com extrema violência, pela Coroa, através da Marinha portuguesa e de algozes da própria açucocracia. Cabugá não retorna ao Brasil até ser anistiado, alguns anos depois, e os oficiais franceses (quatro) são presos ao desembarcarem.

Esse plano mirabolante é nota característica das razões por que, mesmo no esboço de Constituição feita pelos federalistas de então, a escravidão não foi combatida. E a regra de alforria tolerada pelos açucocratas foi a aquela que substituiu a condição de escravo pela de soldado. Uma regra que durou dias, já que a revolta foi debelada. Como é que se dizentes federalistas e iluministas poderiam fazer negócios na Filadélfia, pensando em libertar Napoleão, ao tempo que mantinham milhares de escravos e estavam envolvidos no comércio de escravos? Como isso é possível? Na fantasia e na megalomania isso é possível e assim se tornou possível. Por essa restrição modal, aliás, real, um dos problemas que levaram à insurreição jamais foi superado: o ressentimento das elites ou da açucocracia com a perda de um poder político que sempre tomou como seu: o de dirigir uma república federativa iluminista. O fato de serem escravocratas segue ignorado, aliás, até hoje.

Pernambuco é um dos estados com índices mais atávicos, senão o mais atávico, de desigualdade, do Brasil. O estado chegou a crescer mais de 15% ao ano, em 2010, sem que isso tenha implicado redução minimamente significativa nos índices de desigualdade. É também um lugar em que a violência é extremada, com níveis de homicídios característicos de países em guerra, embora não seja um entreposto especialmente rico do tráfico de drogas? A escravidão persistente e denegada certamente é um fator que torna intuitiva essa hipótese explicativa. Mas há também um outro elemento, o segundo componente da impossibilidade de uma insurreição iluminista: o massacre brutal dos padres esclarecidos, que lutaram por ideias republicanas, iluministas, federalistas e, em alguns casos, pelo fim da escravidão. A repressão portuguesa teve aspectos de bestialidade: cabeças decepadas e exibidas em praças públicas, durante meses, e restos mortais arrastados nas ruas, por cavalarias.

Era uma tática de ostensiva ameaça e de terror, puro e simples. De todas as atrocidades per-

⁶ **Antônio Gonçalves de Cruz Cabugá**: considerado o primeiro diplomata brasileiro, representando o país nos Estados Unidos. Quando a Revolução Pernambucana irrompeu em Recife, em 6 de março de 1817, assumiu o posto de diretor do Erário, uma espécie de ministro da Fazenda do governo republicano, estabelecendo medidas de impacto na economia local em apenas duas semanas. Deu liberdade de comércio com todas as nações estrangeiras. Isentou de taxas produtos como grãos, armas e equipamentos científicos. Democratizou o sistema de concessão de alvarás, através do qual os portugueses mantinham os brasileiros praticamente fora do mundo dos negócios. Revogou os impostos sobre lojinhas, embarcações e canoas. E passou a comprar alimentos e revendê-los à população a preço de custo, acabando com o monopólio dos mascates lusos. Nos Estados Unidos, sua primeira missão como embaixador de Pernambuco era tentar conseguir o reconhecimento da república. Em troca, ofereceria isenção de impostos para as mercadorias norte-americanas por 20 anos. A outra missão, de caráter militar, era obter armas, navios e instrutores para a Revolução Pernambucana. Com ajuda dos seus irmãos maçons e dos 60 contos de réis que levou consigo, o embaixador comprou 10 mil fuzis e os despachou para Pernambuco. Também convenceu alguns militares franceses, exilados na América do Norte, após a derrota de Napoleão em Waterloo, em 1814, a irem adestrar soldados que lutavam contra os portugueses. Em troca, eles ganhariam uma flotilha, para tentar libertar Napoleão, que estava na Ilha de Santa Helena, no Atlântico. Mas a Revolução Pernambucana foi derrotada, as armas embarcadas jamais chegaram ao destino e os franceses foram presos a caminho do Recife. Cruz Cabugá ficou nos Estados Unidos, tornando-se cônsul-geral brasileiro naquele país após a Independência, em 1822. Permaneceu na carreira diplomática até morrer na Bolívia, em 1833. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Napoleão Bonaparte** (1769-1821): líder político e militar francês. Adotando o nome de Napoleão I, foi imperador da França de 18 de maio de 1804 a 6 de abril de 1814, posição que voltou a ocupar por poucos meses em 1815 (20 de março a 22 de junho). Sua reforma legal, o Código Napoleônico, teve grande influência na legislação de vários países. Através das guerras napoleônicas, foi responsável por estabelecer a hegemonia francesa sobre boa parte da Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

petradas, a mais significativa, pelo aspecto confessional dos portugueses, diante de um poder que não tinham e nunca tiveram, ali, foi o que fizeram com o cadáver do padre João Ribeiro Pessoa, que se matou quando percebeu que os insurretos seriam derrotados. Os portugueses então exumaram o corpo, deceparam, arrancaram pedaços e desfilaram com as suas partes mutiladas, pelas cidades de Olinda e Recife. Vários oligarcas da açucocracia foram mortos, alguns, decepados, mas os portugueses tinham muita clareza quanto ao tamanho dos verdadeiros inimigos: os iluministas, federalistas, que estavam influenciando as elites locais a saírem do cerco do monarca. Eram os padres os elementos que deviam servir de paradigma para a ameaça e a demonstração de força.

A megalomania pernambucana é muito conhecida e parece ser uma resposta equiparável ao tamanho das feridas de sua elite, usada e traída e trucidada pelo império. Uma elite que já foi letrada, é verdade, mas que jamais deixou de ser profunda e convictamente escravocrata, concentradora e refratária à contribuição tributária. Uma elite, por fim, napoleônica em sua megalomania e esclarecimento autocrático, que achou possível liderar, com padres iluministas e naturalistas, uma independência federalista, em Pernambuco. Estavam errados. Portugal mostrou, da maneira mais violenta: federalismo com açucocracia e iluminismo com escravidão não resultam em outra coisa que uma impossibilidade histórica, entre outras coisas, porque se trata de uma impossibilidade conceitual. As atrocidades cometidas em resposta a esse levante deveriam ter ensinado aos açucocratas sobre quem era, de fato, o inimigo da Coroa e suas injustiças. Mas eles não aprenderam, até hoje. Uma olhada para o refrão do hino do estado (composto em 1908, portanto, quase cem anos após a Insurreição) demonstra o atavismo orgulhoso que os embala: “Nova Roma dos bravos guerreiros, Pernambuco, imortal, imortal”. Nova Roma: uma nova república, escravocrata e imortal. Uma fórmula de ufanismo da impossibilidade histórica.■

58

Referências

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824** (São Paulo: Editora 34, 2004).

DE CARVALHO, Marcus J.M. **Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824**. Disponível em: <https://goo.gl/9xo37x>





IX Colóquio Internacional IHU

A Biopolítica como teorema da Bioética

17 e 18
de Outubro de 2017

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros
Unisinos | Campus São Leopoldo

Conferencistas

Profa. Dra. Penelope Deutscher
Northwestern University - EUA

Profa. Dra. Vera Portocarrero
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Profa. Dra. Lori P. Knowles
University of Alberta - Canada

Prof. Dr. Agustín Domingo Moratalla
Universidad de Valencia - Espanha

Prof. Dr. Victor B. Penschaszadeh
Universidad Nacional de La Matanza - Argentina

Profa. Dra. Sandra Caponi
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Informações e inscrições em ihu.unisinos.br



UNISINOS

O impacto das revoluções nas camadas mais populares da sociedade

O professor Moacyr Flores, ao analisar as revoluções Pernambucana e Farroupilha, destaca que, longe do brilho das estrelas dos generais, recai sobre a população a parte mais amarga das revoltas

João Vitor Santos | Edição: Ricardo Machado

A efervescência política da virada do século 18 para o 19, com todo o impacto que a Revolução Francesa gerou, acabou impactando politicamente o Brasil, sobretudo após a chegada da família real, em 1808. A Revolução Pernambucana, que restou derrotada, faz parte desse caldo cultural. “No Brasil surgiram as correntes políticas monarquista e republicana. Ambas se subdividiam em fidelidade a Portugal e independência. Venceu a corrente monarquista pela independência, tendo à frente D. Pedro, que também era herdeiro do trono português”, explica o professor Moacyr Flores, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Ainda que derrotados, alguns rebeldes pernambucanos se tornaram notáveis. Nenhum deles fazia parte da categoria de “povo”. Ao contrário, muitos daqueles de que nos lembramos faziam parte das elites, sejam elas sociais, políticas ou econômicas. O povo, como nos dias atuais, que garante com que a sociedade sobreviva, é quem sofre o maior impacto dos grandes movimentos políticos, pois dá o subsídio, mas mantém-se fora do poder. “Quem mais sofre é o povo, que tem que fornecer abrigo, comida

e roupa. O comércio é pilhado, as mulheres violentadas e as propriedades dos conservadores foram roubadas, como aconteceu na Guerra Civil dos Farrapos, que atualmente estão carnavalizando de uma maneira absurda: Porto Alegre foi antifarroupilha, fiel ao Império e comemora o 20 de Setembro com acampamento farroupilha”, complementa o entrevistado.

Moacyr Flores é um ensaísta e historiador brasileiro. Autor de mais de 20 livros, pesquisa Revolução Farroupilha e também a Revolução Pernambucana. Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, onde também fez doutorado. Foi professor na PUCRS e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É autor, entre outras obras, de *Modelo Político dos Farrapos* (Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1982), *República Rio-Grandense – realidade e utopia* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002), *História do Rio Grande do Sul* (Ponta Grossa: Ediplat, 2003), *Dicionário de História do Brasil* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual o contexto histórico do Brasil Colônia, que vai gerar as inúmeras re-

voltas do século 19?

Moacyr Flores – O contexto político e econômico do período é de

governo absoluto com apoio da teologia da Igreja Católica no controle social. As ideias revolucionárias,

“O contexto político e econômico do período é de governo absoluto com apoio da teologia da Igreja Católica no controle social”

criadas pelos filósofos liberais, como Voltaire¹, Rousseau², Montesquieu³, Barão de Holbach⁴, só entravam no período colonial de contrabando ou com aqueles poucos brasileiros que estudaram na Europa. Com a vinda de D. João VI⁵ e a abertura dos portos, os intelectuais brasileiros receberam jornais revolucionários do

México, de Buenos Aires e de outros países europeus.

IHU On-Line – De que forma a geopolítica da época tensionou a relação entre Brasil e Portugal? E como isso influenciou a política interna brasileira?

Moacyr Flores – No momento que o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, e passou da categoria de colônia a reino, os portugueses se deram conta de que no futuro poderiam ser subordinados ao Brasil, pois o rei estava no Rio de Janeiro. A revolta liberal do Porto exigiu que D. João VI retornasse a Portugal e jurasse a nova Constituição.

No Brasil surgiram as correntes políticas monarquista e republicana. Ambas se subdividiam em fidelidade a Portugal e independência. Venceu a corrente monarquista pela independência, tendo à frente D. Pedro⁶, que também era herdeiro do trono

português. D. Pedro dissolveu a assembleia constituinte, em 1823, porque a maioria dos deputados eram liberais e desejavam um governo parlamentarista e liberal. Com isso, ele dissolveu a assembleia e outorgou a Constituição de 1824, instalando um governo centralizador e absoluto.

Mais de 80% dos brasileiros eram analfabetos, e as ideias políticas discutidas pelos poucos intelectuais não chegavam ao povo. Além disso, eram mal lidas e mal interpretadas, pois nossos “teóricos” faziam uma adaptação das ideias de vários filósofos, verdadeira salada política que era impraticável.

IHU On-Line – No campo político, econômico e social, quais as semelhanças e quais as diferenças entre a Revolução Pernambucana e a Revolução Farroupilha?

Moacyr Flores – No caos político que imperava no Brasil, só em 1830 surgiram dois partidos: o Conservador e o Liberal, divididos por doutrinas e por personalidades messiânicas. Os rebeldes pernambucanos adotaram provisoriamente a Constituição da Colômbia; a República Rio-Grandense continuou com as leis e Constituição do Império, desde que não fossem contra a república, e prepararam um projeto, inspirado em constituições de estados da América do Norte.

IHU On-Line – Um dos objetivos centrais da Revolução

1 **Voltaire** (1694-1778): pseudônimo de François-Marie Arouet, poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista francês. Uma de suas obras mais conhecidas é o *Dicionário Filosófico*, escrito em 1764. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da **IHU On-Line**, de 22-4-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Barão de Montesquieu** (Charles-Louis de Secondat, 1689-1755): político, filósofo e escritor francês. Ficou famoso por sua Teoria da Separação dos poderes, atualmente consagrada em muitas das modernas constituições nacionais. Sua obra mais famosa é *O espírito das leis*. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Barão d’Holbach (Paul-Henri Thiry)** (1723-1789): foi um autor, filósofo e enciclopedista franco-alemão, além de ter sido uma figura proeminente do Iluminismo francês. Ele nasceu como Paul Heinrich Dietrich em Edesheim, perto de Landau, no Eleitorado do Palatinado, mas viveu e trabalhou principalmente em Paris, onde mantinha um salão literário. Ele é mais conhecido por sua forte posição ateísta e por seus volumosos escritos contra a religião, sendo o mais famoso deles o *Sistema da Natureza*. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **D. João VI de Portugal** (1767-1826): cognominado O Clemente, foi rei de Portugal entre 1816 e a sua morte. Seguindo dos filhos de D. Maria I de Portugal e de seu tio Pedro III, herdeiro da coroa como príncipe do Brasil e 21º Duque de Bragança após a morte do irmão mais velho José, Duque de Bragança em 11 de setembro de 1788, vitimado pela varíola. Em novembro de 1807, D. João VI decidiu pela transferência da corte portuguesa para o Brasil, evitando ser aprisionado com toda a família real e o governo, tornando possível manter a autonomia portuguesa a partir do Rio de Janeiro. Sobre a vinda da família real ao Brasil, leia a **IHU On-Line** número 263, de 24-6-2008, intitulada *A Corte Portuguesa no Brasil. Mitos e verdades*, disponível para download em <http://migre.me/KtFM> (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Dom Pedro I** (1798-1834): foi o primeiro Imperador do Brasil como Pedro I de 1822 até sua abdicação em 1831, e também Rei de Portugal e Algarves como Pedro IV entre março e maio de 1826. Era o quarto filho do rei João VI de Portugal e sua esposa a rainha Carlota Joaquina da Espanha, sendo assim um membro da Casa de Bragança. Pedro viveu seus primeiros anos de vida em Portugal até que tropas francesas invadiram o país em 1807, forçando a transferência da família real para o Brasil. Pedro ficou do lado dos brasileiros e declarou a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. Foi aclamado como seu imperador no dia 12 de outubro e derrotou todas as forças fiéis a Portugal até março de 1824. Pedro foi incapaz de lidar com os problemas simultâneos do Brasil e Portugal, por fim abdicando do trono brasileiro em 7 de abril de 1831 em favor de seu filho mais novo Pedro II e partindo para a Europa. Pedro invadiu Portugal em julho de 1832 no comando de um exército em uma disputa entre liberais e absolutistas na Península Ibérica. Pedro acabou morrendo de tuberculose em 24 de setembro de 1834, poucos meses depois dele e os liberais terem se saído vitoriosos. (Nota da **IHU On-Line**)

Pernambucana foi a separação entre o Brasil e Portugal e a implantação de um regime republicano. Mais tarde a República Rio-Grandense emergiu como a primeira experiência política deste tipo no país. Quanto do ideário republicano da Revolta Pernambucana está presente na República Rio-Grandense?

Moacyr Flores – Conforme os historiadores Tobias Barreto⁷ e Francisco Adolfo Varnhagen, o objetivo principal da revolta era conservar no governo Manuel de Carvalho Paes de Andrade⁸, que não aceitou ser substituído na Junta Governativa por Francisco Pais Barreto⁹. D. Pedro I nomeou José Carlos da Silva Ferrão¹⁰, que, sob pressão de Manuel de Carvalho, não assumiu a presidência. O porto de Recife foi bloqueado por esquadra naval. Carvalho substituiu os vereadores de Olinda e Recife por seus partidários que não aceitaram a Constituição outorga-

da pelo Imperador.

Quando a esquadra imperial se retirou de Recife, Manuel de Carvalho lançou um manifesto pregando a separação do Império sob a forma republicana, com a denominação de Confederação do Equador, em 3 de julho de 1824.

O ideário republicano é comum na Europa invadida por Napoleão e se refletiu nas colônias de Espanha e de Portugal. Os chefes principais, Manuel de Carvalho, José de Barros e José da Natividade Saldanha, fugiram para o estrangeiro.

Na Paraíba a tropa imperial conseguiu conciliação com os revoltosos. No Rio Grande do Norte o presidente revoltoso se demitiu, evitando confronto armado. No Ceará as Câmaras municipais se declararam contra a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823. Em 26 de agosto de 1824, o Ceará aderiu à Confederação do Equador. O presidente rebelde Alencar Araripe¹¹ foi derrotado pelas forças imperiais em Santa Rosa e assassinado por seus antigos partidários. Oito revolucionários foram presos e condenados à morte, um degredado para Fernando de Noronha e outros entregues à justiça comum.

A condenação e enforcamento de rebeldes pernambucanos refletiu-se na República Rio-Grandense, como um temor de acontecer o mesmo se os republicanos rio-grandenses aceitassem a anistia oferecida pelo Império em 1836. Só em dezembro de 1844 pediram anistia ao Império.

IHU On-Line – Que papel os negros tinham na Revolução Pernambucana e na Revolução Farroupilha? E que tratamento eles tiveram depois da repressão dos conflitos?

Moacyr Flores – O batalhão dos Henriques, formado por ne-

gros, era comandado pelo Major Agostinho Bezerra¹². A 17 de setembro de 1824, os revoltosos foram derrotados e o Major Bezerra foi enforcado junto com outros oficiais. Os escravos de propriedade dos imperiais foram incorporados ao Exército Rio-Grandense na infantaria e no corpo de lanceiros, participando de vários combates, até do massacre da infantaria desarmada em Porongos¹³.

“No Brasil surgiram as correntes políticas monarquista e republicana”

IHU On-Line – De que forma o ideário napoleônico se refletiu na Revolução Pernambucana?

Moacyr Flores – Não é o ideário, mas, sim, a conquista de Portugal e Espanha pelas tropas napoleônicas, oportunizando as revoltas nas Américas.

IHU On-Line – Em Pernambuco, o clero teve papel fundamental na revolução. No Rio Grande do Sul, a Igreja não teve esse mesmo protagonismo. Por quê?

Moacyr Flores – Na Confederação do Equador participaram três padres, e na Guerra Civil dos Farrapos, ao lado dos revolucionários, o catarinense vigário Inácio Fran-

⁷ **Tobias Barreto de Menezes** (1839-1889): foi um filósofo, poeta, crítico e jurista brasileiro e fervoroso integrante da Escola do Recife, um movimento filosófico de grande força calcado no monismo e evolucionismo europeu. Foi o fundador do condoreirismo brasileiro e patrono da cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **Manuel de Carvalho Paes de Andrade** (1774-1855): foi um político e revolucionário brasileiro. Participou da Revolução Pernambucana de 1817 e se refugiou, depois de seu malogro, nos Estados Unidos da América. De volta ao Brasil, ocupou o cargo de Intendente da Marinha. Em 13 de dezembro de 1823, após a renúncia de Francisco Pais Barreto, foi eleito provisoriamente presidente da província de Pernambuco. Em 8 de janeiro de 1824 foi confirmado como presidente pelos eleitores pernambucanos, contra as ordens do governo imperial, que havia indicado Francisco Pais Barreto para a presidência. Apoiado por Frei Caneca, proclamou em 2 de julho de 1824 a Confederação do Equador, movimento autonomista que questionava o excessivo autoritarismo e centralismo político do Imperador D. Pedro I (1822 - 1831). Derrotada a confederação, refugiou-se na fragata inglesa “Tweed” e seguiu para Londres, onde ficou no exílio até 1831. Presidiu novamente a província em 1834 e foi deputado geral e senador do Império do Brasil de 1831 a 1855. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Francisco Pais Barreto** (1779-1848): primeiro e único Visconde e Marquês do Recife, foi um político brasileiro, capitão-mor da vila do Cabo e morgado do Cabo. Foi membro da junta do governo da Província de Pernambuco, conhecida como “Governo dos Matutos”, que durou de setembro de 1822 a dezembro de 1823. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **José Carlos Mayrink da Silva Ferrão** (1771-1846): foi um proprietário rural e político brasileiro. Filho do Capitão Baltazar João Mayrink e Maria Joaquina Doroteia de Seixas. Ele adotou o nome de família Silva Ferrão. Envolvido na Revolução Pernambucana de 1817, ele teve que fugir e foi para o exílio em Paris. Voltando ao Recife, algum tempo depois, com o Império, foi nomeado o primeiro presidente da província de Pernambuco. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Alencar Araripe ou Tristão Gonçalves de Alencar** (1789-1825): filho da heroína Bárbara de Alencar, foi um revolucionário que participou da Revolução Pernambucana em 1817 e da Confederação do Equador em 1824. Foi brutalmente assassinado pelas forças imperiais no interior do Ceará. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Major Agostinho Bezerra**: comandante do regimento dos “Henriques”, formado por negros. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ **Batalha de Porongos ou Traição dos Porongos**: foi o último confronto da Revolução Farroupilha. Persistem suspeitas que teria sido uma batalha combinada entre o general farroupilha David Canabarro e o exército imperial. Resultou no massacre do Corpo de Lanceiros Negros de Teixeira Nunes, que estavam acampados na curva do arroio Porongos, no atual município de Pinheiro Machado quando foram atacados pelos imperiais. (Nota da **IHU On-Line**)

cisco Xavier dos Santos, o alagoano padre José Antônio Caldas¹⁴, o padre Francisco das Chagas Ávila e Souza¹⁵, vigário apostólico da República Rio-Grandense, com atri-

¹⁴ **José Antônio Caldas** ou **Padre Caldas** (1787-1860): foi um padre católico, jornalista e político republicano brasileiro. Oriundo do Seminário de Olinda, desde cedo destacou-se na pregação das idéias liberais. Após ser ordenado sacerdote, eleito, por sua província (Alagoas), deputado constituinte, e foi para o Rio de Janeiro fazer política. Pelas graças do Imperador brasileiro e amizade com os Andrada, assumiu uma cadeira na Assembleia Constituinte de 1823, representando Alagoas. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Padre Francisco das Chagas Martins Ávila e Sousa** (1788-1865): foi um sacerdote católico brasileiro, do período da Revolução Farroupilha. (Nota da **IHU On-Line**)

buições de bispo.

IHU On-Line – O que a história das revoluções brasileiras nos ensina? De que forma pode nos inspirar a refletir sobre o Brasil de hoje?

Moacyr Flores – Quem mais sofre é o povo, que tem que fornecer abrigo, comida e roupa. O comércio é pilhado, as mulheres violentadas e as propriedades dos conservadores foram roubadas, como aconteceu na Guerra Civil

dos Farrapos¹⁶, que atualmente estão carnavalizando de uma maneira absurda: Porto Alegre foi antifarroupilha, fiel ao Império e comemora o 20 de Setembro com acampamento farroupilha. ■

¹⁶ **Revolução Farroupilha**: também conhecida como Guerra dos Farrapos. Conflito separatista ocorrido entre 1835 e 1845 na então Província do Rio Grande do Sul, alcançando a região de Santa Catarina, na região Sul do Brasil. A época do período regencial brasileiro, o termo farrapo era pejorativamente imputado aos liberais pelos conservadores (chimangos) e com o tempo adquiriu uma significação elogiosa, sendo adotado com orgulho pelos revolucionários, de forma semelhante à que ocorreu com os sans-culottes à época da Revolução Francesa. (Nota da **IHU On-Line**)

Os múltiplos critérios da justiça distributiva: Análise ético-jurídica da distribuição de moradias populares pelo poder público

19 de outubro de 2017

(Quinta-feira) | 17h30min às 19h

Conferencista:

Prof. MS Celito De Bona – UNIOESTE

Local: **Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Unisinos | Campus São Leopoldo**

ihu.unisinos.br

Um olhar estrangeiro sobre si mesmo

Desde a saída de Fortaleza, os deslocamentos foram fundamentais na trajetória de Antônio Fausto Neto, professor do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos

Lara Ely

Entre os estudantes que tomaram as ruas de Paris em maio de 68 para reivindicar direitos civis e liberdades individuais estava um jovem cearense de vinte e poucos anos, recém-chegado de Fortaleza para estudar jornalismo em Sorbonne 2. Em um contexto em que o mundo tentava se curar da ressaca pós-Guerra e encontrar um norte para restabelecer equilíbrio social, político e econômico, a mobilização da juventude por meio dos movimentos de contracultura fez avançar o pensamento intelectual da época. Foi neste berço eferescente que se deu a formação de Antônio Fausto Neto, jornalista e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos.

Aos 70 anos, ele acumula na bagagem os títulos de mestre e doutor na área, além de ter feito estágio pós-doutoral na área e ser dono de um vasto currículo de produção científica, participação em eventos dentro e fora do Brasil e o protagonismo na expansão dos cursos em instituições públicas e privadas. Em contraponto à carreira verticalizada, sua trajetória pessoal é marcada por andanças e um estilo de vida viajante que lhe rende um olhar estrangeiro típico dos migrantes.

“Tornei-me uma pessoa adotada por vários lugares. Sou recebido na sala de visita. Porque a copa é do mundo interno, para as pessoas da casa. Isso é um treinamento da diplomacia, que me coloca em permanente observação”, reflete.

A última vez que viveu em sua cidade natal foi no período da ditadura, quando iniciava a vida de repórter no grupo Asapress e Diários Associados. Deste tempo, guarda lembranças do convívio com ícones da vida política e cultural brasileira, a exemplo do músico Belchior e o militante católico Frei Tito. O primeiro quis lhe vender seu Gordini prata antes de deixar o país, mas ele

recusou porque também estava de partida. “Éramos uma geração de passagem”, lembra. O segundo foi seu contemporâneo no Liceu público, onde aprenderam a falar francês, e acabou tendo um fim trágico na casa dos beneditinos em Lyon, na França, após ser torturado pelos militares.



Antônio Fausto Neto | Foto: Arquivo pessoal

Embora sua saída não tenha sido pelo motivo clássico que leva muitos jovens a deixarem o Nordeste (“foi uma migração existencial”), Fausto partiu em função de uma busca que o acompanha até os dias atuais - a resignificação da vida. Esta foi

uma questão que o levou a passar a última semana na praia de Japaratinga, região conhecida como Caribe brasileiro, para discutir o tema “Circulação discursiva e transformação da sociedade” durante o encontro do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação – Ciseco.

Alguns papas no campo da semiótica discutidos no encontro, como Eliseo Verón¹, Edgar Morin² e Roland Barthes³, Fausto teve o privilégio de conhecer em Paris, quando fez sua graduação, ou depois, quando retornou para o Doutorado. Outros, como Umberto Eco⁴, já fizeram parte do Conselho Científico deste colégio invisível à beira-mar. Conta Fausto que o local foi estrategicamente escolhido no litoral alagoano por estar a 7 horas da França, 7 horas do Rio Grande do Sul, 7 horas do México, de onde confluem os principais painelistas. Arrisco indagar se a escolha do QG do evento que já está na décima edição tem a

ver com a proximidade do Ceará, como um subterfúgio para estar “perto dos seus”. Ele sorri e arrisca não negar.

“É um formato de estudar onde criamos uma reflexão à contramão de uma estrutura repetidora de matriz de formação. Não queremos ser uma instituição formal”, explica o organizador.

Disseminar a bagagem adquirida próximo a esses intelectuais entre os novos comunicadores é uma função à qual Fausto tem se dedicado e empreendido nas últimas décadas – período no qual também teve três filhos e cinco netos, que vivem espalhados entre Rio, Brasília e Berlim. Como professor, passou por Belo Horizonte, Brasília, Paraíba, Rio de Janeiro e, finalmente, São Leopoldo.

Partindo do jornalismo, fez incursões teóricas pelo viés da linguagem, discurso analítico e fenomenológico. Fez parte da antiga *Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – Abepec*, ajudou a criar o Compós⁵ e acompanhou de perto a expansão da pós-graduação em comunicação por todo o Brasil. Estava formando novos pesquisadores e dando aula em mestrado e doutorado no centro do país quando recebeu o convite para transformar o Pós em Semiótica da Unisinos em uma Escola de Ciências da Comunicação. Sua participação resultou na criação do Doutorado.

Já viveu em cidades funcionais, inclusive Porto Alegre, mas optou por residir em São Leopoldo, onde aprecia um modo de vida ao estilo bairro, quase interiorano.

“A sua cidade não é mais a mesma quando você volta. Chega uma idade da vida que a gente valoriza as coisas simples, é a idade da síntese”, afirmou.

É no Vale do Sinos, ministrando a disciplina de Processos Midiáticos e nas reuniões do Poscom, que ele prepara os alunos

1 **Eliseo Verón** (1935 - 2014): foi um semiótico, sociólogo e filósofo argentino. Sua formação é de filósofo e sociólogo. Verón procurou elaborar uma síntese entre psicanálise, marxismo e linguística estrutural. Estudou a comunicação associada a fatores políticos e discursos sociais nos meios de comunicação, e adotou uma interpretação ideológica dos meios de comunicação. Da linguística, ele retirou os fundamentos para usar nas ciências sociais, sua referência foi a obra de Ferdinand Saussure, Verón seguiu a trajetória de seu professor Claude Lévi-Strauss. Com Carlos E. Sluzki, diretor do Centro de Pesquisas Psiquiátricas do serviço de Neuropsiquiatria da Policlínica de Lánus, pesquisou os comportamentos e os sistemas de representação, relacionando a psicanálise com a teoria da comunicação. Verón também abordou questões epistemológicas e a teoria de Weber e Parsons. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Edgar Morin** (1921): sociólogo francês, autor da célebre obra *O Método*. Os seis livros da série foram tema do *Ciclo de Estudos sobre “O Método”*, promovido pelo IHU em parceria com a Livraria Cultura de Porto Alegre em 2004. Embora seja estudioso da complexidade crescente do conhecimento científico e suas interações com as questões humanas, sociais e políticas, se recusa a ser enquadrado na sociologia e prefere abarcar um campo de conhecimentos mais vasto: filosofia, economia, política, ecologia e até biologia, pois, para ele, não há pensamento que corresponda à nova era planetária. Além de *O Método*, é autor de, entre outros, *A Relação dos Saberes. O Desafio do século XXI* (Bertrand do Brasil, 2001). Confira a edição especial sobre esse pensador, intitulada *Edgar Morin e o pensamento complexo*, de 10-09-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon402>. O IHU, na seção Notícias do Dia, em seu sítio, vem publicando uma série de textos e reflexões sobre o pensamento de Morin, acesse em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Roland Barthes** (1915-1980) Crítico literário, sociólogo e filósofo francês. Entre suas obras se destacam: *Elementos de semiologia* (1965), *Sistema da moda* (1967), *O Império dos signos* (1970). (Nota do **IHU On-Line**)

4 **Umberto Eco** (1932 —2016) escritor, filósofo, semiólogo, linguista e bibliófilo italiano de fama internacional. Foi titular da cadeira de Semiótica e diretor da Escola Superior de ciências humanas na Universidade de Bolonha. Ensinou temporariamente em Yale, na Universidade Columbia, em Harvard, Collège de France e Universidade de Toronto. Colaborador em diversos periódicos acadêmicos, dentre eles colunista da revista semanal italiana L’Espresso, na qual escreveu sobre uma infinidade de temas. Eco foi, ainda, notório escritor de romances, entre os quais O nome da rosa e O pêndulo de Foucault. Junto com o escritor e roteirista Jean-Claude Carrière, lançou em 2010 “N’Espérez pas vous Débarrasser des Livres” (“Não Espere se Livrar dos Livros”, publicado em Portugal com o título “A Obsessão do Fogo” no Brasil como “Não contem com o fim do livro”). (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Compós**: COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, congregando como associados os Programas de Pós-Graduação em Comunicação em nível de Mestrado e/ou Doutorado de instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil. Tem como objetivos principais o fortalecimento e qualificação crescentes da Pós-Graduação em Comunicação no país; a integração e intercâmbio entre os Programas existentes, bem como o apoio à implantação de novos Programas; o diálogo com instituições afins nacionais e internacionais; o estímulo à participação da comunidade acadêmica em Comunicação nas políticas do país para a área, defendendo o aperfeiçoamento profissional e o desenvolvimento teórico, cultural, científico e tecnológico no campo da Comunicação. (Nota da **IHU On-Line**)

para uma visão crítica em relação à mídia, dentro do macrotema da midiaticização. Defende que é necessário “desenformar” o pensamento acadêmico, para que a produção intelectual circule e seja revertida em mudança social.

“Se você não cria esse espaço de dilatação, existe uma tensão. Vai apenas responder uma demanda do produtivismo, mas o que se faz com isso? Qual o sentido das 200 teses produzidas todos os anos aqui dentro? Antigamente, você ia a certas universidades porque os grandes mestres estavam lá, eles eram referências de vínculo. Hoje, são as notas da faculdade que movem os estudantes. Esse é um fenômeno sobre o qual repousam os critérios de financiamento do ensino”, questiona, ao propor inventariar as perguntas das teses.

Para o pesquisador, este empobrecimento do modelo formativo acompanha uma espécie de “desencantamento pela imprensa”. Segundo ele, enfrenta-se uma realidade do trabalho muito complexa, onde temos uma massa qualificada que não re-

cebe treinamento compatível e não tem a valorização adequada”.

As condições de trabalho e produtividade são desafiadas pela internet, mas nenhum acontecimento passa à margem das tecnologias de comunicação. Nesse cenário, a função da midiaticização é a transformação da ambiência em que vivemos. Nesta perspectiva, o papel do comunicador deve ser pensado dentro de novos formatos, para servir à reflexão.

“Antes a gente esperava pelo jornal no dia seguinte. Hoje, faltam bases de relação, decantação da experiência para que você possa formular um ponto de vista diferente. Isso afeta tudo: os modelos de pensar, os relacionamentos, os problemas. A universidade precisa se esforçar para compreender o ponto cego desta problemática, tem temas ricos aí, mas a capacidade reflexiva está muito atravessada pela narrativa da crise. Faltam indagações, falta valorização desses pedaços e isso faz com que a gente perca a perspectiva da esperança”. ■



A intervenção urbana deve estar pautada na experiência e no vivido

Para Nola Gamalho, enquanto cidades forem pensadas de forma vertical, por uma ordem distante e ideológica de dominação, predominam os interesses do capital

João Vitor Santos | Edição: Patricia Fachin

O desafio para as cidades do futuro é pensá-las e projetá-las de modo mais humano, defende a geógrafa Nola Patrícia Gamalho, na entrevista a seguir, concedida por e-mail para a IHU On-Line. “Enquanto as cidades forem pensadas de forma vertical, por uma ordem distante e ideológica de dominação, tem-se o predomínio dos interesses do capital, estranhos ao que dá vida às cidades, ou seja, às relações socioespaciais pautadas pela proximidade”, argumenta.

Na avaliação de Nola, as interdições feitas nas cidades, embora pareçam “aparentemente naturalizadas”, são “objetos de disputa e discursos”, como os da “cidade moderna, asséptica, ordenada, caótica”. Por conta disso, pontua, “é imprescindível problematizar a noção de ‘revitalização’ das cidades, que está relacionada com as intencionalidades e interesses que disputam a organização dos territórios.

Na entrevista a seguir, Nola Gamalho também expõe as múltiplas visões da periferia sobre o espaço urbano e relembra a constituição do bairro Restin-

ga, em Porto Alegre, que teve “origem nas remoções de vilas de malocas das áreas próximas ao centro da cidade” e foi marcada por “processos de ‘higienização’ urbana assentados em forte imaginário de patologia e desajuste desses espaços. A origem da Restinga ocorreu de forma violenta, como uma negação do direito à cidade. Na época, não havia estrutura nenhuma no local, era o que poderíamos dizer como espaço de ausências, longe do mercado de trabalho e das estratégias de sobrevivência e solidariedades que permeavam as várias vilas removidas”, descreve.

Nola Gamalho é graduada, mestra e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Atualmente leciona na Universidade Federal do Pampa – Unipampa, no Campus de São Borja.

A entrevista foi publicada originalmente nas Notícias do Dia de 26-9-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2xNX3Jm>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais os desafios para se pensar na cidade, o espaço urbano, do futuro?

Nola Gamalho – Penso que o conteúdo da chamada do ciclo de debates [Ciclo de debates - Gentrificação, Direitos Humanos e as cidades] trilha um pouco esse caminho: pensar cidades mais humanas. Enquanto as cida-

des forem pensadas de forma vertical, por uma ordem distante e ideológica de dominação, tem-se o predomínio dos interesses do capital, estranhos ao que dá vida às cidades, ou seja, às relações socioespaciais pautadas pela proximidade. Por um lado, a cidade como práticas de apropriação, por outro, como propriedade. No primeiro, tem-se cidades mais humanas, no

segundo a lógica do mercado. O uso e a apropriação (LEFEBVRE, 2013) dão vida ao espaço e, nessa linha de raciocínio, contribuiriam para cidades mais seguras e plurais. Dessa forma, a cidade propiciaria palcos para o encontro do diverso, para o diálogo de antagonismos, para múltiplas manifestações culturais, políticas e sociais.

A conjuntura atual é diferente, a organização e o reordenamento espacial são objetos das administrações públicas, que muitas vezes estão em consonância com os interesses do capital, como é o caso dos processos de gentrificação. Com a população dividida em bairros, vilas e periferias, segundo as possibilidades de acesso à moradia, tem-se a fragmentação do espaço urbano conforme a possibilidade de consumo da cidade, constituindo-a como um produto, uma mercadoria. Essa divisão reproduz violências no tecido intraurbano, como por exemplo, jovens de periferias criminalizados em suas práticas socioespaciais e com a cidade interdita (um exemplo é o controle de entrada de jovens em shoppings). A cidade dos carros, com sistema de ruas e avenidas organizado de forma a priorizar o tráfego de automóveis, reduzindo a cidade dos pedestres. Nessa perspectiva, vou na linha de Jane Jacobs em “Morte e vida de grandes cidades” (2009), em que a ausência das pessoas nas ruas favorece a violência. Assim, pode-se refletir sobre o crescimento de um modo de vida individualista baseado na propriedade privada, de cunho fortemente neoliberal. Romper com essas fraturas e violências corroboraria na constituição de cidades mais humanas.

IHU On-Line – Nessa perspectiva de pensar na cidade do futuro, como aliar necessidades de mercado, da preservação histórica e ambiental e a constituição de espaços mais humanizados, que valorizem a convivência e propiciem a inclusão?

Nola Gamalho – Vivemos cidades com interdições aparentemente naturalizadas, que mesmo assim são objetos de disputas e discursos (a cidade moderna, asséptica, ordenada, caótica...). É imprescindível problematizar a noção de “revitalização”, que ignora a vida presente em determinado espaço. Essa noção está relacionada a quais intencionalidades? Atende a quais

interesses, de que atores sociais? Do turismo massificado? Embora essas questões estejam relacionadas aos atores hegemônicos, a cidade é produto também de espertezas e táticas dos atores ordinários (CERTEAU, 2009), que tecem na cidade seus espaços de enunciação, resistências e memórias. Como exemplo, cito o Museu do Percurso do Negro em Porto Alegre, que identifica em locais e ruas do centro da Capital elementos da cultura e memória de povos escravizados e oprimidos. Essa história, sem a resistência, é objeto de silenciamento e domínio de uma história única. Com frequência, os espaços (re)valorizados da cidade ocultam as múltiplas histórias e memórias. O meu entendimento é que cidades mais humanas necessariamente devem incluir, e não remover ou silenciar; reconhecer a diversidade, e não fragmentar e ocultar. Processos de renovação/revitalização urbana, como o que ocorreu no Pelourinho (RIBEIRO, 2014), demonstram que a intenção não é a promoção social, pois a população somente passa a fazer parte dessa espacialidade no que concerne a seu caráter de espetáculo e como mão de obra no turismo.

Barbosa (2016), em dissertação sobre o Cais Mauá, também aborda a espetacularização dos empreendimentos e refere-se ao cidadão consumidor, em referência à cidadania pelo consumo (novamente a cidade como mercadoria). Transformam espaços de vida, de dinâmica, em espetáculo para o consumo de estratos sociais de maior renda ou para o turismo. Novamente, rompem-se as lógicas de uso e apropriação em função da lógica do capital. E, para ações de convergência de diferentes atores e interesses, é necessário um amplo trabalho de escuta e de reconhecimento da vida que anima esses espaços de múltiplas histórias e memórias.

IHU On-Line – Como a semana compreende o proces-

so de gentrificação das cidades? Podemos afirmar que é uma manifestação da perspectiva do capital no espaço da cidade?

Nola Gamalho – Quando se trabalha na perspectiva da construção teórica, o conceito é operacional para interpretar os movimentos no processo urbano. São noções em disputa, ora em alargamento conceitual, ora em estreitamento. Eu compreendo o processo a partir de Neil Smith (2007) e das reflexões instigadas por David Harvey (2005 e 2014). Com base nessas ponderações teóricas, percebe-se fortemente as administrações locais em uma “guerra” (SANTOS, 2002) para atrair o capital internacional. Como argumenta Smith “(...) onde quer que os ‘pioneiros urbanos’ se aventurem, os bancos, as incorporadoras, o Estado e outros setores econômicos coletivos geralmente chegam antes” (p.18). É um processo global condicionado por empresas transnacionais e segundo a lógica de acumulação capitalista, como argumenta Sanches (2008) acerca da gentrificação na Cidade do México.

Novamente, a partir de Smith (2009), tem-se o argumento de que as regiões urbanas são plataformas para a economia global, o que articula de forma complexa e contraditória diferentes atores socioespaciais e corresponde à integração entre o urbano e o capital financeiro. Desse modo, tanto na estrutura e reestruturação físicas da cidade, quanto nas transformações simbólicas de sentidos e usos dos espaços, há interesses e intencionalidades que articulam poder público e capital. A localização da habitação nas cidades é atravessada pelas possibilidades de acesso. Logo, a escolha é condicionada e para muitos é imposta. Não há nada de natural ou orgânico nesse processo.

IHU On-Line – De que forma é possível pensar em alternativas que façam frente ao processo de gentrificação das cidades?

Nola Gamalho – A partir da luta e resistência sociais. Contrariamente, a crescente constituição de cidades como espaços atomizados de moradia e consumo fragiliza, por exemplo, o movimento de moradores dos bairros como instrumento de resistência. O Estado com frequência atua em consonância ou produzindo condições para atrair o capital. A forma mais eficaz de produção de alternativas é através da resistência e de saberes populares. Poderíamos pensar em uma gestão mais democrática, em planejamentos urbanos menos tecnicistas, pautados nas experiências dos cidadãos e suas formas de organização socioespacial. Todavia, para isso é necessário pressão popular e movimentos sociais e urbanos.

O desenvolvimento urbano pautado na lógica do capital é perverso, vertical e estranho às dinâmicas próprias dos lugares. É preciso resistir e, embora façamos isso em termos acadêmicos e conceituais, o êxito das transformações passa pelos movimentos urbanos autônomos em seus enfrentamentos, debates e pressões à esfera pública.

IU On-Line – Quando e de que forma a cidade constitui espaços de exclusão? Em que medida as periferias das metrópoles brasileiras se constituem como esse espaço de excluídos?

Nola Gamalho – Não diria que as periferias são espaços de excluídos, pois essa perspectiva parte das ausências, e não do que há de presença, de vida. Partir das ausências, da premissa da propriedade privada ou identificar esses espaços como problemas sociais é que legitimou e legitima processos de remoção como os que deram origem ao bairro Restinga em Porto Alegre no final da década de 1960 ou a remoção da Ocupação Lanceiros Negros em 2017. Esse imaginário subsidia as transformações da cidade, fragmentando-a segundo os interesses do capital. Todavia, talvez nas periferias, nos bairros populares, possamos encontrar indícios de cotidianos comparti-

lhados. O que isso significa? A vida compartilhada, de problemas sociais e urbanos compartilhados e, com frequência, de soluções conjuntas. Nessa situação a cidade é pensada de forma horizontal, a partir das experiências, gerando inclusive a identidade espacial.

Tuan (1983) traz um exemplo da importância do pertencimento ao bairro nas transformações da cidade: onde o sentimento de fazer parte do lugar ocorre, há mais embate entre moradores e as transformações impostas, diferente de espacialidades em que o lugar de moradia tem poucos vínculos com a espacialidade onde está inserido. Certamente há nessas espacialidades o problema das ausências ou demora do Estado em atender às demandas quando a produção do espaço dá-se a partir de ocupações, remoções ou parcelamento irregular. Mas compreendo que podemos pensar em outros termos, entendendo essas espacialidades dentro da fragmentação desigual da cidade e como espaços diversos. E as intervenções urbanas devem seguir essa premissa e estar pautadas nas experiências e no vivido.

IHU On-Line – Como compreender a dinâmica da periferia numa cidade? O que sua experiência com o bairro Restinga, em Porto Alegre, revela nesse sentido?

Nola Gamalho – Eu venho da periferia, nasci e cresci no Bairro Rio Branco, em Canoas. Lembro que chamávamos de Vila, uma das referências e representações associadas a periferias aqui no Rio Grande do Sul, e que eu me sentia desconfortável, como se estivesse “falsificando” aquela realidade, quando falava bairro. Os termos remetem a imaginários, hierarquias e localização diferencial na cidade. Então, posso dizer que periferias fazem parte também da minha biografia pessoal. Talvez por isso minha preocupação enquanto acadêmica em interpretar e problematizar periferias e representações. Trabalhei com o bairro Restinga no mestrado, em uma

abordagem da produção desse espaço, que tem origem nas remoções de vilas de malocas das áreas próximas ao centro da cidade. Claramente processos de “higienização” urbana assentados em forte imaginário de patologia e desajuste desses espaços. A origem da Restinga ocorreu de forma violenta, como uma negação do direito à cidade. Na época, não havia estrutura nenhuma no local, era o que poderíamos dizer como espaço de ausências, longe do mercado de trabalho e das estratégias de sobrevivência e solidariedades que permeavam as várias vilas removidas. Em conjunto com a violência de negar a cidade, consolidou-se a violência simbólica de definir esses sujeitos por ausências, patologias e desajustes à moderna Porto Alegre que as classes dominantes queriam imprimir à cidade.

Interessante pensar o que os processos revelam e o que ocultam. Esse ocultou os interesses do Estado e do setor privado na reestruturação urbana. A cidade moderna pertence a quem paga por isso, é a lógica da modernização e da propriedade privada. Todavia, também revela a força do popular, de um bairro que é produto de muitas lutas, de efervescência cultural. E aí, retorno para a compreensão de vermos e aprendermos com esses espaços intraurbanos em suas presenças e diversidades.

IHU On-Line – Você também tem uma aproximação com outros bairros de periferia da região metropolitana de Porto Alegre. Que capital é apreendida desde o olhar de quem vive nesses bairros?

Nola Gamalho – Pergunta difícil. Eu diria que não há uma perspectiva única. De esperança, de sonho, de aventura, de medo... Em uma relação bairro X metrópole (e aí pode ser bairro da RMPA ou da capital mesmo), o bairro aparece como espaço de segurança, como externo à cidade. Por exemplo, as trajetórias para conquistar a moradia própria são dolorosas, revelam a perversidade, as humilhações e opressões que

vivenciam as pessoas nesse espaço metropolitano. A aquisição da casa própria atribui um sentimento de segurança e a casa torna-se lar. Embora sem romper definitivamente com a noção de propriedade privada, a moradia está associada ao valor de uso, e não a uma mercadoria. Para as juventudes, essa relação com a cidade pode ser de aventura: é espaço de peripécias, de anonimato (em oposição ao bairro que predomina o conhecimento/reconhecimento). As aventuras atingem seu maior grau nas disputas de marcação territorial, como a pichação.

Também podemos entender a metrópole nessa relação como espaço de convergências. Um exemplo é a “Batalha do Mercado”, batalha de rap que ocorre no centro da cidade e no qual convergem jovens de toda a cidade e RMPA. A batalha do rap e batalha de “passinhos” (passos de dança) são comuns também em outras capitais, e podem ser compreendidas como apropriações de áreas do centro ou próxima para manifestações culturais, territoriais e de resistência. Em relação às juventudes, correspondem ao cruzamento entre identidades geracionais, de classe, culturais e território. Assim, existem diversas metrópoles vistas das periferias, ora de acolhimento, ora de luta e ora de repulsão.

“Cidades mais humanas necessariamente devem incluir, e não remover ou silenciar”

IHU On-Line – No que consiste um bairro dentro da dinâmica das cidades? Como são configurados os bairros e que relações se estabelecem dentro

deles, nas metrópoles brasileiras do século XXI?

Nola Gamalho – Aqui me apoio nas reflexões desenvolvidas na minha pesquisa realizada no Guajuviras (GAMALHO, 2015). A diferenciação de bairros residenciais na cidade envolve questões relativas à sua produção, às materialidades, aos tipos de relações socioespaciais fomentadas pelo local, aos perfis socioeconômicos da população residente, à formação histórica, às/aos/às articulações/cruzamentos/interseções entre as escalas local e global. O bairro, além de espaço vivido, deve ser compreendido como um conceito, como uma categoria de análise capaz de evidenciar relações e práticas constituidoras do urbano relativo a esse particular arranjo espacial. Nessa linha de raciocínio, os bairros, como divisão da cidade, conformam modos de vida próprios, em que o processo de urbanização os transforma, incorporando-os nas dinâmicas metropolitanas, até o limiar do não-bairro (SEABRA, 2003), ao mesmo tempo em que permanências compõem encaixes espaciais da vida de bairro.

A fragmentação entre lugar da moradia, lugar do trabalho e atomização da vida urbana conduzem à constituição de espaços em que o sentido comum de vivência dá-se por mediações desvinculadas do entorno no qual a moradia está localizada. As configurações espaciais atuais, em que predomina uma atomização da vida e do consumo de espaços no lugar de uso, conduzem ao enfraquecimento do bairro em sua característica de coexistência. A desconstituição da vida de bairro enquanto aspecto do processo urbano vincula-se ao predomínio de normatizações e relações de formalidades descoladas das lógicas de uma ordem próxima (LEFEBVRE, 2001) em que as negociações ocorrem pelo contato direto e fortemente territorializadas. Frente ao processo de homogeneização da cidade e das relações, esses espaços característicos do que aqui é denominado como modo de vida de bairro, são resíduos, permanências

de relações de diversidade, o que resulta na transformação desses espaços na sociedade contemporânea em que as relações de reciprocidade e vizinhança do bairro tradicional reduzem até o seu completo aniquilamento e constituição de relações atomizadas de cidades massificadas (SOUZA, 2013).

IHU On-Line – O que os movimentos de ocupações de espaços urbanos de hoje revelam? Que relação podemos estabelecer entre essas ocupações, exclusão social e déficit habitacional?

Nola Gamalho – Revelam a inconsistência de políticas habitacionais no Brasil e o movimento de luta não apenas pela moradia, mas pelo direito à cidade. As ocupações potencializam a disputa no campo das representações do território: (re)significam a partir do vivido os sentidos de ocupar o solo na metrópole, disputando sua permanência no território. Dessa forma, correspondem a fronteiras em disputa e estratégias inerentes aos processos de dominação do território (Estado, Capital, Agentes imobiliários) e apropriação (ocupantes, movimentos sociais) (LEFEBVRE, 2013). As ocupações partem de uma necessidade básica que para significativa parcela da população torna-se inalcançável através do ideário de propriedade privada. A experiência da cidade como mercadoria é uma fábula, oculta a cidade nas suas relações de opressão e destituição de direitos. Assim, os processos de ocupação e luta por moradia correspondem a movimentos que corroboram na compreensão e possibilidades de produção dos espaços urbanos. Sigo a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos em relação a aprendermos com os movimentos sociais, pois neles encontramos importantes reflexões sobre a cidade, sobre o urbano e propostas de humanização das metrópoles.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Nola Gamalho – Gostaria de acrescentar muitos agradecimentos. Nas minhas trajetórias de pesquisa tive a felicidade de encontrar mulheres, homens e jovens com os quais muito aprendi. Desenvolvi minha pesquisa na Restinga entre 2007 e 2009. Uma pessoa muito importante naquela trajetória foi um líder local: José Carlos Beleza. Homem gene-

roso, inquieto e combativo. Foi uma alegria tê-lo como interlocutor e provocador. Tenho muito a agradecer a ele. Infelizmente, hoje ele está acamado e passa dificuldades em virtude de um AVC. Com poucos recursos, a família luta para mantê-lo como pode. Beleza, como é conhecido, é um guerreiro, lutou por melhorias no bairro até pouco tempo. Um exemplo

de ser humano que transformou sua história em embates por melhorias em seu bairro e cidade. São pessoas como Beleza que efetivamente atuam na construção de cidades mais humanas. Meu carinho e agradecimento ao Beleza, por sua generosidade e exemplo de luta. E por todas e todos que fazem de cada dia uma batalha para sobreviver na metrópole. ■

Referências:

BARBOSA, Marcel Silveira. Espaço em disputa: cenários e visões da requalificação do Cais Mauá. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2016.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GAMALHO, Nola Patrícia. Das representações do espaço ao espaço de representação: a produção da Restinga- Porto Alegre/RS. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Porto Alegre – RS, 2009.

_____. Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias: práticas e espaços de representações de jovens do Guajuviras –Canoas (RS). Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Porto Alegre, 2015.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins fontes, 2014

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

SANCHES, Salvador Lima. Diez años de câmbios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, maio de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/200.htm>>. Acesso em agosto de 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. 2003. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, p. 15-31, 2007.

_____. Ciudades después del neoliberalismo? Disponível em: < <http://www.macba.cat/PDFs/neilsmith.pdf>>. Acesso em setembro de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.



Em *Mãe!*, o casal interpretado por Javier Bardem e Jennifer Lawrence vive em uma casa isolada, onde os acontecimentos testam os limites do quão desconfortável a plateia pode ficar

72

O mundo em uma casa

Novo filme de Darren Aronofsky leva espectador ao limite em parábola apocalíptica

Fernando Del Corona¹

Escrever sobre *Mãe!*, o novo filme do diretor Darren Aronofsky, é uma tarefa intimidadora. O longa, que recebeu tanto vaias quanto aplausos em sua estreia no Festival de Cinema de Veneza, vem polarizando audiências desde que saiu nos cinemas, dividindo o público entre os que o consideram um dos melhores – senão o melhor – do ano e os que detestaram. Além disso, é o tipo de filme que é quase impossível de falar sobre sem entregar os desenrolares da trama e os muitos significados por trás da história.

Em uma enorme casa isolada, mora um casal interpretado por Jennifer Lawrence e Javier Bardem. Ele é um escritor famoso sofrendo de bloqueio criativo, ela, sua esposa dedicada – por vezes até demais. A chegada de um estranho (Ed Harris), depois de sua mulher (Michelle Pfeiffer), e depois de uma série crescente de invasores indesejados afeta a vida do casal e do lugar onde vivem. Se, de início, pode parecer uma história como a de *O anjo exterminador* (1962), de Luis Buñuel, onde um grupo reunido para jantar não consegue – ou não quer – ir embora, logo os tons sinistros de filmes como *O bebê de Rosemary* (1968) e *Repulsa ao sexo* (1965), ambos de Roman Polanski, com suas jovens protagonistas aterrorizadas com a potencial violência de todos que as cercam, começam a se infiltrar na história.

¹ Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.

Rapidamente fica claro que Aronofsky não está criando um conto realista de uma maneira literal. Após uma espécie de prólogo surreal envolvendo uma mulher em chamas, uma casa queimada e um diamante, o primeiro ato se desenrola de maneira quase realista. A personagem de Lawrence – chamada nos créditos de Mãe, enquanto Bardem é apenas Ele – fica incomodada com a presença do casal que insiste em desrespeitar suas regras e invadir espaços proibidos. Pior do que isso, seu marido desconsidera suas objeções e parece envolvido pela presença dos dois. A partir da chegada dos filhos dos personagens de Harris e Pfeiffer, porém, o filme assume cada vez mais um tom de pesadelo. A casa respira e sangra sobre as mãos de Lawrence. Quando o terceiro ato começa, todas as pretensões realistas vão pela janela, e as inclinações alegóricas dominam a trama.

Ao final do filme, não é difícil entender o significado por trás da maioria dos simbolismos de *Mãe!* – Bardem chega ao ponto de verbalizar um deles, de maneira desnecessariamente didática. Aronofsky não costuma apostar na sutileza, e sua mensagem é transmitida como um soco no estômago, uma técnica familiar para o diretor que testou os limites do quão desconfortável ele pode deixar a plateia com o desesperador *Réquiem para um sonho* (2000). Desde seu primeiro filme, o estranho e desconcertante *Pi* (1998), ele sabe utilizar imagens e sons para criar um sentimento intenso de angústia no espectador, e nesse filme mais recente não é diferente. Que não exista dúvida: *Mãe!* vai espantar e enojar grande parte da audiência, e pessoas saindo de sessões não é incomum.

Tanto Aronofsky quanto Lawrence já anunciaram a intenção ambientalista por trás do filme, chegando ao ponto de o diretor fazer uma longa declaração sobre o estado do planeta e o que o levou a escrever a história. Diversos elementos trabalhados por ele parecem ter sido trazidos do conjunto de sua obra, e o resultado final soa como um filme mais pessoal do que os outros. Aronofsky disse ter escrito o roteiro em apenas cinco dias, enquanto costumava demorar anos trabalhando em cada um de seus outros filmes. Seu interesse pelo religioso e pelo esotérico já estava presente em *Pi*, cujo protagonista acredita ter descoberto um padrão matemático para o universo, em *Fonte da vida* (2006) e, de maneira bem mais literal, em *Noé* (2014). O constante jogo entre realidade e fantasia também é central em *Cisne negro* (2009).

Laureada como um dos maiores talentos a sair da nova safra de atores hollywoodianos, Lawrence conquistou sua primeira indicação ao Oscar com apenas 20 anos, ganhou um aos 22 e, aos 25, se tornou a atriz mais jovem a ter quatro indicações. Ao mesmo tempo, sua carreira foi pontuada por filmes de ação, encabeçando franquias como a de *Jogos vorazes* e *X-Men*, o que ainda coloca, para alguns, certa descrença sobre seu potencial dramático. Em *Mãe!*, porém, ela dá o que pode ser a sua melhor atuação até agora. Acompanha-se a Mãe o tempo todo. Seu rosto é enquadrado sempre muito de perto, vemos através dos seus olhos e a seguimos em todo lugar que vai. A câmera nunca a abandona. Sendo assim, o grande peso do filme – e é um filme pesado, não tenha dúvida – cai sobre os ombros de sua protagonista, que passa por inimagináveis agressões físicas e psicológicas. Lawrence consegue transitar entre a subserviência e a paixão, a dor, o medo e a angústia. É um papel difícil, por vezes exagerado, que deixa pouco espaço para maiores sutilezas diante das crescentes ambições megalomânicas de Aronofsky. *Mãe!* é um filme que não deixa espaço para respirar. Fugindo de uma estrutura narrativa mais convencional e sem trilha sonora – além de alguns acordes pontuais –, a tensão apenas cresce com o passar do tempo até beirar o insuportável.

A atuação de Lawrence é ainda mais surpreendente quando colocada ao lado de veteranos como Bardem, Harris e Pfeiffer – essa, mais do que os outros, brilha na tela como não fazia há muito tempo. Sua presença é a mais hipnótica em cena, por conta de seus olhares e insinuações. Bardem se revela uma presença imponente, entre benevolente e



Mãe! (2017), de Darren Aronofsky

apoplético – uma mistura relevante ao se compreender o papel que ele interpreta.

Parece uma estratégia fácil, ao falar de *Mãe!*, se resumir a apontar o significado por trás dos simbolismos, analisar as metáforas, desvendar a parábola. Afinal, o filme, em si, é centrado nisso. Existe pouco, enquanto história, que fuja da alegoria. Aronofsky reflete ao longo da trama sobre a experiência humana na Terra, sobre a experiência criadora – tanto de um ponto de vista criativo quanto biológico, se é que existe, afinal, diferença entre os dois –, sobre maternidade e relacionamentos. Tarefa complexa e que nem sempre foge de certas obviedades – existe um certo número de metáforas menstruais em filmes que já começam a se tornar cansativas, especialmente depois de *Carrie, a estranha* (1976), de Brian De Palma, e dos filmes de terror corporal dos anos 1970.

Como filme, *Mãe!* trata-se de uma experiência única, abrasiva e provocadora. Mesmo que possa incomodar, ainda é um filme que merece ser visto, apesar do choque que acompanha a história, conforme mais e mais ela se aproxima do espetáculo escatológico do terceiro ato. Aronofsky deve ser louvado pela sua visão e ousadia, ainda que pudesse trazer um pouco mais de leveza na sua abordagem, o que não parece ser o seu forte – em alguns momentos, menos seria mais, especialmente em termos de efeitos visuais espetaculares.

Torna-se difícil analisá-lo com parâmetros comuns, um filme que parece ir além e desafiar as definições de bom ou ruim. Em certo momento, o personagem de Bardem fala para a Mãe: “Eu sou Eu”. E assim é *Mãe!*.

Ficha técnica

Mãe!

Título original: Mother!

Direção: Darren Aronofsky

Produção: Darren Aronofsky, Scott Franklin, Ari Handel

Elenco: Jennifer Lawrence, Javier Bardem, Ed Harris, Michelle Pfeiffer

Estados Unidos, 2017, 121 min.


Mostra e comercialização de produtos,
todas as quartas e sextas

ECOFEIRA UNISINOS

10h às 18h – quartas-feiras | Local: em frente ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU
11h às 14h – sextas-feiras | Local: Complexo Tecnológico Unitec ihu.unisinos.br

IHU IDEIAS

*Um espaço de reflexão interdisciplinar para debater
e avaliar grandes desafios de nossa época*



Os múltiplos critérios da justiça distributiva: Análise ético-jurídica da distribuição de moradias populares pelo poder público

19 de outubro de 2017

(Quinta-feira) | 17h30min às 19h

Conferencista:

Prof. MS Celito De Bona – UNIOESTE

Local: **Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU Unisinos | Campus São Leopoldo**

ihu.unisinos.br

Lavagem de dinheiro e a hipocrisia estruturante do Sistema Financeiro Internacional

Bruno Lima Rocha

Na alegação da guerra às drogas, os EUA operaram contra a lavagem de dinheiro dos cartéis, mas deixaram estes mesmos conglomerados econômicos investirem com certa facilidade em janelas de ocasião, em especial no setor imobiliário de Miami a partir da década de 80 do século XX, sendo que este fluxo continua no Sul da Flórida. O importante era frear o fluxo de dinheiro do norte para o sul.

Bruno Lima Rocha é doutor em Ciência Política pela UFRGS e professor do curso de Relações Internacionais da Unisinos.

Eis o artigo.

76

O tema da lavagem de dinheiro ganha volume e importância nas ações de Cooperação Jurídica Internacional e obedece à agenda de projeção de poder em termos securitários vinda da Superpotência. Iniciando na década de 80, e desenvolvido em paralelo ao esforço de apoio aos mujahidín do Afeganistão lutando contra a ocupação da União Soviética, a circulação de ativos não rastreáveis ocupou a agenda das agências de inteligência (para a relação da CIA com o BCCI, ver encurtador.com.br/mwBDM), redes de terrorismo, narcotráfico, tráfico de armas e atividades complementares a segurança avançada dos Estados líderes – como em operações de cobertura e financiamento dos contras da Nicarágua, treinando em Honduras (ver encurtador.com.br/uxJP8). O inimigo global do “ocidente” estava sendo derrotado e, automaticamente, os alvos permanentes tinham de ser modificados.

A partir da década de 90 do século XX, na esteira da tentativa de mundializar as bases institucionais do pós-consenso de Washington, os Estados Unidos conseguiram fazer aprovar uma série de medidas, antes passando por debate conceitual, onde caracterizavam as formas de estruturação do crime organizado. O próprio conceito de organização criminosa implica em certa complexidade de tipo empresarial, e com boa capacidade de gerenciar recursos. Destas tarefas, uma parte sempre delicada é transformar recursos obtidos de forma ilegal em legais e tangíveis, resgatáveis de alguma forma, podendo ser transformados em fatores de acumulação não apenas nominal.

Se observarmos a sequência de acontecimentos na chamada guerra às drogas e a política de securitização na América Latina, veremos o caso colombiano como exemplar. O consumo de cocaína explodindo nos EUA, a interpenetração dos cartéis entre as oligarquias dominantes na Colômbia e a estratégia do Império de aplicar o Plan Colombia (ver encurtador.com.br/gEHOW). A meta não era e nem jamais foi acabar com o tráfico, mas interromper a evasão de divisas dos EUA para o nosso vizinho latino-americano, incluindo o agravante que se tratava de exportação de agroindústria com poucos insumos, cadeia de valor ilegal e não tributada.

Os cartéis de Cali e antes de Medellín capturaram uma parcela importante dos poderes de Estado colombiano, o que também motivou os EUA a intervir de maneira estrutural. O período anterior ao Plan Colombia implicou em captura de partes do combalido poder de Estado, assim como do Estado paralelo – na formação das unidades paramilitares incentivadas com o Projeto Convivir (ver encurtador.com.br/bAIU1) – e este movimento opera como preparação para a tomada quase completa com soberania mais que limitada em função das ações de “segurança hemisférica” (ver encurtador.com.br/oZO16).

“É um equívoco no combate à lavagem de dinheiro se não punir a capacidade de irrigar o capital acionário aberto em Bolsa, assim como outras atividades”

O rastreo do dinheiro dos cartéis foi a alegação óbvia para violação de soberania. É evidente que não caracterizar a evasão e a compra com dinheiro sujo de títulos e ações de empresas de capital aberto como um ilícito semelhante ao da lavagem traz uma profunda suspeição sobre o fluxo deste capital. Os recursos advindos de atividades ilícitas e evasão fiscal percorrem caminhos semelhantes como vem sendo comprovado por organizações internacionais de *advocacy* e consórcios investigativos do setor.

A hipocrisia estruturante do Sistema Financeiro Internacional

Como já foi afirmado por este analista em outros artigos, a maior parte dos chamados Paraísos Fiscais (acertadamente denominados de Jurisdições Especiais), fica sob a jurisdição ou soberania ampliada da Commonwealth Britânica (commonwealth.org) ou como Territórios Britânicos Ultramarinos (ver encurtador.com.br/bhAGL). Em última instância, e como fora comprovado na intervenção das ilhas Turks e Caicos (ver encurtador.com.br/lnENW), é possível a ação discricionária da Grã-Bretanha nestes governos, assim como ocorrera em outubro de 2010.

Para além das firmas de lavagem de dinheiro já reconhecidas em escala mundo, como a Mossack Fonseca (Panamá, mossfon.com) ou a Laveco (Belize, laveco.org), há uma presença de dimensões superlativas das maiores instituições bancárias britânicas em seus próprios paraísos fiscais. Segundo a New Economics Foundation (neweconomics.org), a existência de empresas subsidiárias, abertas como contas cobertura (*shell companies*) sob sigilo fiscal e Jurisdições Especiais apenas no Caribe britânico é desta ordem: o Barclays Bank tem 385 subsidiárias; o Royal Bank of Scotland (RBS) com 404; o HSBC possui 505 destas empresas a esta instituição vinculada e LloydsTSB outras 290 (dados de novembro de 2012, ver encurtador.com.br/awFH4).

Logo, o que se pode depreender é algo bastante simples. Toda a base de argumentação para o combate a lavagem de dinheiro não observa o ato de complementaridade e por vezes também de cumplicidade das instituições bancárias com a circulação de ativos em altíssima velocidade e origens mais que duvidosas. Faz parte da atual etapa de acumulação, aquilo que o economista Ladislau Dowbor está denominando apropriadamente de:

“Em termos de mecanismos econômicos, é central na fase atual a apropriação da mais-valia, já não tanto nas unidades empresariais que pagam mal os seus trabalhadores, mas crescentemente através de sistemas financeiros que se apropriam do direito sobre o produto social através do endividamento público e privado. Esta forma de mais-valia financeira tornou-se extremamente poderosa. Frente aos novos mecanismos globais de exploração, que atuam em escala planetária, e recorrem inclusive em grande escala aos refúgios nos paraísos fiscais” (ver encurtador.com.br/hwiQ4).

A alegação da lavagem de dinheiro como circuito de financiamento do terrorismo integrista ou como forma de circulação e formalização do capital de origem duvidosa tem base material, mas, ao mesmo tempo, opera como justificativa para a intervenção discricionária nos aparelhos jurídicos e na punição seletiva e discricionária no século XXI.

Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben

A edição 125 do **Cadernos Teologia Pública**, publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, traz o texto de Claudio de Oliveira Ribeiro, doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Intitulado **Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben**, a obra discute

como a Modernidade é constituída por modelos de sociabilidade que levam parte da população à vida nua, isto é, desprovida de quaisquer direitos ou garantias.

“A pesquisa realça, entre a diversidade de aspectos que merecem a atenção no pensamento de Giorgio Agamben, duas ênfases. A primeira é a de que o Estado Moderno foi forjado na violência e por isso se constitui um estado de exceção permanente. A economia política moderna se apropriou da noção

tradicional de providência divina e a transformou em técnicas coercitivas de governo a fim de harmonizar desejos humanos com as políticas voltadas com o controle de condutas. Nesse contexto, estão as formas utilitárias e artificiais de produção de desejos, com as correspondentes normatizações, padronizações e normalização de comportamentos”, explica o autor.

“A segunda é a de que, diante das formas de ‘vida nua’ que se estabeleceram no contexto da sociedade moderna devido ao domínio da biopolítica que, com seus aspectos coercitivos e seus dispositivos de controle, retiraram do uso comum todas as dimensões da vida e da liberdade humana, a tarefa política e existencial que se coloca é a de profanar as estruturas políticas e jurídicas”, complementa.

A versão completa do artigo está disponível em <http://bit.ly/teopublic123>.

Esta e outras edições do **Cadernos Teologia Pública** também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



A Corte Portuguesa no Brasil. Mitos e verdades

Edição 263 – Ano VIII – 24-6-2008

“A vinda da família real para o Brasil mudou os rumos do nosso país, delineando algumas características que carregamos até hoje. Com o objetivo de avaliar esse momento histórico, a IHU On-Line entrevistou historiadores e historiadoras que refletem sobre os impactos da vinda da corte portuguesa para o Brasil e os mitos e as verdades do período joanino.”



José Bonifácio de Andrada e Silva e o movimento pela Independência do Brasil

Edição 234 – Ano VII – 3-9-2007

“Em 2007, em alusão à Semana da Pátria, a IHU On-Line debate a vida e a obra de José Bonifácio, figura importante para entender o Brasil. “Era um autoritário que não acreditava muito nos ideais iluministas que animaram a Revolução Francesa. Ele achava que a solução para o Brasil deveria vir do alto, de preferência com ele”, afirma Isabel Lustosa, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa.”

79



Intérpretes do Brasil: A redescoberta do Brasil como problema

Edição 165 – Ano V – 21-11-2005

“Entender o “mistério” brasileiro é o que se propõem os intérpretes do Brasil, tema de capa desta edição que marca o encerramento do III Ciclo de Estudos Sobre o Brasil, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Segundo Prof. Dr. Francisco Alambert, o intérprete do Brasil de hoje é aquele que pensa (e critica) essa nova configuração histórica e não se adapta a ela.”

Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo,
conferência com o autor **Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo - FACAMP**

09 de outubro
(segunda-feira) | 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU
Campus Unisinos São Leopoldo

ihu.unisinos.br



IX Colóquio Internacional IHU

A Biopolítica como teorema da Bioética

17 e 18
de Outubro de 2017

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros
Unisinos | Campus São Leopoldo

ihu.unisinos.br



A quarta Revolução Industrial e o futuro dos empregos





MS João Roncati

People+Strategy Consultoria Empresarial

23 de outubro de 2017 (segunda-feira) | 19h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br

 twitter.com/_ihu  bit.ly/faceihu  bit.ly/instaihu  bit.ly/youtubeihu  medium.com/@_ihu